cada vida importa

Comitê de Prevenção e Combate à Violência

Relatório • Janeiro-Junho • 2020

Realização

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Apoio

Governo do Estado do Ceará

unicef

Fórum DCA

CEDCA/CE Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará

cada vida importa

Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

Relatório • Janeiro-Junho • 2020

Estado de crise, na segurança e na saúde

Renato Roseno • Deputado estadual
Presidente do Comitê de Prevenção à Violência da Assembleia Legislativa do Ceará

EM UM ANO bastante atípico, o Ceará esteve seguidamente em evidência nacional. Mal 2020 começou, os olhares de todo o Brasil se voltaram para o estado em função de problemas ligados diretamente à área da segurança pública. Logo no primeiro domingo do ano, uma reportagem da ***Folha de São Paulo*** expôs para o país o aumento da violência letal contra adolescentes do sexo feminino no Ceará.

"Com decretações via rede social, assassinato de meninas dispara no CE" era a manchete principal do caderno Cotidiano, no dia 5 de janeiro. "Ação de facções criminosas eleva em 43% mortes de meninas adolescentes no estado do Nordeste", completava o subtítulo. Na sequência dos textos, a informação de que um levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a pedido do jornal, alçava o Ceará à posição de estado mais perigoso para as garotas.

O Comitê de Prevenção à Violência, da Assembleia Legislativa do Ceará, foi uma das fontes consultadas pela reportagem. Com base no monitoramento realizado pelo comitê sobre os dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, a ***Folha de São Paulo*** apontou que 114 adolescentes haviam sido assassinadas no estado em 2018, aumento de 43% em relação a 2017 e de 322% em comparação com 2016.

O crescimento de homicídios contra mulheres de dez a 19 anos de idade levou o comitê a desenvolver em 2019 um estudo profundo, que incluiu pesquisa de campo com entrevistas às famílias das vítimas, a exemplo do trabalho pioneiro realizado em 2016. A diferença é que o estudo mais recente se concentrou nos casos de meninas assassinadas, enquanto o levantamento de três anos antes contemplou os dois gêneros, masculino e feminino.

Além da expressividade dos números, o que também chamou a atenção de vários segmentos sociais e até de agentes públicos do mais alto escalão da Justiça brasileira foi o perfil dos crimes. Muitas meninas já haviam sofrido ameaças de morte, inclusive pelas redes digitais. E antes do desfecho trágico, algumas foram submetidas a torturas e tiveram os corpos mutilados.

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, chegou a se manifestar em rede social. "No CE, facções têm executado crianças e adolescentes do sexo feminino. As imagens das vítimas são veiculadas nas redes sociais para 'marcá-las'. Faz-se urgente uma política nacional de segurança que use as novas tecnologias para identificar os criminosos".

A feminista e professora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Débora Diniz, foi mais direta, ao cobrar um posicionamento do então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. "Ministro Moro, passei o dia à espera de sua palavra heroica sobre as meninas mortas no Ceará. Um crescimento vertiginoso na taxa de homicídios. Há decretos de morte pelas redes sociais, um rastro de investigação para os homens de bem atuarem. Seu silêncio é conivente".

Para romper o silêncio e a invisibilidade de uma violência gritante, a equipe do Comitê de Prevenção à Violência passou meses estabelecendo contatos com meios de comunicação na tentativa de fazer com que os homicídios contra meninas merecessem uma abordagem especial e diferenciada, compatível com a gravidade do problema. Não devemos calar diante de qualquer forma de violência, mas, principalmente, aquela que se expressa também pelo machismo estrutural e que se exacerba com práticas cruéis e letais, provocando dor e sofrimento a tantas famílias.

Um mês depois da publicação da reportagem, outro problema na área da segurança pública no Ceará não demandou qualquer esforço para receber a atenção da sociedade, pois trouxe medo a distintas camadas sociais: uma paralisação de policiais militares durante 13 dias de fevereiro tomou de assalto a todos, notadamente os moradores de Fortaleza e dos municípios da região metropolitana da capital e das cidades de médio porte, como Barbalha, Canindé, Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte, Quixadá e Sobral.

Para o governo, foi mais um movimento político e menos um movimento por melhorias salariais. Não resta dúvida de que a greve, que é proibida pela Constituição Federal aos militares, expôs o agravamento de uma crise institucional e causou grandes transtornos à população, favorecendo diretamente o aumento da violência, inclusive o crescimento de homicídios. Por duas semanas, o Ceará esteve sob a mira de criminosos e, mais uma vez, no foco do noticiário de todo o Brasil, por motivos que só nos entristecem.

A paralisação chegou ao fim no dia 1º de março, sem anistia aos policiais que participaram do movimento, principal reivindicação apresentada por eles para o retorno às atividades. Lamentavelmente, o fim da paralisação não fez a violência diminuir aos patamares de 2019, quando o estado teve a maior redução de assassinatos do país, dois anos depois de ter sido a unidade da federação com o maior crescimento da taxa de homicídios.

Ainda em março de 2020, o Brasil foi surpreendido pela pandemia do novo coronavírus, o SARS-CoV-2. E durante os meses seguintes, o Ceará novamente foi destaque nacional como o estado a registrar mais mortes em consequência da infecção viral, proporcionalmente ao tamanho da população. Para agravar a situação, a criminalidade não deu trégua, mesmo com as medidas de distanciamento social impostas para conter o avanço da pandemia. O Ceará chegou ao fim do primeiro semestre de 2020 como o estado com mais óbitos por covid-19 e mais óbitos também por homicídios, proporcionalmente ao tamanho da população.

O relatório Cada Vida Importa do primeiro semestre de 2020 aborda todos esses problemas que assolaram o Ceará em um ano que não devemos esquecer. Por isso mesmo e inspirado por uma sugestão que me chegou via rede social, apresentei um projeto de indicação ao governador Camilo Santana, para que sejam instalados em todas as regiões do estado memorais em homenagem às pessoas que foram derrotadas pela doença.

O objetivo do memorial é impedir que a dor de milhares de famílias cearenses caia no esquecimento. Com o devido consentimento dos parentes, nomes e fotografias dos entes queridos que partiram deverão ficar expostos em locais apropriados para eternizar um capítulo doloroso da história da atual geração. Assim, o povo do Ceará vai poder ter não só um local de luto e celebração da memória de todos aqueles e de todas aquelas que nos deixaram em decorrência da covid-19 como também de homenagem a profissionais de saúde que estão nessa trincheira para salvar vidas.

Seja no campo da segurança, seja na área da saúde, os esforços do governo e da sociedade devem ser sempre na perspectiva de que cada vida importa. Tanto as mortes por causas externas, como os homicídios, quanto as mortes por causas denominadas naturais, a exemplo da covid-19, não devem jamais ser naturalizadas.

Sumário

12 Ceará sob a pandemia de Covid-19 e a epidemia de violência

O efeito nefasto da paralisação dos policiais

Depois da greve na segurança, quadro grave na saúde

60 Política pública de segurança: responsabilidade também dos governos municipais

Prevenção de homicídios: até 66% das ações são aplicáveis pela gestão municipal

Homicídios: municípios cearenses com mais casos e maiores taxas de mortalidade

122 Prefeituras têm muito a fazer na área da segurança, mas lógica precisa mudar

DAVI PINHEIRO

Maior crescimento de homicídios do Brasil

96,6%

foi o percentual de aumento do número de vítimas de mortes violentas intencionais no Ceará no primeiro semestre de 2020, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. O maior crescimento do Brasil, 13,6 vezes maior do que a média nacional, que foi de 7,1%

103%

foi o percentual de crescimento do número de vítimas de crimes violentos letais intencionais, quando comparados os dados fornecidos pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará

2.245

crimes violentos letais intencionais nos seis primeiros meses de 2020

2.340

mortes violentas intencionais no primeiro semestre de 2020

1.106

crimes violentos letais intencionais nos seis primeiros meses de 2019

1.190

mortes violentas intencionais no primeiros semestre de 2019

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020

Violência por municípios

153

dos 184 municípios cearenses registraram pelo menos um caso de homicídio nos primeiros seis meses de 2020

102,94

assassinatos por 100 mil habitantes foi a maior taxa de homicídios registrada na população geral do Ceará, no município de Ibicuitinga

153,43

assassinatos por 100 mil habitantes de dez a 19 anos foi a maior taxa de homicídios registrada no Ceará no primeiro semestre de 2020, no município de Itaitinga

Para mensurar os homicídios, o Governo do Ceará adota a categoria "crimes violentos letais intencionais", que corresponde à soma das vítimas de:

- homicídio doloso, quando o autor teve a intenção ou assumiu o risco de matar;
- latrocínio, quando a intenção foi matar para roubar;
- lesão corporal seguida de morte.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública adota a categoria "mortes violentas intencionais", que inclui os óbitos decorrentes de intervenções policiais, estando o(s) agente(s) do Estado em atividade ou fora de serviço.

A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social não inclui na contagem de homicídios as mortes decorrentes de intervenção policial, argumentando que elas não são consideradas como intencionais, pois possuem excludente de ilicitude.

Diferenças conceituais e metodológicas fazem com que os dados da área da segurança também não sejam iguais aos dados da área da saúde. O Atlas da Violência se baseia nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, que registra como homicídio todo caso de agressão provocada por outra pessoa que resulta em morte.

Violência contra adolescentes e jovens

59,21%

das vítimas de homicídio no Ceará no primeiro semestre de 2020 tinham menos de 30 anos de idade. O estado registrou o maior aumento da taxa de homicídios de jovens

40,62%

eram jovens: 912 vítimas tinham de 20 a 29 anos

18,22%

eram adolescentes: 409 vítimas tinham de dez a 19 anos

3,12%

sem idade informada: 70 vítimas com idade desconhecida

Violência contra a mulher

131,6%

foi o aumento de homicídios contra mulheres de dez a 19 anos em comparação com os seis primeiros meses de 2019. 50% das vítimas de homicídio na faixa de zero a cinco anos eram meninas. A vitimização expressiva contra mulheres no primeiro semestre de 2020 no Ceará foi identificada também entre aquelas de idade mais avançada:

26,67% entre 70 e 79 anos

20% acima de 80 anos

15,63% entre 60 e 69 anos

Armas de fogo

86,10%

das vítimas no Ceará foram mortas com arma de fogo, percentual que aumenta para 90,71% quando se analisam apenas os casos na faixa etária de dez a 19 anos.

72,5%

foi o percentual de uso de arma de fogo nos crimes contra a vida no Brasil.

MONITORAMENTO

Ceará sob a pandemia de Covid-19 e a epidemia de violência

Em 2020, a população cearense foi afetada, ao mesmo tempo, por dois graves problemas de saúde pública: o novo coronavírus e um aumento acentuado de homicídios. O Ceará chegou ao fim do primeiro semestre com a maior maior taxa de mortalidade por covid-19 e o maior crescimento de assassinatos do Brasil.

SE 2020 FOI SURPREENDENTE para a população de todo o planeta, o ano causou ainda mais espanto aos cearenses. Logo no primeiro semestre, o Ceará sofreu as consequências de uma paralisação de policiais militares e de uma pandemia sem precedentes, fenômenos que causaram uma explosão de mortes no estado. "Esses elementos demandam uma análise pormenorizada, tendo em vista seus efeitos na organização social, bem como nas dinâmicas criminais", observa Roger Silva Sousa, assessor técnico do Comitê de Prevenção à Violência, da Assembleia Legislativa do Estado.

Com 2.340 mortes violentas intencionais registradas no primeiros seis meses de 2020, o Ceará apresentou o maior aumento de homicídios do Brasil, conforme aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, divulgado em outubro. Em comparação com o mesmo período de 2019, o crescimento de assassinatos no estado quase dobrou, atingindo 96,6%, muito acima do que se verificou em outras unidades federativas e muito destoante da média nacional, que foi de 7,1% de aumento, ou seja, 13,6 vezes maior.

Depois de um ano em que o Ceará se destacou por apresentar a maior redução de homicídios do Brasil, a expectativa era de que, em 2020, o declínio da violência e da criminalidade aumentasse e o estado pudesse aprofundar o movimento para resgatar a paz social. Com um aumento expressivo de assassinatos no primeiro semestre, os números computados expõem uma situação completamente diversa e adversa.

Situação diversa porque, no primeiro semestre de 2019, a quantidade de vítimas da violência letal no Ceará representava 49,26% do que foi verificado no período de janeiro a junho de 2020, ou seja, quase a metade. Nos seis primeiros meses de 2019, foram registrados no estado 1.190 homicídios, o menor número por semestre em dez anos. Ao fim de 2019, com 2.396 mortes violentas intencionais registradas, o estado atingiu o menor número de vítimas desde 2008, quando foram computados 2.063 assassinatos.

Situação adversa porque nos leva a admitir que a política de segurança pública ainda é incapaz de garantir não só a sustentabilidade, mas também a evolução, do recuo da violência. As 2.340 mortes violentas intencionais identificadas no primeiro semestre de 2020 se aproximam da quantidade registrada nos primeiros seis meses de 2017, semestre com mais homicídios na história do Ceará, quando pelo menos 2.834 pessoas foram assassinadas no estado.

2017[1] entrou para as estatísticas como o ano com mais casos de homicídios no Ceará, com 5.329 mortes por agressão contabilizadas pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. O estado alcançou o recorde de assassinatos em números absolutos e o maior aumento da taxa de homicídio entre as unidades federativas. Após um pico no segundo semestre de 2017, as taxas de mortes no Ceará e em Fortaleza seguiram em queda até atingirem os menores valores no primeiro semestre de 2019.

CELSO OLIVEIRA

VIOLÊNCIA LETAL

2.340

mortes violentas intencionais foram registradas no Ceará nos primeiros seis meses de 2020, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. O aumento foi de 96,6% em comparação aos seis primeiros meses de 2019, quando foram contabilizadas 1.190 vítimas. O crescimento da violência letal no Ceará é muito superior à média nacional. Em todo o Brasil, foram computadas 25.712 mortes violentas intencionais, 7,1% a mais do que no primeiro semestre de 2019.

2.245

crimes violentos letais intencionais foram contabilizados pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará. O número é inferior ao dado do Anuário Brasileiro de Segurança Pública porque as mortes por intervenção policial são desconsideradas pelo Governo do Ceará, sob o argumento de que elas possuem excludente de ilicitude. No entanto, as estatísticas locais revelam um crescimento de 103% na quantidade de vítimas em relação ao primeiro semestre de 2019, quando o órgão estadual computou 1.106 pessoas mortas em consequência de agressões. O percentual é maior do que foi constatado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Além da insustentabilidade no recuo da violência letal, verificado em 2018 e 2019, o aumento de mortes em 2020 surpreende por se dar em um contexto de distanciamento social provocado pela pandemia do novo coronavírus, o SARS-CoV-2. Com menos pessoas circulando nas ruas e frequentando bares e outros espaços, a expectativa era de que houvesse um arrefecimento de conflitos interpessoais e, consequentemente, menos óbitos.

Para compreender a ascensão dos crimes contra a vida, após dois anos em declínio, não se deve subestimar o efeito da crise de segurança pública no Ceará no início de 2020, com a paralisação de policiais militares, que durou 13 dias, entre 18 de fevereiro e 1º de março. "Essa crise teve impactos importantes nos indicadores da segurança pública estadual no primeiro semestre", considera o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

O Comitê de Prevenção à Violência, da Assembleia Legislativa, reafirma a necessidade de uma política de segurança pública que amplie o investimento em prevenção da criminalidade e da violência e que efetivamente ofereça proteção para toda a população e condições para a preservação da vida dos adolescentes e jovens mais vulneráveis. Desde 2015, estamos mobilizados na proposição de políticas públicas a partir de evidências e insistimos que cada vida importa.

GOVERNO DO ESTADO: 103% DE AUMENTO

A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará computou 2.245 vítimas de crimes violentos letais intencionais no primeiro semestre de 2020. O número é inferior ao dado apresentado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2.340 mortes por homicídio. Mas a comparação com as estatísticas do Governo do Estado dos primeiros seis meses de 2019 revela um aumento de 103% na letalidade decorrente de agressão, ainda maior do que foi constatado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 96,6%.

O governo estadual exclui da conta de homicídios os óbitos causados por intervenção policial, sob a alegação de que eles possuem excludente de ilicitude. A Secretaria da Segurança Pública adota a categoria "crimes violentos letais intencionais", que corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, quando o autor teve a intenção ou assumiu o risco de matar; latrocínio, quando a intenção foi matar para roubar; e lesão corporal seguida de morte.

O governo exclui da conta de homicídios os óbitos causados por intervenção policial, sob a alegação de que possuem excludente de ilicitude. Secretaria da Segurança Pública adota a categoria "crimes violentos letais intencionais", que corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública trabalha com a categoria "mortes violentas intencionais", que inclui os óbitos decorrentes de intervenções policiais. Diferenças conceituais e metodológicas fazem com que os dados da área da segurança sejam ainda mais diferentes em relação aos dados da área da saúde. O Atlas da Violência se baseia nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, que registra como homicídio todo caso de agressão que resulta em morte.

Seja qual for a fonte de informação, é bastante provável que o número de homicídios esteja num patamar superior aos dados apresentados. A situação é ainda mais dramática, considerando as eventuais subnotificações, o número de óbitos violentos sem a *causa mortis* esclarecida e os casos de pessoas desaparecidas que tenham sido assassinadas.

Os números são diferentes, a depender da fonte, mas as constatações a partir dos dados seguem uma mesma direção, como apontou em nota o Comitê de Prevenção à Violência, da Assembleia Legislativa do Ceará: "Os números exigem do poder público maior efetividade na execução de políticas de prevenção aos homicídios e no trabalho de inteligência policial, tanto para evitar novos crimes quanto para identificar os agressores dos casos consumados, facilitando a aplicação das medidas previstas na legislação penal. Atitudes estas inibem a ação de grupos criminosos, os conflitos entre facções e a circulação de armas de fogo, sobretudo nos territórios mais vulneráveis das cidades".

O cenário da violência letal no estado requer um posicionamento firme do poder público no sentido de reverter as estatísticas. É cada vez mais essencial o investimento em políticas sociais e em ações para redução das desigualdades. Além das medidas de prevenção e repressão à criminalidade e à violência, é preciso investigar os assassinatos, responsabilizar os autores e oferecer apoio e proteção às famílias.

59,2% DAS VÍTIMAS COM MENOS DE 30 ANOS DE IDADE

Cerca de 60% das vítimas de homicídio no Ceará no primeiro semestre de 2020 eram jovens, adolescentes ou crianças. De acordo com os dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, dos 2.245 crimes violentos letais intencionais registrados, 912 foram contra jovens de 20 a 29 anos, o que representa 40,62%. É a quantidade de casos mais expressiva. Em segundo lugar, aparece o grupo de 30 a 39 anos, com 483 vítimas, número que corresponde a 21,51%, quase a metade, portanto.

O terceiro grupo etário mais atingido pela violência letal no Ceará nos seis primeiros meses de 2020 é de adolescentes. Pelo menos 409 pessoas de dez a 19 anos perderam a vida, quantitativo que representa 18,22% do total de vítimas. Dos últimos seis anos, o maior percentual, 23,37%, foi registrado no segundo semestre de 2014, quando 494 adolescentes foram assassinados, de um total de 2.113 vítimas de agressões fatais. Já o menor percentual, 14,82%, é do primeiro semestre de 2019, com 164 vítimas de dez a 19 anos para um total de 1.106 casos.

O número de crianças assassinadas também chama a atenção. Embora o grupo com idade até nove anos apareça em penúltimo lugar na classificação etária das vítimas, correspondendo a 0,36% do total de mortos, é espantoso que oito crianças tenham sido assassinadas, todas com menos de seis anos.

Somando-se a quantidade de crianças, adolescentes e jovens que tiveram a vida interrompida pela violência intencional no Ceará no primeiro semestre de 2020, o total de vítimas abaixo de 30 anos chega a 1.329 pessoas, um número que representa 59,21%. É bastante provável que esse número e esse percentual sejam maiores, uma vez que em 70 casos, que correspondem a 3,12%, falta a informação sobre a idade das vítimas.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, ao dissecar os dados sobre mortes violentas intencionais de 2019, reforça a constatação das análises sobre vitimização de homicídios no Brasil produzidas nos últimos anos: as principais vítimas da violência letal no país são homens jovens negros.

Em artigo para a publicação, a pesquisadora e o coordenador de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Betina Warmling Barros e David Marques, sustentam que, assim como na pandemia de covid-19, a violência letal também tem seus grupos de risco. "Os dados comprovam, mais um ano, que a comparação que comumente se faz em relação aos homicídios e fatos violentos correlatos como sendo uma 'epidemia' da segurança pública no país, ainda que guarde semelhanças com o fenômeno da saúde em termos de quantidade de pessoas atingidas, precisa ser entendida como uma epidemia que atinge 'grupos de risco' específicos".

Do conjunto de mortes violentas intencionais de 2019, as vítimas do sexo masculino correspondiam a 91,2%, enquanto o número de mulheres assassinadas representavam, portanto, 8,8%. A proporção é semelhante para todos os tipos de mortes violentas intencionais analisadas – homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e morte decorrente de intervenção policial.

"Quando se fala em mortes violentas intencionais no Brasil, contudo, o principal grupo de risco não são apenas os homens, mas, sobretudo, os homens negros. Assim como no caso da pandemia de covid-19 a combinação de mais de um fator de risco eleva a chance de uma pessoa ser infectada pelo vírus, no caso dos homicídios, a associação entre os fatores sexo masculino e raça/cor negra eleva o risco de uma pessoa ser vítima de morte violenta intencional", comparam Betina Warmling Barros e David Marques.

HOMICÍDIOS: MAIS E MENOS VÍTIMAS

Ano e semestre com maior e menor número de vítimas de homicídio, desde 2014, no Ceará

População geral		
5.133	maior número de casos registrados por ano	2017
2.834	maior número de casos registrados por semestre	2º semestre de 2017
2.257	menor número de casos registrados por ano	2019
1.106	menor número de casos registrados por semestre	1º semestre de 2019
População de dez a 19 anos		
1.003	maior número de casos registrados por ano	2014
554	maior número de casos registrados por semestre	2º semestre de 2017
355	menor número de casos registrados por ano	2019
164	menor número de casos registrados por semestre	1º semestre de 2019

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará

Apesar da discrepância, entre as unidades da federação, na quantidade e qualidade das informações contidas nos boletins de ocorrência quanto à raça/cor, os dados disponíveis permitem visualizar o tamanho da disparidade racial no fenômeno da violência letal. "Para se ter uma ideia, o banco de dados que informa o perfil das vítimas referente aos fatos de 2019 indica que, para cada mulher branca vítima de MVI no Brasil, 22 homens negros morreram em decorrência da violência letal", observam Betina Warmling Barros e David Marques.

"Entre homens negros e brancos, a proporção cai consideravelmente: para cada homem branco, morreram aproximadamente 3 homens negros em 2019. Já na comparação mulheres brancas e mulheres negras, a diferença cai ainda mais. Para cada mulher branca vítima de MVI, foram vitimadas 1,8 mulheres negras", acrescentam a pesquisadora e o coordenador de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

PROPORÇÃO DA VIOLÊNCIA

Proporção de homicídios entre vítimas de dez a 19 anos e vítimas na população geral

Semestre	Proporção
2014.1	21,69%
2014.2	23,37%
2015.1	19,96%
2015.2	20,73%
2016.1	20,17%
2016.2	18,30%
2017.1	18,61%
2017.2	19,55%
2018.1	18,57%
2018.2	18,10%
2019.1	14,82%
2019.2	16,59%

ADOLESCENTES E JOVENS

40,6

por cento eram jovens:
912 vítimas tinham de 20 a 29 anos

18,2

por cento eram adolescentes:
409 vítimas tinham de dez a 19 anos

3,1

por cento sem idade informada:
70 vítimas com idade desconhecida

ESTADO COM MAIOR CRESCIMENTO DA TAXA DE HOMICÍDIOS DE JOVENS

O Ceará apresentou o maior crescimento da taxa de homicídios de jovens em 2017, segundo o Atlas da Violência 2019. O aumento foi de 60% em relação a 2016. Os outros estados onde a violência letal nesse grupo etário foi mais expressiva são Acre, cujo índice cresceu 50,5%; Pernambuco, com 26,2% de aumento; Rio Grande do Norte, onde a taxa aumentou 21,3%; e Espírito Santo, que apresentou um crescimento de 20,2% nesse indicador.

Entre as unidades da federação com as maiores reduções na taxa de homicídios de jovens, o principal destaque é para o Distrito Federal, onde a diminuição atingiu 21,3%. Os estados do Piauí e do Paraná também apresentaram declínio no índice de assassinatos de jovens por grupo de 100 mil, com perfil semelhante: reduções de 13,9% e 13,3%, respectivamente.

O crescimento da taxa de homicídios de jovens no Ceará em 2017 foi dez vezes maior do que a média nacional. Em relação a 2016, o aumento do índice no Brasil foi de 6,7%. Analisando a série histórica desde 2007, o Atlas da Violência 2019 identificou um crescimento de 37,5% na taxa de assassinatos até 2017, último ano analisado pela publicação. Em 11 anos, o índice passou de 50,8 para 69,9 homicídios por grupo de 100 mil jovens.

O problema ganha dimensão ainda maior quando se observam os casos em função do gênero das vítimas. O recorte sobre o grupo dos homens jovens revela uma taxa de 130,4 homicídios por 100 mil habitantes em 2017. Dos 35.783 jovens assassinados no Brasil naquele ano, 94,4% eram do sexo masculino, ou seja, 33.772 homens. "A criminalidade violenta vem sendo fortemente relacionada ao sexo masculino e ao grupo etário dos jovens de 15 a 29 anos", atesta o Atlas da Violência.

O relatório acrescenta que, para todas as unidades federativas, quando é feito o recorte sobre homens jovens, a taxa de homicídios apresenta uma elevação considerável em relação à taxa geral de homicídios de jovens. Considerando-se apenas os jovens do sexo masculino, o Ceará novamente aparece em uma posição bastante desconfortável, com uma taxa de 262,6 vítimas por grupo de 100 mil, superado somente pelo Rio Grande do Norte, onde esse índice atingiu 281,9. Já as menores taxas foram observadas em São Paulo, com 33,3 homens jovens assassinados por grupo de 100 mil, e Santa Catarina, com 53,6 jovens do sexo masculino vítimas de homicídio também por grupo de 100 mil.

Ao longo de 11 anos, de 2007 a 2017, os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, permitem observar um aumento de 38,3% na taxa de homicídios de homens jovens no país. No período mais recente, de 2016 a 2017, esse indicador cresceu 6,4%. Em 11 das 27 unidades federativas, verificou-se uma redução na taxa, principalmente no Distrito Federal, onde a queda foi de 19,7%, em Rondônia, com um recuo de 16,4% e no Piauí, onde a diminuição foi de 15,4%.

Em nove estados, a variação da taxa de homicídios de homens jovens foi acima da média nacional. O Ceará, mais uma vez, se destaca, apresentando o maior aumento, de 58,1%, seguido do Acre, onde o crescimento chegou a 52,6%, e de Pernambuco, que teve um avanço de 27,4%.

"A criminalidade violenta vem sendo fortemente relacionada ao sexo masculino e ao grupo etário dos jovens de 15 a 29 anos", atesta o Atlas da Violência. Para todas as unidades federativas, quando é feito o recorte sobre homens jovens, a taxa de homicídios apresenta uma elevação considerável em relação à taxa geral de homicídios de jovens

HOMICÍDIOS DE JOVENS

Unidades da federação com as maiores taxas de homicídios entre jovens de 15 a 29anos por 100 mil habitantes

Estado	Casos por grupo de 100 mil jovens
Rio Grande do Norte	152,3
Ceará	140,2
Pernambuco	133,0
Alagoas	128,6
Acre	126,3
Sergipe	125,5

Fonte: Atlas da Violência 2019

"Os dados aqui apresentados explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios entre jovens, principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais. Observou-se aumento expressivo dos homicídios de jovens em diversas unidades da federação, as mesmas onde se verificou o crescimento da taxa geral de homicídios em 2017. Ao mesmo tempo, o grupo etário de 15 a 29 anos representou 54,5% do total de vítimas de homicídio naquele ano, embora represente apenas 24,6% da população total do país. A redução da violência letal entre jovens, dessa forma, é um importante quesito para a redução dos homicídios no Brasil", aponta o Atlas da Violência 2019.

A publicação acrescenta que é fundamental o investimento na juventude, por meio de políticas focalizadas nos territórios mais vulneráveis socioeconomicamente, de modo a garantir condições de desenvolvimento infanto-juvenil, acesso à educação, cultura e esportes, além de mecanismos para facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho. "Inúmeros trabalhos científicos internacionais, como os do Prêmio Nobel James Heckman[2] mostram que é muito mais barato investir na primeira infância e juventude para evitar que a criança de hoje se torne o criminoso de amanhã, do que aportar recursos nas infrutíferas e dispendiosas ações de repressão bélica ao crime na ponta e encarceramento", conclui o Atlas da Violência, referindo-se ao economista vencedor do Prêmio Nobel em 2000, e que, desde então, tem se dedicado a estudos sobre a importância da educação de qualidade e da atenção especial aos primeiros anos de vida.

HOMICÍDIOS CONTRA MENINAS: 131% DE AUMENTO

Os dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará sobre homicídios no primeiro semestre de 2020 revelam particularidades da vitimização de mulheres que chamam a atenção por atingir faixas etárias que, comumente, são menos afetadas. Embora a parcela do sexo feminino mais vulnerável continue sendo jovens de 20 a 29 anos, como acontece também com os homens, as estatísticas dos primeiros seis meses de 2020 denunciam uma proporção muito elevada de meninas e idosas vítimas de agressões fatais.

Entre os casos de homicídio na faixa etária de zero a cinco anos, a metade, exatamente 50%, foi de crianças do sexo feminino. A vitimização expressiva de mulheres no primeiro semestre de 2020 no Ceará foi identificada também entre aquelas de idade mais avançada: 15,63% das mortes no grupo de 60 e 69 anos, 26,67% dos casos entre 70 e 79 anos e 20% dos óbitos acima de 80 anos.

A maior quantidade de homicídios entre mulheres foi na faixa de 20 a 29 anos de idade, com 58 casos. Em comparação com os 854 assassinatos de homens nesse grupo etário, o percentual de mulheres é de 6,36%. O número de mulheres de dez a 19 anos assassinadas também é muito relevante, com 44 casos, igualando-se à quantidade verificada no grupo de 30 a 39 anos. Em relação às vítimas do sexo masculino, a proporção de mulheres adolescentes mortas é de 10,76%, maior do que nos grupos de 20 a 29 anos, 30 a 39 anos, 40 a 49 anos e 50 a 59 anos.

Os 44 casos de homicídio contra mulheres de dez a 19 anos no primeiro semestre de 2020 superam a quantidade de assassinatos nesse grupo etário em todo o ano de 2019, quando foram registrados 43 óbitos de adolescentes do sexo feminino em consequência de agressão. Comparativamente aos 19 homicídios registrados no primeiro semestre de 2019, o aumento é de 131,6%.

Analisando o mês de fevereiro, quando houve a paralisação de policiais militares no Ceará, os dados revelam um crescimento espantoso da violência letal contra meninas: 333,33% em comparação com o mês anterior. Enquanto foram registrados três óbitos entre mulheres de dez a 19 anos em janeiro, 13 meninas nessa faixa etária foram assassinadas no mês seguinte. Nos 13 dias da paralisação policial, pelo menos 18 mulheres, em diferentes idades, foram mortas no estado.

O mais grave é que a violência de gênero não tem recuado, mesmo fora desses períodos excepcionais. O monitoramento do Comitê de Prevenção e Combate à Violência permite constatar que, nos 48 dias que antecederam à paralisação dos policiais, foram registrados 43 assassinatos de mulheres. E mesmo depois, nos 17 dias até o início do período de distanciamento social coletivo por causa da pandemia, houve pelo menos 17 mortes de pessoas do sexo feminino, um caso por dia. A média se repetiu nos primeiros 42 dias de isolamento analisados, com 43 homicídios em 42 dias.

Do total de municípios cearenses, em 58 foram registrados casos de homicídio contra mulheres no primeiro semestre de 2020, número que corresponde a 31,52% das 184 cidades do estado. Fortaleza, Caucaia e Maranguape apresentam o maior número de casos, com 52, 22 e 12 óbitos, respectivamente. A maior taxa, no entanto, é de Maranguape, com 18,57 homicídios por 100 mil mulheres. Caucaia ficou com uma taxa de 11,78 assassinatos por 100 mil e Fortaleza ficou com um índice de 3,64 mortes por grupo de 100 mil pessoas do sexo feminino.

Quando analisados os casos de violência letal contra meninas de dez a 19 anos, as três cidades continuam no topo em números absolutos, com 13, dez e quatro casos, respectivamente. A posição quanto às taxas de homicídio de mulheres nesse grupo etário é a mesma do que foi verificado para a população geral do sexo feminino, mas os valores denunciam uma violência maior contra adolescentes. Em Maranguape e Caucaia, as taxas foram o dobro, com 35,08 e 27,74 homicídios de meninas por grupo de 100 mil, respectivamente. Em Fortaleza, o índice quase duplicou, atingindo 7,02 assassinatos de meninas por 100 mil.

Embora com uma redução da violência letal contra adolescentes de dez a 19 anos do sexo feminino em 2019 no Ceará, o assunto ganhou a atenção nacional logo no primeiro domingo de 2020. "Com decretações via rede social, assassinato de meninas dispara no CE" foi a manchete do caderno Cotidiano, do jornal *Folha de São Paulo*, no dia 5 de janeiro. "Ação de facções criminosas eleva em 43% mortes de meninas adolescentes no estado do Nordeste", completou o subtítulo.

Com base no monitoramento realizado pelo Comitê de Prevenção e Combate à Violência, da Assembleia Legislativa, a reportagem apontou que 114 meninas entre dez e 19 anos haviam sido assassinadas no Ceará em 2018, um aumento de 43% em relação a 2017 e de 322% em comparação com 2016, quando foram mortas 27 garotas.

cotidiano

FOLHA DE S.PAULO ★★★

DOMINGO, 5 DE JANEIRO DE 2020 B1

Com decretações nas redes sociais, assassinato de meninas dispara no CE

Ação de facções criminosas eleva em 43% mortes de adolescentes do sexo feminino no estado

Thaiza Pauluze

FORTALEZA Luiza, 15, ainda brincava de boneca no estreito espaço do barraco de dois cômodos em que vivia com a avó na periferia de Fortaleza. Mas, ao invés de figurar entre as debutantes do ano, acabou numa lista perversa: a de meninas decretadas —como são conhecidas aquelas que devem ser mortas após determinação de uma facção criminosa.

Levada arrastada de casa, foi torturada por horas e atingida por sete tiros. A neta é a quarta pessoa assassinada na família de Neide, 70. "Ela era uma criança, mas tinha amizades que não prestam", conta a avó Iranzina, que só enxerga por um olho e tem poucos dentes na boca.

As circunstâncias da morte ainda não foram esclarecidas. Segundo a matriarca, foi uma colega que entregou a menina ao grupo criminoso que controla o bairro, para se livrar da acusação de que seria informante da facção rival. A história de Luiza não é caso [illegible] parte de uma sé-

Foto de Luiza, 15, torturada e morta por facção criminosa na periferia de Fortaleza Adriano Vizoni/Folhapress

dução de homicídios em geral e de meninos no estado. Os dados são do Comitê Ce

Por lá, são três principais facções criminosas: a c[illegible] se GDE (Guardiões

Jornal *Folha de São Paulo* destacou no primeiro domingo de 2020 o crescimento dos homicídios entre mulheres de dez a 19 anos no Ceará

"Os índices alçaram o Ceará ao primeiro lugar do ranking de estado mais perigoso para elas, segundo levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a pedido da Folha", acrescentou a reportagem.

Além do aumento do número de casos, os homicídios contra meninas expunham uma exacerbação da violência, com práticas de tortura e mutilações de vítimas, e uma espetacularização dos casos, desde as ameaças até a exibição dos corpos via redes digitais e aplicativos de mensagem, principalmente por integrantes das facções criminosas. "Todas divulgam decretações nas redes sociais, principalmente no Facebook, por meio de perfis anônimos. As ameaças às garotas são mais frequentes e vêm acompanhadas de xingamentos que não se aplicariam a homens: marmitinha, vagabunda, safada, pirangueira. Algumas postagens indicam que a morte deve ser 'sem massagem', o que significa acrescentar tortura. Seus corpos são expostos antes e depois", constatou a reportagem.

"É a radicalidade do machismo. O gênero autoriza a hiperviolência. São retirados os símbolos de feminilidade. Os cabelos são raspados, os seios cortados", afirmou a psicóloga Daniele Negreiros, coordenadora da pesquisa realizada pelo Comitê de Prevenção à Violência, em 2019, com famílias de meninas que haviam sido assassinadas em 2018. O levantamento buscou identificar e analisar as trajetórias de vida das adolescentes e o contexto familiar, comunitário e social das vítimas, além das políticas públicas disponíveis nos respectivos territórios.

Em 2019, houve uma diminuição no número de homicídios em todas as faixas etárias, inclusive entre adolescentes do sexo feminino, mas as condições de vulnerabilidade à violência letal se mantêm. "As causas estruturais que levaram ao assassinato dessas meninas não foram superadas. Elas não estão mais protegidas hoje", analisou o presidente do Comitê de Prevenção e Combate à Violência, deputado estadual Renato Roseno.

"Na verdade, no último ano, houve um aprofundamento das vulnerabilidades, com desmonte de políticas sociais e investimento em uma segurança pública focada na ostensividade, de helicópteros e drones", complementava a psicóloga Daniele Negreiros. O espectro de vulnerabilidades inclui evasão escolar, gravidez na adolescência, experimentação precoce de drogas, fragilidade do atendimento socioeducativo, falta de oportunidade de trabalho formal e renda e maior exposição à violência armada.

Pelo monitoramento dos dados de crimes violentos letais intencionais no Ceará realizado pelo Comitê de Prevenção à Violência, é possível perceber a insegurança à qual as mulheres estão expostas, como observa Roger Sousa, também psicólogo e assessor da equipe técnica. "Chama a atenção o fato do número de mulheres e meninas vítimas de CVLI aumentar gradativamente ao passar dos semestres até o ponto em que se nota aumento drástico a partir do primeiro semestre de 2017, com redução expressiva apenas em 2019.1, a qual não se estabelece, visto que torna a aumentar no semestre seguinte, mantendo-se até 2020.1".

A reportagem do jornal *Folha de São Paulo* provocou reações de vários segmentos sociais e manifestações envolvendo agentes públicos do mais alto escalão da Justiça brasileira. "No CE, facções têm executado crianças e adolescentes do sexo feminino. As imagens das vítimas são veiculadas nas redes sociais para 'marcá-las'. Faz-se urgente uma política nacional de segurança que use as novas tecnologias para identificar os criminosos", posicionou-se por meio de rede social o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal.

A professora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Débora Diniz, mirou o alvo, ao cobrar um posicionamento do então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, diante do que estava sendo denunciado. "Ministro Moro, passei o dia à espera de sua palavra heroica sobre as meninas mortas no Ceará. Um crescimento vertiginoso na taxa de homicídios. Há decretos de morte pelas redes sociais, um rastro de investigação para os homens de bem atuarem. Seu silêncio é conivente".

Sérgio Moro pediu exoneração do cargo em abril de 2020. O silêncio do governo, no entanto, continua calando fundo, e se estende da esfera federal para a esfera estadual, pela falta de respostas às reivindicações dos movimentos feministas, mas, principalmente, pela ausência de políticas que, efetivamente, assegurem a vida das mulheres.

FEMINICÍDIO: É PRECISO NOMEAR PARA ENFRENTAR

Seja qual for a proporção, a violência letal contra mulheres exige uma atenção especial do poder público e da sociedade. Cada vida importa. "Ao apresentar os dados de mulheres e homens assassinados, é fundamental problematizar essa diferença abordando a questão do feminicídio, pois a maior parte das mulheres, inclusive no contexto do tráfico de drogas e armas, é assassinada em razão do seu gênero", observa a assistente social, historiadora e educadora feminista Beth Ferreira.

"Feminicídio: é preciso nomear para enfrentar", destaca o dossiê sobre a violência letal contra mulheres no Ceará publicado em 2020 pelo Fórum Cearense de Mulheres em parceria com a Articulação de Mulheres Brasileiras. O documento é resultado de uma pesquisa que as organizações deram início em 2018, a partir de uma inquietação provocada pelos dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social.

"Em 2018, um dado que nos chamou a atenção foi o baixíssimo número de feminicídios registrados pela SSPDS. Em todo o ano, apenas 5,6% dos casos foram registrados como tal, 2,8% como latrocínios, 0,2% como lesão seguida de morte e 91,4% como 'homicídio doloso'. Estes dados vão na contramão de todos os estudos sobre homicídio de mulheres, que indicam tratar-se, majoritariamente, de feminicídios: o assassinato de mulheres por razão do seu gênero", resgata o dossiê, intitulado "Feminicídio: a dor de contar mortes evitáveis - Ou sobre a (ir)responsabilidade do Estado na prevenção do assassinato de meninas e mulheres".

Outro dado alarmante foi o número de homicídios de meninas com idade entre zero e 19 anos: 118 assassinatos ao longo de 2018. "Apesar de muitos desses casos terem sido amplamente divulgados em noticiários de TV e na internet, sobretudo pelo requinte de crueldade e pelo ataque frontal ao corpo 'feminino' que caracterizavam o assassinato dessas meninas e jovens, todos foram registrados pela SSPDS como homicídio doloso", acrescenta a publicação elaborada pelo Fórum Cearense de Mulheres.

"O fato desses e de muitos outros casos noticiados pela imprensa terem características explícitas de feminicídio, mas não serem assim registrados, nos levou a mobilizar uma série de atos e manifestações públicas, problematizando essa tipificação e reivindicando mudanças. A SSPDS,

GALBA NOGUEIRA

no entanto, seguiu afirmando que os casos de feminicídio no estado reduziam-se a uma minoria. Diante disso, o FCM/AMB decidiu realizar uma pesquisa para ter mais elementos e poder se contrapor às afirmativas da SSPDS e denunciar o descaso do governo estadual frente ao aumento vertiginoso de homicídios de mulheres e meninas no estado".

Para se ter uma ideia da fragilidade das informações divulgadas, o Ceará foi a única unidade da federação que em 2016 e 2017 não notificou casos de feminicídio. "Foi esta subnotificação que nos levou a realizar a pesquisa sobre feminicídio, visando contrapor os dados oficiais". O levantamento incluiu consultas aos dados do próprio Governo do Ceará, mas também do Ministério Público e aos relatórios Atlas da Violência e Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

A constatação foi a pior possível: "A realização da pesquisa e, sobretudo, sua sistematização, nos levou a ampliar o olhar para os dados de violência contra as mulheres no Ceará. A busca de informações nos fez perceber que, historicamente, o Ceará sempre figurou como um dos estados com o maior número de assassinatos de mulheres no país" atesta a publicação realizada pelo Fórum Cearense de Mulheres em parceria com a Articulação de Mulheres Brasileiras.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

8,6% foi a proporção de homicídios contra mulheres no primeiro semestre de 2020 no Ceará, mas, entre 11 grupos etários, sete superam essa média, chamando mais a atenção a violência letal entre meninas e idosas

Faixa etária	Proporção
Faixa etária	50,00%
0 a 5 anos	Sem caso registrado
6 a 9 anos	10,76%
10 a 19 anos	6,36%
20 a 29 anos	9,11%
30 a 39 anos	9,91%
40 a 49 anos	8,08%
50 a 59 anos	15,63%
60 a 69 anos	26,67%
70 a 79 anos	20,00%
Acima de 80 anos	5,71%
Idade não informada	---

Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará

CIDADES COM MAIS CASOS E MAIORES TAXAS DE HOMICÍDIO

A capital Fortaleza e as vizinhas Caucaia e Maracanaú são os municípios com mais casos de homicídios registrados no primeiro semestre de 2020. A capital ocupa a liderança no ranking de assassinatos, com 720 crimes violentos letais intencionais computados. A cidade vizinha de Caucaia aparece em segundo lugar, com 218 casos. E Maracanaú, que também faz limite com esses dois outros municípios, está na terceira posição, com 98 óbitos.

A análise das taxas de mortalidade por homicídio revela, no entanto, outros três municípios no topo da violência letal do estado. Ibicuitinga apresentou o maior índice nos primeiros seis meses de 2020, com 102,94 assassinatos por 100 mil habitantes. Na sequência, ficou a cidade de Itaitinga, na região metropolitana de Fortaleza, com 80,89 óbitos por 100 mil moradores. A taxa é praticamente a mesma do município de Campos Sales, que aparece em terceiro lugar, com 80,09 crimes violentos letais intencionais por 100 mil habitantes.

Embora Fortaleza se mantenha em primeiro lugar no número de casos de homicídio, a taxa de mortalidade deixa a capital na 40ª posição, com 26,80 assassinatos por 100 mil habitantes. As posições de Caucaia e Maracanaú, os outros dois municípios que acumulam mais óbitos em consequência de agressões, são ainda mais desfavoráveis. Caucaia atingiu no primeiro semestre de 2020 uma taxa de 59,69 crimes violentos letais intencionais por 100 mil moradores. Maracanaú ficou com uma taxa de 42,71 mortes por 100 mil habitantes.

Dos 184 municípios cearenses, 153 registraram pelo menos um caso de homicídio nos primeiros seis meses de 2020, número que corresponde a 83,15%. Ou seja: em apenas 31 cidades, o que representa 16,85%, não houve registro de assassinato. Entre os 153 municípios que registraram casos, apenas 44 apresentaram taxas abaixo de 10 mortes por 100 mil habitantes, o que significa dizer que os outros 109 estavam com índice superior, situação que caracteriza epidemia, conforme a Organização Mundial de Saúde.

MAIS CASOS E MAIORES TAXAS

Cidade	Taxas		Casos	
	Ranking	Taxas	Ranking	Casos
Ibicuitinga	1º	102,94	27º	13
Itaitinga	2º	80,89	12º	31
Campos Sales	3º	80,09	16º	22
São Luís do Curu	9º	61,33	41º	8
Caucaia	10º	59,69	2º	218
Maracanaú	20º	42,71	3º	98

720

crimes violentos letais intencionais foram computados em Fortaleza no primeiro semestre de 2020, deixando a capital na liderança do ranking de assassinatos. Caucaia, com 218 óbitos, e Maracanaú com 98 mortes, ocupam o segundo e o terceiro lugares.

O recorte da análise sobre a violência letal para o grupo de dez a 19 anos de idade revela uma quantidade maior de casos também em Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, respectivamente, com 137, 38 e 19 homicídios registrados. Quando analisadas as taxas de assassinatos nessa faixa etária, percebe-se que a violência letal ganha uma dimensão maior nesses três municípios comparativamente aos índices na população geral. A capital, por exemplo, que ocupava a 40ª posição no ranking das taxas de homicídio por 100 mil habitantes, conforme já descrito, passa para o 34º lugar na lista que traz os índices referentes apenas às vítimas de dez a 19 anos, com 36,31 mortes por 100 mil adolescentes.

Dos três municípios com as maiores taxas de homicídio nesse grupo, apenas um se repete entre os maiores índices na população geral. A cidade de Itaitinga, que atingiu a segunda maior taxa de assassinatos na população geral, atrás de Ibicuitinga, assumiu a triste liderança no ranking das taxas de óbito de adolescentes, com 153,43 casos por 100 mil pessoas de dez a 19 anos. Na sequência, praticamente empatados, os municípios de Forquilha e São Luís do Curu, na zona Norte do estado, ocuparam a segunda e a terceira posições, um com 127,55 e outro com 127,09 mortes por 100 mil adolescentes.

Dos 184 municípios cearenses, 76 registraram pelo menos um caso de homicídio nos primeiros seis meses de 2020 no grupo de dez a 19 anos de idade, número que corresponde a 41,30%. Ou seja: em apenas 108 cidades, o que representa 58,70%, não houve registro de assassinato de pessoas nessa faixa etária.

SEM HOMICÍDIOS	
31 municípios do Ceará não registraram crime violento letal intencional no primeiro semestre de 2020. O número corresponde a 16,85% do total de 184 cidades cearenses	
Abaiara	Milagres
Altaneira	Mulungu
Ararendá	Nova Russas
Arneiroz	Pacujá
Baixio	Parambu
Bela Cruz	Piquet Carneiro
Cariré	Poranga
Carnaubal	Potengi
Croatá,	Quixelô
Graça	Salitre
Groaíras	Santana do Cariri
Ipaporanga	Senador Sá
Ipaumirim	Tarrafas
Irauçuba	Tejuçuoca
Itaiçaba	Umari
Jati	

VIOLÊNCIA ARMADA

Monitoramento realizado pelo Comitê de Prevenção à Violência, da Assembleia Legislativa, sobre os dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social revela que as armas de fogo foram usadas em pelo menos 90,54% dos homicídios praticados no Ceará contra pessoas na faixa etária de dez a 19 anos, de 2014 a 2019. O ano com maior percentual foi 2018, atingindo 92,28%.

A análise dos assassinatos na população geral aponta que o maior percentual de uso de arma de fogo foi também em 2018, quando chegou a 86,99%, inferior, portanto, ao índice no grupo de adolescentes. Embora 2017 tenha sido o ano com mais homicídios, o percentual de uso de arma de fogo ficou ligeiramente menor, com 86,85%. No período de seis anos, a média de uso de arma de fogo, independentemente da idade da vítima, foi de 83,76%.

Já o ano com menor percentual de uso de arma de fogo nos assassinatos no Ceará foi 2019. Entre as vítimas com idade de dez a 19 anos, o percentual foi de 88,17% - nos cinco anos anteriores, o índice sempre foi superior a 90%. Na população geral, o percentual foi de 78,78% - nos cinco anos anteriores, o índice nunca foi inferior a 80%.

O elevado índice de uso de arma de fogo se manteve também no primeiro semestre de 2020, principalmente contra adolescentes. O instrumento foi usado em 86,10% dos assassinatos na população geral e em 90,71% dos homicídios no grupo de dez a 19 anos. A diferença é muito grande em comparação com o percentual médio do país. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, nos primeiros seis meses do ano, 72,5% dos crimes contra a vida foram cometidos com arma de fogo.

A publicação acrescenta que a apreensão de armas de fogo seguiu, no primeiro semestre de 2020, a redução verificada nos dois anos anteriores. "Os registros de apreensão de armas pelas polícias estaduais apresentaram redução de 2,2% no primeiro semestre de 2020. Foram 52.703 registros entre janeiro e junho de 2020 contra 53.913 no mesmo período de 2019. Entre 2018 e 2019, esse número também apresentou leve variação negativa, de 0,3%. Foram 108.949 armas apreendidas em 2018 contra 105.038 em 2019. Vale ressaltar que a Polícia Rodoviária Federal também apreendeu menos armas entre 2018 e 2019, com redução de 1,9%. Neste sentido, a pandemia parece não ter impactado significativamente a apreensão de armas pelas polícias estaduais".

Entre as 24 unidades da federação que forneceram informações, o Ceará ocupou a oitava posição em apreensão de armas de fogo nos primeiros semestres de 2019 e de 2020. Em relação aos estados do Nordeste, no primeiro semestre de 2020, o Ceará ficou em segundo lugar, atrás de Pernambuco. Em comparação com o primeiro semestre de 2019, no entanto, o Ceará apresentou variação positiva de 3,5% na apreensão de armas e Pernambuco teve redução de 0,4%. O aumento de armas de fogo apreendidas no Ceará foi inferior aos estados do Rio Grande do Norte, que teve um crescimento de 17,6%, e de Alagoas, onde o incremento foi de 5,6%.

Os dados sinalizam claramente que a circulação de armas de fogo no Ceará é um grave problema. Embora o estado apreenda mais armas do que pelo menos outras 16 unidades da federação, os índices de homicídios cometidos com tais instrumentos são muito elevados.

ARMAS DE FOGO

86,1

por cento das vítimas foram mortas com arma de fogo, percentual que aumenta para

90,7

quando se analisam apenas os casos na faixa etária de dez a 19 anos, no primeiro semestre de 2020.

83,7

por cento foi a média de uso de arma de fogo nos assassinatos na população geral, de 2014 a 2019.

86,9

por cento foi o índice de uso de arma de fogo nos assassinatos na população geral, em 2018, o maior índice em seis anos.

78,7

por cento foi o índice de uso de arma de fogo nos assassinatos na população geral, em 2019, o menor índice em seis anos.

APREENSÃO DE ARMAS

Armas de fogo apreendidas nos primeiros semestres de 2019 e 2020. O Ceará ocupou a oitava posição em apreensão de armas de fogo no primeiro semestre de 2019 e no primeiro semestre de 2020

	2019.1	2020.1	Variação (%)
Brasil	**53.913**	**52.703**	**-2,2**
Acre	149	106	-28,9
Alagoas	799	844	5,6
Amapá	261	169	-35,2
Amazonas	707	559	-20,9
Bahia	...	...	...
Ceará	**2.757**	**2.854**	**3,5**
Distrito Federal	718	816	13,6
Espírito Santo	1.519	1.726	13,6
Goiás	3.286	3.124	-4,9
Maranhão	1.377	974	-29,3
Mato Grosso	1.122	1.088	-3,0
Mato Grosso do Sul	348	333	-4,3
Minas Gerais	12.628	14.808	17,3
Pará	1.587	779	-50,9
Paraíba	1.954	1.656	-15,3
Paraná	3.110	3.632	16,8
Pernambuco	3.032	3.021	-0,4
Piauí	371	298	-19,7
Rio de Janeiro	4.368	3.360	-23,1
Rio Grande do Norte	261	307	17,6
Rio Grande do Sul	4.869	4.487	-7,8
Rondônia	236	400	69,5
Roraima	...	...	...
Santa Catarina	1.516	1.165	-23,2
São Paulo	6.605	5.894	-10,8
Sergipe	333	303	-9,0
Tocantins	...	...	...

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Homens da Força Nacional de Segurança Pública em Fortaleza, em janeiro de 2019, após série de ataques no Ceará: policiamento ostensivo em apoio aos agentes da segurança pública do estado

NOVA E PERVERSA CONFIGURAÇÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS

Uma análise mais acurada sobre a criminalidade violenta no Ceará e, especificamente, sobre o grande aumento de homicídios no estado nos últimos anos requer um olhar ampliado e, portanto, o retorno a um passado recente. "A partir de 2010, houve uma mudança significativa na dinâmica criminal local. Já existia uma circulação de armas de fogo considerável, já existiam os grupos criminosos, as gangues, mas um pouco antes da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, a gente passa a ter a presença de facções criminosas atuando no tráfico de varejo", observa a socióloga Jania Perla Aquino, pesquisadora de temas como dinâmicas criminais, mercados ilegais e segurança pública.

Coordenadora científica do Laboratório de Estudos da Violência, da Universidade Federal do Ceará, ela cita os dois grandes eventos de futebol realizados no Brasil, respectivamente em 2013 e 2014, inclusive com partidas ocorridas em Fortaleza, como oportunidades para as organizações criminosas ampliarem o campo de atuação no tráfico de drogas e armas no estado. "A gente já tinha, bem antes, essas facções atuando na distribuição. Só que, durante os anos 2010, sobretudo um pouco antes desses dois eventos, a gente teve a chegada de facções que passaram a atuar não mais apenas como distribuidoras, mas a disputar posições de mando no contexto das periferias".

A disputa das facções criminosas pelo controle do narcotráfico em áreas periféricas de Fortaleza envolveu diferentes confrontos, com um impacto significativo na vida das pessoas, literalmente, ocasionando mais conflitos, aumentando o número de assassinatos. "É lógico que há outros elementos relacionados à conflitualidade que não têm relação com a presença das facções, mas a mudança nas formas de disputa e funcionamento dos coletivos criminais é o elemento principal que colocou Fortaleza numa situação de crescimento vertiginoso de homicídios, ano após ano. Essa é a variável principal para entender as subidas mais recorrentes e uma ou outra queda nos homicídios durante essa década", aponta Jania Aquino.

A nova e perversa configuração das organizações criminosas no Ceará, que se expandiu da capital para o interior, foi favorecida também pela posição geográfica de Fortaleza. No mercado das drogas, principalmente, a quinta capital do Brasil é um entreposto estratégico para as maiores facções do país. "Daqui se exporta para países da Europa e do Atlântico. Então, a cidade se tornou tão importante para as facções não só por ser um mercado consumidor do tráfico de varejo, mas por ter sido também esse entreposto de grande relevância para facções do Sudeste, como o PCC e o Comando Vermelho", acrescenta a pesquisadora, numa referência às duas principais organizações criminosas do país – o Primeiro Comando da Capital, que teve origem nos presídios de São Paulo, e o Comando Vermelho, que surgiu no sistema prisional do Rio de Janeiro.

O efeito nefasto da paralisação dos policiais

No período da greve dos agentes de segurança do Ceará, no primeiro semestre de 2020, a média de assassinatos no estado foi de 24,69 casos por dia, bem superior à média diária de 8,54 óbitos em decorrência de agressões verificada no mês anterior.

A PARALISAÇÃO de policiais militares no Ceará, entre 18 de fevereiro e 1º de março de 2020, contribuiu significativamente para o aumento da violência letal no estado no primeiro semestre do ano. Uma parte expressiva dos óbitos aconteceu durante a greve dos agentes de segurança. Mais do que uma mobilização por melhorias salariais, a paralisação foi vista pelo governo estadual como um levante com forte inclinação político-eleitoral, tanto que foi tratada o tempo inteiro como um motim.

Nos 13 dias do movimento, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará contabilizou 321 homicídios, uma média de 24,69 casos a cada 24 horas, quase o triplo da média de assassinatos que haviam sido registrados no mês anterior. Em janeiro, foram computados 265 crimes de morte, ou seja, 8,54 óbitos por dia, uma quantidade que já era bastante elevada.

A paralisação começou no fim da tarde de 18 de fevereiro, dia em que foram registrados cinco homicídios no Ceará. Já no dia seguinte, o número saltou para 29 assassinatos. Com a disparada da violência, o governador Camilo Santana recorreu ao presidente Jair Bolsonaro, que autorizou o emprego das tropas do Exército, por meio de um decreto de Garantia da Lei e da Ordem, publicado em 20 de fevereiro, terceiro dia da greve.

As tropas federais começaram a patrulhar as ruas de Fortaleza e de cidades da região metropolitana da capital no dia 21. Mesmo assim, foram registrados 38 crimes de morte no Ceará naquele dia. O Exército empregou 2,5 mil homens, sendo 1,7 mil para auxiliar os agentes de segurança que não aderiram à paralisação. O restante se dividiu entre o trabalho de planejamento das ações e as atividades logísticas, como transporte e alimentação.

Enquanto policiais promoviam ocupação de quartéis e esvaziamento de pneus dos veículos pertencentes às forças estaduais de segurança, o Ceará também recebeu o reforço de 300 agentes da Força Nacional, unidade comandada pelo Ministério da Justiça e formada por policiais de outros estados, além de 212 homens da Polícia Rodoviária Federal. Mas o número de assassinatos durante a paralisação representou 44,33% do total de homicídios do primeiro bimestre inteiro.

Ao longo de todo o mês de fevereiro, o mais curto do calendário, mesmo tendo 29 dias por ser um ano bissexto, foram computadas 459 mortes decorrentes de agressões. O número de homicídios fez com que o estado tivesse em 2020 o mês de fevereiro mais violento desde 2013, segundo o Monitor da Violência, ferramenta desenvolvida a partir de uma parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo, e o portal de notícias G1.

GREVE DIA A DIA

18 FEV

1º DIA. TERÇA-FEIRA.
Três policiais são presos em Fortaleza por cercarem um carro da Polícia Militar e esvaziarem os pneus do veículo. Segundo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, policiais organizaram protestos também em outras cidades do Ceará e pelo menos quatro batalhões da polícia foram invadidos e tiveram veículos retirados dos locais e os pneus esvaziados. No mesmo dia, o Governo do Ceará comunicou que iria instaurar inquéritos policiais militares e processos administrativos disciplinares contra todos os agentes de segurança que se envolvessem em atos que configurassem crime militar.

Diário do Nordeste

HOME ÚLTIMA HORA METRO POLÍTICA JOGADA NEGÓCIOS SISI ZOEIRA COLUNISTAS PAPO CARREIRA

POLÍTICA

Governo afasta 168 e pune outros 77 desertores da Polícia Militar

Escrito por **Wagner Mendes**, 22:00 / 22 de Fevereiro de 2020.

Nomes divulgados no Diário Oficial do Estado deverão ficar por até 120 dias em investigação. Todos eles ficam automaticamente com os salários suspensos. Os profissionais deverão devolver os equipamentos de trabalho

Esvaziamento de pneus de viaturas pertencentes às forças estaduais de segurança pública foi uma das estratégias adotadas por policiais militares na paralisação realizada no período de 18 de fevereiro a 1º de março de 2020

Logo no primeiro dia da paralisação, três policiais foram presos em Fortaleza, por terem cercado um veículo da corporação e esvaziado os pneus. Ainda no dia 18, os pneus de outros veículos da Polícia Militar foram também esvaziados nas dependências de um batalhão na região metropolitana. Grupos encapuzados atacaram, pelo menos quatro vezes, um quartel da Polícia Militar no bairro Aerolândia, na capital, e levaram viaturas do local.

Embora o medo e a insegurança tenham tomado de conta da população cearense ao longo de todo o período de greve, o dia mais tenso foi 19 de fevereiro, quando as atenções do país se voltaram para Sobral, a 233 quilômetros de Fortaleza. Na tarde daquele dia, o senador licenciado Cid Gomes (PDT), ex-prefeito da cidade e ex-governador do estado, foi baleado durante um protesto de policiais, ao tentar entrar em um batalhão da polícia conduzindo uma retroescavadeira.

Na tentativa de furar o bloqueio montado por policiais, o senador ainda fez uso de um megafone para se dirigir aos manifestantes. "Vocês têm cinco minutos pra pegarem os seus parentes, as suas esposas e seus filhos e saírem daqui em paz. Cinco minutos. Nem um a mais", determinou, do alto do veículo. Como o alerta não foi atendido, ele seguiu dirigindo a retroescavadeira rumo ao portão de entrada do batalhão, quando foi alvejado. O comando da Polícia Militar tratou o caso como tentativa de homicídio.

Embora as balas não tenham perfurado órgãos vitais, os disparos atingiram a região do tórax. Segundo boletim médico, o trauma ocasionou perfuração do hemotórax esquerdo, lesão pulmonar e pneumotórax hipertensivo, que se caracteriza pelo acúmulo de ar no espaço pleural sob pressão, comprimindo os pulmões e diminuindo o retorno venoso para o coração, o que pode levar à parada cardiorrespiratória em pouco tempo, caso não seja diagnosticado e tratado rapidamente.

O senador precisou ser levado ao Hospital do Coração, em Sobral, e ficou em observação na Unidade de Terapia Intensiva. Depois, ele foi transferido para outra unidade hospitalar, em Fortaleza, para ser submetido a exames complementares. Cid Gomes recebeu alta hospitalar quatro dias depois, em 23 de fevereiro, quando também foi divulgado pela assessoria do senador que exames de raio-X realizados no dia anterior identificaram a presença de dois projéteis metálicos alojados no corpo dele, um ao lado das costelas e outro no pulmão esquerdo, além de fragmento de projétil. O senador não precisou passar por procedimento para remoção das balas.

O episódio despertou reações diversas no meio político, no ambiente jurídico e entre outras instituições. Muitos posicionamentos repudiaram os disparos de tiros contra Cid Gomes, outros lamentaram os desdobramentos da paralisação dos policiais, mas considerando temerária também a estratégia de confronto direto adotada pelo ex-governador, e alguns defendiam que o senador fosse responsabilizado por tentar furar o cerco de manifestantes conduzindo uma retroescavadeira.

O caso repercutiu na imprensa internacional. A agência de notícias The Associated Press publicou texto que foi replicado por diversos portais de comunicação em todo o mundo, entre eles os influentes The New York Times, The Washington Post e ABC News. O assunto de que um senador brasileiro foi baleado ao avançar com um trator contra policiais em protesto chegou a ser o mais comentado mundialmente no Twitter.

O deputado federal Capitão Wagner e o deputado estadual Soldado Noelio, ambos filiados ao Pros, avaliaram que os disparos foram "legítima defesa". No dia seguinte, o Capitão Wagner e outros dois deputados federais militares, Capitão Alberto Neto (PRB-AM) e Major Fabiana (PSL-RJ), registraram um Boletim de Ocorrência contra o senador licenciado por tentativa de homicídio. Em vídeo, eles afirmavam que Cid Gomes havia atentado contra a vida de policiais militares em Sobral.

Em igual sentido, a instância maior do Ministério Público também foi provocada. A União Nacional dos Juízes Federais do Brasil solicitou ao procurador-geral da República Augusto Aras que denunciasse o senador por tentativa de homicídio qualificado "com emprego de meio resultante em perigo comum" e de "impossibilidade de defesa das vítimas".

GREVE DIA A DIA

19 FEV

2º DIA. QUARTA-FEIRA.
O dia começa com prédios de batalhões da Polícia Militar fechados em Barbalha, Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte e Sobral.

Ocupações das sedes de batalhões e esvaziamento de pneus de veículos oficiais e particulares foram identificados em Fortaleza e em outros municípios.

Senador licenciado Cid Gomes foi baleado em Sobral ao tentar furar bloqueio para entrar no prédio de um batalhão da polícia conduzindo uma retroescavadeira. Policiais em greve faziam um protesto no local. Antes, homens encapuzados em carro da Polícia Militar ordenaram que comerciantes fechassem os estabelecimentos.

Deputado estadual Romeu Aldigueri (PDT) anuncia pedido de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar associações ligadas à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros, após suspeitas de uso de recursos em atividades e com materiais para incitar greve da categoria. Após as assinaturas de 28 dos 46 parlamentares, o requerimento foi apresentado formalmente para ser analisado pela Procuradoria Jurídica do Legislativo quanto aos aspectos formais e constitucionais.

Grupos encapuzados atacam, pelo menos quatro vezes, quartel da Polícia Militar no bairro Aerolândia, em Fortaleza, e levam viaturas do local.

Deputado federal Capitão Wagner e deputado estadual Soldado Noelio, ambos do Pros, dizem que ataque a Cid Gomes foi legítima defesa.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública emitiu uma nota manifestando repúdio pelos excessos cometidos. "O Fórum Brasileiro de Segurança Pública condena a escalada de confronto e violência ocorrida nesta tarde quando o senador e ex-governador do CE, Cid Gomes, foi atingido por disparos de arma de fogo em meio a uma paralisação de policiais militares no município de Sobral".

O colegiado também reprovou a estratégia adotada pelo movimento de policiais. "É igualmente condenável que viaturas policiais circulem com agentes mascarados aterrorizando a população e ordenando o fechamento de estabelecimentos comerciais. Por mais legítimas que sejam as demandas salariais dos profissionais de segurança pública, é inadmissível que maus policiais disseminem medo e pânico entre a população".

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública concluiu apelando para o bom senso e a necessidade de soluções sem conflitos e sob o respaldo da lei. "Neste momento, faz-se necessário que autoridades, associações e representantes das instituições policiais tenham serenidade e responsabilidade para encontrar saídas pacíficas e dentro da legalidade".

Dentro da legalidade significa, necessariamente, fora da greve. A Constituição Federal, a partir da Emenda Constitucional nº 18, de 5 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares, vedou a eles o direito de greve assegurado aos demais trabalhadores. "Ao militar são proibidas a sindicalização e a greve", determina o artigo 142, inciso IV da Carta Magna.

Enquanto isso, representantes dos três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - tentavam mediar um acordo com os policiais que participavam da paralisação para pôr fim ao movimento e restabelecer a sensação de segurança pela população. O governador Camilo Santana propôs aumentar de forma progressiva o salário dos soldados da Polícia Militar, passando de R$ 3,2 mil para R$ 4,5 mil até 2022, último ano de seu segundo mandato. Mas parte dos agentes de segurança insistia que o aumento fosse implementado ainda em 2020.

A proposta inicial do governo era aumento para R$ 4,2 mil até 2022. O impasse, que custou a tranquilidade de muitos cearenses e a vida de alguns, demoraria 13 dias.

Disparos contra ex-governador do Ceará repercutem na imprensa internacional e passam a ser o assunto mais comentado no Twitter.

Vídeo divulgado nas mídias sociais mostra Cid Gomes antes de seguir para o quartel onde foi alvejado por tiros. Em área aberta, ele discursa para um grupo de pessoas, quando afirma que havia "carros da polícia e bandidos dentro" circulando em Sobral.

Até o começo da tarde, 261 policiais já estavam respondendo a inquéritos militares e procedimentos administrativos na Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública por envolvimento nos atos, segundo o então secretário da Segurança, André Costa, que também anunciou a suspensão dos salários dos agentes, com a retirada dos respectivos nomes da folha de pagamento.

Governador Camilo Santana determina o cancelamento do desconto de verba na folha de pagamento dos policiais e bombeiros militares destinado a cinco associações citadas pelo Ministério Público estadual como mobilizadoras de movimentos da categoria.

Governador anuncia ter solicitado ao governo federal o apoio de tropas federais para reforçar a segurança do estado. Segundo Camilo, havia ações de vandalismo em curso provocadas por homens mascarados, alguns policiais, além de mulheres que se apresentavam como esposas de militares.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Ministros do Supremo Tribunal Federal: corte máxima do Brasil decidiu manter proibição a greve de policiais militares e estendeu o veto a todas as outras forças de segurança pública

REAÇÕES NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A proibição constitucional de realização de greve pelos membros das Forças Armadas e por policiais militares foi mantida pelo Supremo Tribunal Federal, em 5 de março de 2017, e estendida para as demais categorias da área de segurança pública. O entendimento da maioria dos ministros da corte máxima foi de que os servidores que atuam diretamente na área da segurança pública não devem exercer o direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, por desempenharem atividade essencial à manutenção da ordem pública.

A decisão, que serve para balizar julgamentos em todas as instâncias, foi tomada no julgamento de um recurso extraordinário apresentado pelo Governo do Estado de Goiás, questionando a legalidade de uma greve de policiais civis. Pela tese aprovada, o direito de greve fica vetado também para policiais civis, federais, rodoviários federais e integrantes do Corpo de Bombeiros, entre outras carreiras ligadas diretamente à segurança pública. Essas carreiras, no entanto, mantêm o direito de se associar a sindicatos.

"O Estado não faz greve. O Estado em greve é um Estado anárquico, e a Constituição não permite isso", afirmou o ministro Alexandre de Moraes, argumentando que os policiais integram o braço armado do Estado, o que impede que eles façam greve. Para Alexandre de Moraes, o interesse público na manutenção da segurança e da paz social deve estar acima do interesse de determinadas categorias de servidores públicos.

Já o ministro relator da matéria, Edson Fachin, se posicionou a favor do direito à greve para os policiais civis, desde que as paralisações fossem autorizadas previamente pelo Judiciário, que estabeleceria um percentual mínimo de servidores que continuariam trabalhando. "No confronto entre o interesse público de restringir a paralisação de uma atividade essencial e o direito à manifestação e à liberdade de expressão, deve-se reconhecer o peso maior ao direito de greve", considerou.

A paralisação dos policiais militares no Ceará em fevereiro de 2020 também ganhou repercussão entre os ministros do Supremo Tribunal Federal, imediatamente depois que o senador Cid Gomes foi baleado. "É um perigo para as instituições. Não pode nenhuma corporação

armada fazer greve", afirmou Ricardo Lewandowski. "Como ministro do Supremo Tribunal Federal, acho que é extremamente preocupante uma greve de policiais militares ou qualquer corporação armada. É constitucionalmente vedado que corporações armadas façam greve".

Ex-ministro da Justiça e ex-secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, o ministro Alexandre de Moraes também reprovou não apenas a greve dos policiais cearenses, mas as ações adotadas durante a paralisação. "O que vem acontecendo no Ceará é inadmissível. Crime de dano ao patrimônio público, destruindo viaturas, tiros", rechaçou. "Eu não entro no mérito dos fatos porque não estava lá. Mas onde já se viu policial que se queira policial – e eu tenho certeza de que no STF não tem ninguém que tem mais admiração pela polícia do que eu... Como se pode disparar tiros a esmo? Podia ter sido um morticínio gigantesco. É ilegal e tem que ter consequências tanto na Justiça comum quanto na criminal", acrescentou.

ANTECEDENTES DO MOVIMENTO GREVISTA

A greve dos policiais militares do Ceará teve início em 18 de fevereiro de 2020, mas parte da categoria começou a se mobilizar desde outubro de 2019, por meio de atos públicos e caminhadas. Em 5 de dezembro, policiais e bombeiros militares organizaram um ato reivindicando melhoria salarial.

Quase dois meses depois, em 31 de janeiro, um dia antes da abertura do ano legislativo, o governo do Ceará anunciou um pacote de reajuste para soldados. Em 6 de fevereiro, data em que a proposta seria levada à Assembleia Legislativa, policiais e bombeiros promoveram nova manifestação, pedindo aumento superior ao sugerido. Uma semana depois, em 13 de fevereiro, o governo anunciou que havia entrado em acordo com os agentes de segurança, após ter elevado o valor do reajuste.

GREVE DIA A DIA

20 FEV

3º DIA. QUINTA-FEIRA.

Decreto de Garantia da Lei e da Ordem no Ceará é publicado em edição extra do Diário Oficial da União.

Comissão de senadores, formada por um cearense, Eduardo Girão (Podemos), um piauiense, Elmano Férrer (PR), e um paulista, Major Olímpio (PSL), se reúne com governador Camilo Santana na tentativa de um acordo para o fim da paralisação dos policiais. O chefe do Executivo propõe ampliar de R$ 3,2 mil para R$ 4,5 mil o salário dos soldados da Polícia Militar, em aumentos progressivos até 2022. Após encontro entre representantes dos policiais e comissão de senadores, no 18º Batalhão da Polícia Militar, em Fortaleza, policiais decidem recusar a nova proposta do governo, reivindicando que o aumento para R$ 4,5 mil fosse implementado ainda em 2020.

Grupo encapuzado toma viatura da Polícia Civil e cerca policiais na avenida Mister Hull, em Fortaleza.

Grupo encapuzado invade Cavalaria da Polícia Militar, mas não consegue retirar viaturas.

Ministério Público recomenda suspensão de jogos de futebol na Arena Castelão. Duas partidas que estavam programadas para os dias 26 e 27 foram realizadas graças à presença do Exército.

Número de inquéritos policiais militares instaurados contra agentes de segurança supera 300, segundo Secretaria da Segurança Pública.

Deputados federais Capitão Wagner (Pros-CE), Capitão Alberto Neto (PRB-AM) e Major Fabiana (PSL-RJ) registram Boletim de Ocorrência contra o senador licenciado Cid Gomes por tentativa de homicídio. Em vídeo, eles afirmam que Cid atentou contra a vida de policiais militares em Sobral.

Com os desdobramentos da greve de policiais no Ceará e demanda de reajuste salarial da categoria em pelo menos sete estados, tensão entre governadores aumenta.

Mas um grupo dissidente ainda se manteve insatisfeito com a proposta de reestruturação salarial. Após as negociações, o projeto do Governo do Estado propunha que o salário-base de um soldado seria de R$ 4,5 mil, com aumento progressivo até 2022. O salário atual da categoria era de R$ 3,2 mil. A proposta inicial, rejeitada pelos policiais, era aumento para R$ 4,2 mil até 2022.

Com a sinalização clara de que a paralisação estava prestes a acontecer, o Ministério Público do Ceará, ainda no dia 14 de fevereiro, recomendou ao comando da Polícia Militar que impedisse agentes de promover manifestações. E três dias depois, um dia antes do início da greve, solicitou à Justiça o bloqueio de todas as contas bancárias e de aplicações financeiras das associações de policiais e bombeiros militares no Ceará, caso houvesse paralisação total ou parcial das atividades de segurança pública. O Ministério Público também solicitou que o Governo do Estado aplicasse a suspensão das consignações em folha de pagamento por 90 dias.

No mesmo dia, 17 de fevereiro, atendendo à ação civil pública proposta pelo Ministério Público, o Tribunal de Justiça do Ceará proibiu cinco associações de policiais militares de adotar qualquer tipo de mobilização que tratasse de discussão de "melhorias salariais, estrutura de trabalho e conquistas para a carreira militar" ou ações que envolvessem "deflagração de greve e/ou qualquer manifestação coletiva de forças armadas com posturas grevistas". Além de proibir as manifestações, a decisão judicial também alertou que os policiais poderiam ser presos se participassem dos atos e fixou uma multa de R$ 500 mil por dia a associações envolvidas. Ainda não foi o suficiente para intimidar parte da categoria.

Após as negociações, o projeto do Governo do Estado propunha que o salário-base de um soldado seria de R$ 4,5 mil, com aumento progressivo até 2022. O salário atual da categoria era de R$ 3,2 mil. A proposta inicial, rejeitada pelos policiais, era aumento para R$ 4,2 mil até 2022.

POLICIAIS EM GREVE NÃO TÊM PERDÃO

As primeiras prisões foram efetuadas logo no início da paralisação. Em 18 de fevereiro, três policiais foram presos em Fortaleza por cercarem um carro da Polícia Militar e esvaziarem os pneus do veículo. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, os policiais organizaram protestos também em outras cidades, invadindo pelo menos quatro batalhões da polícia e retirando os veículos dos locais para esvaziarem os pneus. Ainda no primeiro dia de greve, o Governo do Ceará comunicou que iria instaurar inquéritos policiais militares e processos administrativos disciplinares contra todos os agentes de segurança que se envolvessem em atos que configurassem crime militar.

As ameaças não surtiram efeito. No dia seguinte, batalhões da Polícia Militar foram atacados por grupos de pessoas usando capuzes e máscaras. Em Sobral, homens encapuzados em carros da corporação ordenaram que comerciantes fechassem os estabelecimentos. Invasões de batalhões e esvaziamento de pneus de veículos oficiais e particulares foram identificados também em outros municípios. O próprio governador Camilo Santana se referiu a atos de vandalismo provocados por homens mascarados, alguns policiais, além de mulheres que se apresentavam como esposas de militares.

No segundo dia de greve, o Governo do Ceará intensificou a reação ao movimento. De acordo com o então secretário da Segurança Pública e Defesa Social, André Costa, até o início da tarde do dia 19 de fevereiro, 261 policiais já estavam respondendo a inquéritos militares e procedimentos administrativos na Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública por envolvimento nos atos. Ele também anunciou a suspensão dos salários dos agentes com a retirada dos respectivos nomes da folha de pagamento.

Na ofensiva contra a paralisação, o governador determinou ainda o cancelamento do desconto de verba na folha de pagamento dos policiais e bombeiros militares destinada a cinco associações citadas pelo Ministério Público do Ceará como mobilizadoras das ações pela categoria: Associação dos Profissionais de Segurança (APS), Associação dos Praças do Estado do Ceará (Aspra-CE), Associação de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do

DÁRIO GABRIEL

Plenário da Assembleia Legislativa do Ceará, em 3 de março de 2020, dia da votação da Proposta de Emenda à Constituição do Ceará, encaminhada pelo governador Camilo Santana, que proíbe anistia a policiais em greve

Ceará (Aspramece), Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado (Assof) e Associação Beneficente de Subtenentes e Sargentos (ABSS).

A decisão pelo cancelamento do desconto de verba na folha de pagamento dos policiais e bombeiros militares foi anunciada no mesmo dia em que os deputados estaduais oficializaram o pedido de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os repasses milionários às associações e se elas estavam atuando como sindicatos, desrespeitando a proibição constitucional de sindicalização e greve dos militares. Nos últimos seis anos, elas teriam recebido R$ 66,1 milhões a partir do desconto na folha de pagamento dos servidores. No total, 12 associações teriam se beneficiado do repasse, autorizado pela categoria, com montante acima de R$ 120 milhões.

Com o aumento de homicídios no estado e a disposição manifestada pelos policiais para dar seguimento à paralisação, o governador Camilo Santana recorreu ao governo federal. No turbulento 19 de fevereiro, dia em que o senador licenciado Cid Gomes foi baleado ao tentar furar bloqueio de manifestantes em Sobral, o governador anunciou que havia entrado em contato com o ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, general Luiz Eduardo Ramos, e com o então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, para informar sobre a situação no estado e solicitar apoio de tropas federais. "Estou fazendo tudo o que for necessário, dentro da lei, para garantir a segurança dos cearenses, e punir todos aqueles que busquem ameaçá-la", afirmou.

A situação se tornou ainda mais preocupante com a proximidade do Carnaval. Em função da paralisação dos policiais, alguns municípios cancelaram a festa, outros contrataram serviços de segurança privada. No domingo, 24 de fevereiro, o governo atualizou o número de agentes que já estavam sendo punidos: 230 haviam sido afastados por 120 dias e teriam os nomes retirados da folha de pagamento no período; outros 47 foram presos, sendo 43 por deserção – eles não compareceram para trabalhar na operação especial montada para os dias de folia.

O fim da greve dos policiais só veio na noite de 1º de março, quando os agentes que ocupavam o 18º Batalhão da Polícia Militar, em Fortaleza, aceitaram a proposta definida naquele mesmo dia por uma comissão especial de negociação formada por membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes da própria categoria. Os policiais votaram pelo término da paralisação, mesmo sem receberem anistia do governo, principal exigência que havia sido feita por eles para pôr fim ao movimento. Há duas formas de perdão, uma administrativa e outra penal. A anistia administrativa é concedida pelo governador do Estado. A anistia penal depende de mudança legislativa, aprovada pelo Congresso Nacional.

GREVE DIA A DIA

21 FEV

4º DIA. SEXTA-FEIRA.
Tropas do Exército começam a patrulhar ruas de Fortaleza e região metropolitana da capital. O Ceará também recebe apoio da Força Nacional, unidade comandada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, formada por policiais de outros estados. Atendendo a solicitação do governador Camilo Santana, o presidente Jair Bolsonaro autorizou o emprego das forças federais por meio de um decreto de Garantia da Lei e da Ordem, publicado um dia antes.

Um veículo de patrulhamento com policiais civis foi alvo de vários tiros em Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza. Segundo as investigações, os agentes faziam ronda no bairro Parque Soledade, quando receberam os disparos. Com os disparos, um dos vidros da viatura chegou a quebrar, mas não houve feridos, e nenhum suspeito foi detido.

Policiais ocupam sede do Comando de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) em Sobral, bloqueando também acesso ao prédio da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer).

União Nacional dos Juízes Federais do Brasil solicita ao procurador-geral da República Augusto Aras que denuncie o senador licenciado Cid Gomes por tentativa de homicídio qualificado "com emprego de meio resultante em perigo comum" e de "impossibilidade de defesa das vítimas". Ex-governador do Ceará e ex-prefeito de Sobral, ele havia sido baleado dois dias antes, ao tentar furar bloqueio para entrar conduzindo uma retroescavadeira em prédio do batalhão da polícia na cidade.

Um dos pontos do acordo era de que os policiais retornassem ao trabalho no dia seguinte. A proposta aceita pelos policiais elencava que eles teriam o direito assegurado a um processo legal sem perseguição e com amplo direito à defesa e ao contraditório, com o apoio e sob o acompanhamento de instituições que não pertencessem ao governo, como a Ordem dos Advogados do Brasil – seção Ceará, a Defensoria Pública e o Exército.

O Governo do Ceará também se comprometeu a não realizar transferências de policiais lotados na capital ou região metropolitana para o interior do estado em um prazo de 60 dias contados a partir do fim da greve. O Executivo assumiu ainda o compromisso de fazer uma revisão de todos os processos adotados contra policiais militares durante a paralisação. Mas o desfecho definitivo sobre a anistia dos policiais ficou para a Assembleia Legislativa.

Dois dias depois do fim da paralisação de policiais militares no Ceará, a Assembleia Legislativa aprovou uma emenda à Constituição do Estado que proíbe anistia aos agentes de segurança em greve. A Proposta de Emenda Constitucional foi apresentada pelo Executivo em resposta ao movimento que durou 13 dias.

Durante a votação, realizada em sessão extraordinária no dia 3 de março, 34 deputados estaduais votaram a favor da proposta, dois foram contra a medida e um se absteve. Os outros 12 parlamentares que compõem um total de 46 não compareceram à votação ou deixaram de registrar presença. A Proposta de Emenda Constitucional havia sido apresentada no dia 28 de fevereiro, dois dias antes do fim da paralisação.

Os deputados também aprovaram duas alterações ao projeto encaminhado pelo governador Camilo Santana: uma proíbe a tramitação de matérias que concedam aumento ou vantagens funcionais a policiais e bombeiros militares em "situações de motins, paralisações e revoltas", mas não atinge os envolvidos na greve recente; outra amplia a proibição proposta pelo governo, vedando a concessão administrativa ou legal de todo e qualquer tipo de anistia ou perdão por infrações disciplinares praticadas por servidores militares envolvidos em movimentos considerados ilegítimos ou antijurídicos de "paralisação, motim, revolta ou outros crimes de natureza militar que atentem contra a autoridade ou disciplina militar".

SEM CONDIÇÕES PARA ANISTIA

No mesmo dia em que a Assembleia Legislativa do Ceará alterou a Constituição do Estado para assegurar a proibição de anistia a policiais em greve, o deputado federal cearense Capitão Wagner anunciou uma proposta em sentido contrário. Líder mais influente da paralisação de policiais no estado entre o fim de 2011 e início de 2012 e responsabilizado também pelo movimento grevista de 2020, ele deu entrada na Câmara dos Deputados no dia 3 de março com o Projeto de Lei nº 477/20, que concede a anistia aos policiais e bombeiros militares do estado do Ceará que participaram da mobilização recente.

A proposta altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que concede anistia aos agentes de segurança pública envolvidos em movimento grevistas de todo o Brasil, para estender o benefício aos policiais envolvidos na paralisação realizada no Ceará em 2020 e nas mobilizações que antecederam à greve, desde outubro de 2019. "Esta lei tem por objetivo ampliar a anistia prevista na Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, para incluir a concessão de anistia aos policiais e bombeiros militares do Estado do Ceará que participaram, a partir do início de outubro de 2019, de movimentos reivindicatórios por melhorias de vencimentos e condições de trabalho, até o final da paralisação, ocorrido em março de 2020".

A Lei nº 12.505 já foi alterada outras duas vezes, em 2013 e 2016, para ampliar o número de beneficiários, o que abrange policiais e bombeiros militares de 23 unidades da federação, entre elas o Ceará, que participaram de paralisações a partir de 1º de janeiro de 1997 até a data de publicação do referido dispositivo legal, 11 de outubro de 2011, portanto. Mas o Projeto de Lei nº 813/2019, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), já aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, altera a Lei nº 12.505 para incluir profissionais da segurança pública que participaram de movimentos, inclusive, a partir de 1988. Caso o projeto seja aprovado em definitivo e sancionado pelo presidente da República, apenas o estado do Amapá não faria parte da lista.

"Estou aqui defendendo o trabalhador de bem que estava lutando por melhores condições", manifestou-se Capitão Wagner pelas mídias digitais ao apresentar o projeto que anistia os policiais cearenses, sem deixar de acusar o Governo do Ceará, insistindo que havia perseguição contra militares, inclusive prisões arbitrárias. "É fundamental que este Parlamento por seus representantes se manifeste diante da completa injustiça que consistente na clara utilização da máquina estatal pelo atual Governo do Estado do Ceará como forma de perseguição, intimidação e punição aos policiais e bombeiros militares. A anistia vem para garantir o reconhecimento do direito de poderem legitimamente defender os seus pleitos, sem a aplicação arbitrária e ilegal de medidas e punições de natureza claramente política e de perseguição", posicionou-se o deputado ao divulgar o projeto.

A formalização da proposta de Capitão Wagner se deu poucos dias depois do então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, apontar que não havia condições para se tratar de anistia a policiais em greve.

GREVE DIA A DIA

22 FEV

5º DIA. SÁBADO DE CARNAVAL.
Governo do Ceará comunica afastamento por 120 dias e corte imediato do pagamento dos salários de 168 policiais militares que participam da paralisação, além da abertura de inquéritos militares e processos administrativos. O governo anunciou também a suspensão de prerrogativas próprias da função policial, como o porte de arma de fogo, e o recolhimento de distintivos, armas, identificação funcional e algemas, entre outros pertences vinculados à corporação.

Batalhões da Polícia Militar seguem ocupados em várias regiões do estado. Até a manhã havia pelo menos sete unidades bloqueadas pelos manifestantes.

77 Policiais militares não se apresentam para Operação Carnaval e são incluídos em lista de desertores.

Senador licenciado Cid Gomes passa por exame na sede da Perícia Forense do Ceará, em Fortaleza, após ser levantada a suspeita de que ele teria sido atingido por balas de borracha.

"Não há ambiente na Casa". As declarações rechaçando as tentativas de colocar em pauta projetos para conceder perdão aos manifestantes foram feitas em entrevistas realizadas nos dias 21 e 28 de fevereiro, enquanto a paralisação dos agentes de segurança no Ceará transcorria com o crescimento acentuado da violência e sem a sinalização de um acordo que encerrasse o movimento e diminuísse a insegurança. "Nenhuma chance".

A anistia vem sendo defendida de forma recorrente pelos militares e por integrantes da chamada bancada da bala no Congresso Nacional. Além do projeto do Capitão Wagner, outra proposta já estava em análise, no Senado, tendo como relator o Major Olímpio, senador pelo PSL de São Paulo, que acabou falecendo um ano depois, em 19 de março de 2021, em consequência da infecção pelo novo coronavírus. Durante a crise da segurança pública no Ceará, com a greve dos policiais repercutindo em todo o Brasil, ele havia admitido que a proposta de anistia não deveria prosperar naquele momento, pois havia 15 ex-governadores eleitos senadores que eram contra o perdão para agentes de segurança pública envolvidos em movimento paredista.

A proposta foi apresentada na Câmara dos Deputados em 2017 pelo então deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF), coronel da reserva da Polícia Militar, considerado como líder da bancada da bala. O projeto começou a tramitar em plena greve dos policiais militares do Espírito Santo, que durou 21 dias, chamando a atenção de todo o Brasil.

No período de 4 a 25 de fevereiro de 2017, mulheres e familiares dos policiais militares promoveram bloqueios nas entradas dos prédios dos batalhões da Polícia Militar. Ao fim do movimento, o Governo do Espírito Santo expulsou dezenas de agentes e instaurou inquéritos contra cerca de três mil policiais, em um efetivo total em torno de dez mil.

O projeto de anistia, depois de aprovado com emendas na Câmara dos Deputados, seguiu, em dezembro de 2018, para a apreciação do Senado. A matéria beneficia policiais militares, policiais civis ou agentes penitenciários também do Ceará e de Minas Gerais envolvidos em movimentos grevistas realizados a partir de 2011, mas foi apresentada com foco específico na paralisação dos policiais do Espírito Santo.

O caput do projeto – "Concede anistia aos militares do Estado do Espírito Santo por atuação em movimentos reivindicatórios" – foi alterado: "Anistia os militares do Estado do Espírito Santo, os militares do Ceará e os militares, policiais civis e agentes penitenciários de Minas Gerais investigados, processados ou punidos por participarem, ou por suas famílias terem participado, de movimentos reivindicatórios por melhorias de vencimentos e de condições de trabalho ocorridos de 1º de janeiro de 2011 a 7 de maio de 2018".

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL

Paralisação de policiais no Espírito Santo em 2017: mulheres e familiares dos agentes de segurança bloqueiam acesso do Comando Geral da Polícia Militar, na capital Vitória, impedindo a saída dos militares

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS COM PARALISAÇÃO ANTERIOR

O tiro saiu pela culatra? A greve dos policiais militares em 2020 acabou sendo um desgaste político para a categoria, mas, sobretudo, para os líderes e apoiadores do movimento, diferentemente do que aconteceu na paralisação realizada entre o fim de 2011 e o início de 2012. "A greve anterior teve uma construção política mais elaborada, que legitimou o movimento. Ela teve um apoio maior da sociedade e da própria academia", avalia a socióloga Jania Perla Aquino, coordenadora científica do Laboratório de Estudos da Violência, da Universidade Federal do Ceará.

As próprias condições de remuneração e trabalho da categoria, dez anos atrás, ajudaram a fazer com que o movimento dos policiais à época não tivesse tanta repercussão negativa, embora a greve tenha também trazido muitos transtornos à população e seja um dispositivo ilegal quando usado por militares. O Comando Geral da Polícia Militar, inclusive, indiciou por prática de crime militar 53 policiais envolvidos no movimento grevista entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Os agentes indiciados estavam lotados em Fortaleza e em mais nove cidades cearenses.

Não havia um respaldo pela sociedade, mas a paralisação anterior teve uma rejeição menor do que a greve de 2020. Os policiais reivindicavam aumento salarial progressivo de 80% em quatro anos, 20% a cada ano, além de promoções e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. A greve anterior também foi mais curta, transcorrendo em sete dias, entre 29 de dezembro e 4 de janeiro, após o governo decidir conceder incorporação de gratificação ao salário e atender outras reivindicações da categoria

"Naquele período, a polícia estava numa situação de muitos anos sem aumento salarial, sem ascensão funcional, um pouco esquecida. Era como se o governo do estado tivesse em falta mesmo com a categoria. E havia uma articulação, com a emergência de lideranças importantes, porque é como se fosse um movimento espontâneo", analisa a socióloga Jania Aquino.

Mesmo com estratégias semelhantes adotadas pelo movimento grevista nos dois períodos, a paralisação mais recente não sensibilizou a população. As duas greves foram realizadas em épocas de forte apelo por mais segurança nas ruas. A primeira foi planejada para um período de festividades de fim de ano e de férias escolares, com a presença de muitos turistas, principalmente em Fortaleza e municípios da orla marítima do Ceará. A segunda entrou pelo carnaval, obrigando vários municípios a cancelar a programação para os dias de folia.

Outra estratégia que se repetiu entre as duas paralisações foi o esvaziamento de pneus de viaturas e demais veículos oficiais da Polícia Militar. Esposas e filhos de policiais também passaram a ocupar batalhões da corporação junto com os policiais em greve. A insegurança fez os comerciantes fecharem as portas em Fortaleza e em cidades do interior. Alguns líderes do movimento anterior também conduziram a mobilização recente.

"Na greve recente, as informações que se tornaram públicas levaram a gente a entender que houve uma articulação com um grupo que está associado ao bolsonarismo, com o objetivo de enfraquecer a imagem do governo local e, por outro lado, colocarem-se como heróis para fortalecer a própria imagem e tentar viabilizar a eleição de alguns líderes. A sociedade acabou não aprovando e, de certa forma, entendendo que toda essa construção, na verdade, não visava diretamente a melhorias para a polícia, mas ganhos político-eleitorais para algumas pessoas", observa a socióloga Jania Aquino.

GREVE DIA A DIA

23 FEV

6º DIA. DOMINGO DE CARNAVAL.
Senador licenciado Cid Gomes, que havia sido baleado em Sobral, quando tentava furar o bloqueio para entrar na área de um batalhão da polícia com retroescavadeira, recebe alta hospitalar. Assessoria do senador divulga que, após ele ser submetido a exames de raio-X, foi identificada a presença de dois projéteis metálicos, um alojado ao lado das costelas e outro no pulmão esquerdo, além de um fragmento de projétil, mas que não haveria procedimento para retirada do material.

Governo atualiza o número de agentes punidos: 230 haviam sido afastados por 120 dias e teriam os nomes retirados da folha de pagamento no período; outros 47 foram presos, sendo 43 por deserção – eles não compareceram para trabalhar na operação especial de Carnaval.

MOVIMENTO ENTRE VITÓRIAS E DERROTAS POLÍTICAS

O tiro saiu pela culatra. As consequências político-eleitorais para os líderes e apoiadores da paralisação de policiais militares em 2020 foram bem diferentes dos resultados alcançados com a greve realizada entre o fim de 2011 e o início de 2012. Na primeira paralisação, Cabo Sabino e Capitão Wagner despontaram como os principais líderes. Um era presidente da Associação dos Cabos e Soldados Militares do Estado do Ceará (ACSMCE), outro era presidente da Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Ceará (Aprospec).

Em 2010, Capitão Wagner havia se candidato pela primeira vez a um mandato público. Concorrendo logo para a Assembleia Legislativa do Estado, pelo Partido da República, ele obteve 28.818 votos, um número expressivo para quem estava estreando na política, mas suficiente apenas para ficar na suplência. Com a licença tirada pela deputada Fernanda Pessoa (PSDB), ele assumiu a vaga ainda em setembro de 2011, o que já lhe garantiu uma grande visibilidade.

Mas foi mesmo como líder da paralisação dos policiais militares, promovida três meses depois, que o capitão, já na reserva, ganhou a projeção para engatar carreira política, graças ao apoio da corporação e por um discurso muito centrado no combate à violência. Ainda em janeiro de 2012, poucos dias após o fim da greve, o deputado estadual em exercício declarou que pretendia ser candidato à Prefeitura de Fortaleza naquele ano. Capitão Wagner acabou concorrendo a um mandato na Câmara Municipal, mas recebendo uma votação recorde: 43.655 votos.

Em 2013, como vereador da capital e agora presidente da Associação dos Profissionais de Segurança Pública (APS) de Fortaleza, ele convocou a população para apoiar uma nova manifestação de policiais militares, o que não vingou e lhe custou um processo criminal após ter sido denunciado na Assembleia Legislativa. Em 2014, dois anos após o excelente desempenho na eleição municipal, Capitão Wagner se candidata novamente para um mandato de deputado estadual, dessa vez conseguindo um resultado ainda mais expressivo. De vereador mais votado da capital, ele passa a deputado mais votado do estado, com 194.239 votos.

A sucessão de vitórias, com votações cada vez maiores, fortalecia o desejo do policial da reserva de ocupar o Paço Municipal de Fortaleza. E em 2016, ele se candidatou pela primeira vez à sucessão municipal, mantendo o tom afinado com o militarismo e concentrando o programa de governo em ações de segurança pública. Uma das principais propostas do candidato a prefeito era armar a Guarda Municipal, além de criar uma força policial municipal.

Capitão Wagner superou a maioria dos candidatos, inclusive a candidata do Partido dos Trabalhadores, Luizianne Lins, que havia governado a cidade por dois mandatos, de 2005 a 2012. Ele chegou ao segundo após ter recebido 400.802 votos, mais do que o dobro obtido pela ex-prefeita, que terminou a campanha em terceiro lugar, com 193.687 votos. No confronto direto do segundo turno, com o prefeito Roberto Cláudio disputando a reeleição pelo Partido Democrático Trabalhista, Capitão Wagner acabou derrotado. Ele conquistou 588.451 votos, enquanto o candidato vitorioso atingiu 678.847 votos, uma diferença de 7,14 pontos percentuais.

Dois anos depois, Capitão Wagner tinha a opção de concorrer a um segundo mandato de deputado estadual, mas decidiu disputar uma vaga da Câmara Federal. Com o apoio do presidente que seria eleito, Jair Bolsonaro, e em uma nova agremiação, o Partido Republicano da Ordem Social (Pros), ao qual já foram filiados os irmãos Ferreira Gomes, adversários políticos confessos, Capitão Wagner se elegeu com 303.593 votos, a maior votação entre os 22 deputados cearenses eleitos.

Em 2020, se a paralisação dos policiais militares era também uma estratégia político-eleitoral em ano de pleito municipal, o capitão da reserva se deu mal. A falta de apoio popular à greve fez Capitão Wagner, inclusive, tentar se desvencilhar do movimento durante a campanha, embora os concorrentes não tenham desperdiçado as oportunidades de explorar a participação dele. E mesmo declarando não ter envolvimento com a greve, apresentou projeto de lei na Câmara Federal para conceder anistia aos militares que participem de movimento grevista. Com os altos índices de rejeição a Jair Bolsonaro em Fortaleza, o candidato dos militares também procurou desvincular o nome ao do presidente, embora este já tivesse declarado apoio a ele ainda no primeiro turno da eleição.

Em um esforço de conquistar os votos de eleitores insatisfeitos com o perfil monotemático do candidato, ele também decidiu explorar temas para além da segurança pública, dando mais atenção a outras áreas, como educação, emprego, infraestrutura, meio ambiente, mobilidade e saúde. Nesse sentido, Capitão Wagner também incluiu no

discurso e no plano de governo expressões e terminologias mais receptivas a setores menos conservadores, acenando para uma gestão inovadora, participativa e transparente.

Mesmo com todas essas mudanças, ele novamente foi derrotado no segundo turno, embora a quantidade de votos tenha aumentado em relação à eleição anterior, enquanto a votação do candidato vitorioso tenha diminuído. Capitão Wagner obteve 624.892 votos e Sarto Nogueira, candidato pelo PDT com o apoio do governador Camilo Santana e os irmãos Ferreira Gomes, recebeu 668.652 votos, uma diferença de 3,38 pontos percentuais, menos da metade do pleito anterior.

O governador se empenhou pela eleição de Sarto, então presidente da Assembleia Legislativa, dispondo-se, inclusive, a rebater declarações do adversário Capitão Wagner. Pelas mídias digitais, Camilo Santana reagiu a uma entrevista que o candidato do Pros havia dado, negando envolvimento com a paralisação dos policiais. "Liderou o motim de 2011, como teve participação direta nesse último motim, que teve clara motivação política, para desorganizar a segurança do Estado. Capitão Wagner participou ativamente de manifestações com encapuzados, discursou no batalhão dos amotinados e teve seus aliados na linha de frente, todos integrantes de seu grupo político e candidatos ao seu lado", confrontou o governador.

"As notícias e imagens estão aí para quem quiser ver. Por fim, ainda defendeu abertamente anistia para quem praticou esses crimes, o que jamais aceitei. Foi um dos atos mais covardes já praticados contra a população, por uma minoria de policiais que não representavam a grande maioria da tropa, formada por policiais corretos e dedicados. A população precisa saber da verdade", acrescentou Camilo Santana.

Entre os aliados de Capitão Wagner, na linha de frente da paralisação de 2020 e candidatos ao lado dele na eleição municipal, como se reportou o governador, o mais participativo foi Cabo Sabino, aparecendo publicamente como líder do movimento. Mas ele também amargou a falta de dividendos políticos, contrariamente ao que aconteceu após a greve do fim de 2011 e início de 2012, quando também comandou o movimento ao lado do Capitão Wagner.

Na eleição de 2014, pela primeira vez disputando um mandato público, Cabo Sabino conseguiu se eleger deputado federal com 120.485 votos, na 12ª posição entre os 22 deputados cearenses eleitos para a Câmara Federal, mas com 70 mil votos a menos do que Capitão Wagner havia conquistado na disputa por uma vaga na Assembleia Legislativa. Os dois fizeram uma dobradinha eleitoral, que não se repetiu na eleição de 2018.

Como Capitão Wagner quis se candidatar a deputado federal e Cabo Sabino não desistiu de disputar a reeleição, os dois entraram em atrito, deixaram o Partido da República e concorreram para o mesmo cargo. Disputando os votos de um eleitorado em comum, Cabo Sabino, pelo Avante, não conseguiu avançar para um segundo mandato na Câmara dos Deputados, e Capitão Wagner, pelo Pros, garantiu com enorme vantagem de votos a estreia na Câmara baixa do país.

O desgaste da greve em 2020 acentuou o fraco desempenho nas urnas do Cabo Sabino. O ex-deputado federal resolveu se candidatar a vereador de Fortaleza, mas obteve apenas 2.589 votos. Além dele, outros militares que participaram do movimento do início do ano e se candidataram na capital ou no interior do Ceará também saíram derrotados das eleições municipais.

GREVE DIA A DIA

24 FEV

7º DIA. SEGUNDA-FEIRA DE CARNAVAL.

Então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro chega a Fortaleza para acompanhar a operação de Garantia da Lei e da Ordem. Apesar do elevado número de homicídios durante a paralisação dos policiais, o ministro afirmou que a situação estava "sob controle" no Ceará.

Acompanhado do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e do advogado-geral da União, André Mendonça, o ministro da Justiça e Segurança Pública fez um sobrevoo de helicóptero pela região metropolitana de Fortaleza. A comitiva também se reuniu com o governador Camilo Santana e visitou a 10ª Região Militar, onde obteve informações detalhadas das atividades realizadas pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública federal, estadual e municipal.

GOVERNO E POLÍCIA ENTRE TENSÕES E CONCESSÕES

Para compreender o comportamento da Polícia Militar no governo de Camilo Santana, é importante analisar a relação que o governo anterior de Cid Gomes manteve com a corporação. "O Camilo assumiu o estado tendo um desafio muito grande. A relação com a polícia estava desgastada, por conta de uma disponibilidade menor ao diálogo por parte do governador Cid", observa a socióloga Jania Aquino, coordenadora científica do Laboratório de Estudos da Violência, da Universidade Federal do Ceará.

Na avaliação da pesquisadora, o governador Camilo Santana tem se empenhado em atender a reivindicações que estavam postas pelos policiais militares desde a gestão anterior, como melhorias salariais e viabilidade de ascensão na carreira. "Isso, inclusive, contribuiu para que não houvesse tanto apoio popular a essa greve mais recente. A população reconheceu o esforço do governador em garantir direitos e valorizar a categoria".

A tensão do relacionamento entre governo e polícia se acentuou com a greve de policiais transcorrida entre o fim de 2011 e o início de 2012 e se estendeu para a atual gestão, provocando uma nova paralisação em 2020, mesmo com as conquistas recentes obtidas pela categoria. "O Camilo herdou uma situação muito instável nessa relação com a polícia, em decorrência já daquela greve. O governador assumiu em um contexto de dificuldade de controle e até de diálogo com uma parte da Polícia Militar. Por conta dessa dificuldade e para não desgastar mais essa relação, ele acaba tentando garantir os direitos dos policiais e valorizar a categoria", acrescenta Jania Aquino.

O novo tratamento que o atual governador procurou dar aos policiais tem também gerado questionamentos entre organizações de defesa dos direitos humanos. A valorização ao trabalho dos policiais, com melhorias de remuneração e ascensão funcional, tem extrapolado o campo trabalhista, e passa a ser confundida também com transigência a violência institucional.

A falta de posicionamento público mais assertivo do governador contra os casos de mortes praticadas por policiais reforça o sentimento de que o governo tem sido omisso e conivente com os crimes, alguns que, inclusive, ganharam repercussão nacional, como a Chacina de Messejana, na madrugada do dia 12 de novembro de 2015. As mães das vítimas reclamam de nunca terem sido recebidas pelo governador.

O massacre deixou 11 mortos em três bairros vizinhos de Fortaleza: Curió, José de Alencar e Messejana. Entre as vítimas, havia oito adolescentes, de 16 a 19 anos. O Ministério Público do Ceará pediu a prisão preventiva de 45 policiais militares por terem participado de alguma forma na sequência de assassinatos. A Justiça só não acatou a denúncia contra um deles e determinou que 34 policiais sejam submetidos a júri popular. Os outros dez denunciados serão submetidos a julgamento comum.

Além dos crimes de homicídio qualificado consumado e tentado, os militares são acusados pelos delitos de tortura e de lesão corporal. A chacina teve início poucas horas depois do assassinato de um soldado, mas não foi constatado envolvimento de nenhuma vítima do massacre com a ação que resultou na morte do policial militar. E segundo a própria Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, apenas três das 11 vítimas da chacina tinham antecedente criminal, por delitos menos graves – ameaça, infração no trânsito e dívida de pensão alimentícia.

"O governo tem recebido muitas críticas ao adotar uma postura vista como se fosse uma negligência às violações gritantes contra os direitos humanos, como se tivesse deixando permanecer na impunidade os profissionais de segurança pública envolvidos em uma série de ações. Mas é nesse sentindo que ele tem se movimentado. Ele fica se equilibrando, tentando fazer uma mediação que, de fato, é muito difícil", analisa a socióloga Jania Aquino. "O governador não se manifestou como uma parte da sociedade civil esperava, no sentido de mostrar que o Ceará é um estado que, realmente, não incentiva e pune as violações aos direitos humanos".

O fator Jair Bolsonaro na relação entre o governador Camilo Santana e a Polícia Militar do Ceará também não é desconsiderada pela coordenadora científica do Laboratório de Estudos da Violência, da Universidade Federal do Ceará. "Muitas vezes, a falta de uma reação mais enérgica às violações de direitos humanos é por perceber a dificuldade de dialogar e tentar manter algum controle das polícias, um paradoxo enfrentado pelos diferentes governadores. E essa dificuldade ficou maior com a eleição do presidente Bolsonaro, que incentiva abertamente a violência policial", avalia Jania Aquino.

Intervenção artistíca lembra o número de mortos na Chacina de Messejana, em Fortaleza, em 2015

GREVE DIA A DIA

25 FEV

8º DIA. TERÇA-FEIRA DE CARNAVAL.
61 policiais miliares tiveram os nomes publicados no Boletim do Comando Geral da Polícia Militar pelo crime de deserção especial, após deixarem de comparecer para o desempenho das respectivas funções. Segundo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, cinco policiais se apresentaram às autoridades e justificaram as ausências, sendo liberados em seguida. Dos 43 policiais presos por deserção em todo o estado, 38 agentes se apresentaram espontaneamente. A pena de detenção é de até três meses.

26 FEV

9º DIA DE GREVE. QUARTA-FEIRA DE CINZAS.
Com o elevado crescimento de homicídios no estado, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social comunica que, por uma questão de "estratégia de segurança", não divulgará mais o número de crimes de morte enquanto a greve continuar.

Comissão é criada para tentar intermediar acordo entre Governo do Ceará e policiais militares que ponha fim à paralisação dos agentes de segurança. Os nomes foram definidos após reunião na sede do Ministério Público do Estado, que sugeriu a criação do grupo, composto por representantes do Executivo (procurador-geral do Estado Juvêncio Viana), Legislativo (deputado estadual Evandro Leitão), do Judiciário (corregedor-geral do Tribunal de Justiça Teodoro Silva Santos) e Ministério Público (procurador-geral de Justiça Manuel Pinheiro).

A condescendência do presidente Jair Bolsonaro com as violações de direitos humanos e com a violência policial está demonstrada não apenas pelo discurso, mas por iniciativas concretas. Logo no primeiro ano de mandato, o presidente incluiu em um pacote de medidas enviado ao Congresso Nacional pelo então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, o dispositivo do excludente de ilicitude, em que policiais e militares são eximidos de responsabilidade por mortes em determinadas situações.

A proposta foi retirada do texto pelos parlamentares, após considerarem que ela não seria aprovada. Com a mudança no comando da Câmara dos Deputados e do Senado em 2020, o presidente manifestou publicamente a expectativa de emplacar novamente a proposta. Ao declarar que o excludente de ilicitude "não é permissão para matar, mas o direito de não morrer", ele admitiu: "Se Deus quiser, com a nova presidência da Câmara e do Senado, nós vamos colocar em pauta o excludente de ilicitude".

Ao tratar do assunto, o presidente ainda se referiu aos 111 presos executados pela polícia em 1992, na Casa de Detenção do Carandiru, em São Paulo, como vagabundos. "Entre a vida de um policial e de mil vagabundos, ou de 111 vagabundos, um número bem emblemático, eu fico com aquele policial militar contra aqueles 111 vagabundos". De acordo com o Ministério Público, cerca de 300 policiais, muitos sem identificação, invadiram o presídio no dia 2 de outubro daquele ano, depois de encerrada uma rebelião, e executaram os detentos.

A organização internacional de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch considera que o governo Bolsonaro contribui para aumentar a violência policial no Brasil. Em 2019, o país atingiu o maior número de óbitos em decorrência de intervenções policiais, desde que o indicador passou a ser monitorado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública: 6.357 pessoas foram mortas pela polícia.

No primeiro semestre de 2020, o número de mortes por agentes de segurança pública, comparado ao primeiro semestre de 2019, cresceu ainda mais: 6%. "A violência policial é um problema crônico no Brasil, que não começou com Bolsonaro, mas piorou no seu governo", destacou o pesquisador sênior da instituição, César Muñoz, durante o lançamento de um relatório que lista os retrocessos do país na área de direitos humanos.

GREVE DIA A DIA

27 FEV

10º DIA. QUINTA-FEIRA.
Policiais militares em greve recusam nova proposta de acordo apresentada pelo governo. Decisão ocorreu após uma tarde de negociações com os representantes da categoria com a comissão formada por representantes dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, além de representantes do Ministério Público, Exército e Polícia Militar e observadores da Ordem dos Advogados do Brasil - seção Ceará.

28 FEV

11º DIA. SEXTA-FEIRA.
Governador Camilo Santana envia Proposta de Emenda Constitucional para Assembleia Legislativa que proíbe anistia aos policiais militares que participem de movimento grevista.

29 FEV

12º DIA. SÁBADO.
Em sessão extraordinária, deputados estaduais aprovam regime de urgência para análise da Proposta de Emenda Constitucional que veda anistia a policiais militares que participem de movimento grevista.

1º MAR

13º DIA. DOMINGO.
Fim da greve. Policiais que ocupavam o 18º Batalhão da Polícia Militar, em Fortaleza, aceitaram a proposta definida naquele mesmo dia por uma comissão especial de negociação formada por membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes da própria categoria. Já era noite quando os policiais votaram pelo término da paralisação, mesmo sem terem recebido a anistia do governo, principal exigência que havia sido feita por eles para o fim do movimento.

Depois da greve na segurança, quadro grave na saúde

Com o fim da paralisação dos policiais militares no Ceará, a quantidade de assassinatos diminuiu, mas não voltou ao patamar anterior. Ao mesmo tempo, a pandemia de coronavírus se alastrou pelos municípios. O estado chegou ao fim do primeiro semestre com o maior crescimento de homicídios e a maior taxa de mortalidade por covid-19 no Brasil.

MAL TERMINOU a paralisação de policiais militares no Ceará, o governo estadual precisou administrar mais uma grave crise: o elevado número de óbitos em decorrência da infecção pelo novo coronavírus. O estado que apresentou o maior crescimento da violência letal no Brasil nos primeiros seis meses de 2020 entrou no segundo semestre com a maior taxa de mortalidade por covid-19 do país.

Até o dia 13 de julho, o Ceará já havia registrado 6.947 mortes por covid-19, uma taxa de 761 óbitos por um milhão de habitantes que fazia com que o estado ficasse no topo da mortalidade entre as 27 unidades da federação. São Paulo, com uma população cinco vezes maior, tinha 2,5 vezes mais mortes, a maior quantidade do país: 17.907 óbitos. Mas com uma taxa de letalidade quase duas vezes menor, de 390 mortes por um milhão de habitantes, o estado ocupava o 12º lugar no ranking.

Uma semana depois, a taxa de mortalidade no Ceará em consequência da infecção pelo novo coronavírus já havia aumentado para 787 óbitos por um milhão de habitantes. O estado é uma das oito unidades federativas em que a taxa de mortes superava os índices de países onde a covid-19 havia se mostrado mais letal. Além do Ceará, estavam nesse grupo os estados do Amazonas, do Rio de Janeiro, de Roraima, do Pará, do Pernambuco, do Amapá e do Espírito Santo. E o Brasil já era o segundo país com o maior número de infectados e mortos, atrás apenas dos Estados Unidos.

O Brasil encerrou o primeiro semestre com 1.408.485 de casos confirmados da doença e 59.656 óbitos. Em decorrência da pandemia, o país tinha uma pessoa morta em cada quatro em todo o planeta, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). A proporção era a mesma em relação ao número de infectados: um brasileiro com diagnóstico positivo em cada quatro casos no mundo.

Um monitoramento realizado pela Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, apontava que o planeta já tinha mais de dez milhões de infectados pelo novo coronavírus, com cerca de 500 mil óbitos. O Brasil respondia por 11% das mortes totais, embora o primeiro óbito associado à covid-19 tenha sido confirmado em 17 de março, meses depois de a pandemia já ter se espalhado por outros países.

O primeiro caso da doença no Brasil foi confirmado no dia 26 de fevereiro, em São Paulo. O registro era de um homem de 61 anos, residente na capital paulista, que havia permanecido 12 dias em viagem à Itália naquele mês. A primeira morte no país causada pela infecção do novo coronavírus aconteceu duas semanas depois, em 12 de março, também em São Paulo. A vítima era uma mulher de 57 anos, moradora da zona leste da cidade.

No Ceará, os três primeiros casos de covid-19 foram confirmados no dia 15 de março, em Fortaleza. O primeiro óbito aconteceu no dia 26 de março, também na capital cearense, quando o estado já era o primeiro do Nordeste a registrar mais casos da doença. Mas o novo vírus já circulava no Ceará em janeiro, sem ter sido detectado, conforme apontou em maio a Secretaria da Saúde do Ceará. A constatação, segundo o órgão, se deu a partir do acesso a dados retroativos, sobretudo de casos atendidos pela rede privada de saúde.

A avaliação das informações concluiu que, nos dois primeiros meses do ano, 166 pessoas infectadas pelo novo coronavírus já haviam passado por serviços de saúde em pelo menos 11 cidades do Ceará – em 52

DAVI PINHEIRO

Praça do Ferreira: pandemia de covid-19 deixou sem circulação de pessoas um dos locais mais movimentados de Fortaleza

casos, não havia informação sobre o local de residência. A análise posterior identificou casos em janeiro em Fortaleza, Caucaia, Eusébio, Itaitinga, Horizonte e Sobral. O número de municípios aumentou em fevereiro, com casos confirmados também em Itapipoca, Maracanaú, Pacajus, Quixadá e Sobral.

Rapidamente, o número de casos cresceu e a doença se expandiu pelo estado. No dia 25 de junho, a cidade de Granjeiro teve o primeiro diagnóstico positivo da doença, completando a lista dos 184 municípios cearenses com registros de covid-19. Ao fim do primeiro semestre, o Ceará ultrapassava 110 mil casos, com mais de seis mil óbitos. Até as 15h02min do dia 30 de junho, o IntegraSUS, plataforma utilizada pela Secretaria da Saúde do Estado, computava exatamente 110.483 diagnósticos positivos, entre eles 6.146 de pessoas que não resistiram às complicações causadas pela infecção do novo coronavírus.

Desde os primeiros registros da doença, o Ceará ganhou visibilidade nacional pela velocidade com que a doença cresceu e pelo número de mortes em decorrência da infecção pelo novo vírus no estado. Ao mesmo tempo, outro grave problema de saúde pública, mas também de segurança, eliminava mais vidas: a violência. Os homicídios, no entanto, não despertam a mesma comoção que os óbitos por causas tipificadas como naturais, a exemplo dos quadros letais em consequência de enfermidades.

EPIDEMIA E PANDEMIA

Epidemia, nos âmbitos municipal, estadual ou nacional, acontece quando diversos bairros, cidades ou regiões de um país, respectivamente, apresentam um aumento de casos acima do esperado de uma determinada doença ou de óbitos por causas externas. Segundo a Organização Mundial de Saúde, as taxas de homicídio acima de dez por 100 mil habitantes configuram uma epidemia de violência letal.

Pandemia é uma situação de maior gravidade, pois acontece quando uma epidemia se estende por diversos países e continentes do planeta. É a disseminação mundial de uma doença, segundo a Organização Mundial de Saúde.

Com o fim da paralisação dos policiais militares cearenses, em 1º de março, após 13 dias de mobilização dos agentes de segurança e um crescimento acentuado da criminalidade e da violência, a quantidade de assassinatos diminuiu no estado, mas não voltou ao patamar anterior. Em março, foram registrados 359 casos, e em abril, mais 438 crimes fatais, situação bem diferente do mês de janeiro, quando houve pelo menos 265 assassinatos no estado. Fevereiro foi o mês com maior número de casos, 20,45%, seguido por abril, com 19,56%, praticamente iguais, embora o Ceará já estivesse sob a vigência de decretos de isolamento social desde 19 de março, como estratégia para conter o avanço da pandemia do novo coronavírus.

É preciso também conter a epidemia de violência que tem colocado o Ceará no topo de crescimento dos homicídios no Brasil. Como observou o Comitê de Prevenção à Violência, da Assembleia Legislativa, em nota pública divulgada à época, nossa compaixão não deve ser seletiva. Manifestamos total solidariedade aos familiares e amigos das vítimas do novo coronavírus e também às pessoas afetadas pela violência em nosso estado. O nosso esforço pela preservação de vidas também não deve ser seletivo. Cobramos do poder público a implementação do conjunto de recomendações para prevenção de homicídios apresentadas em 2016 e endossadas ao longo dos anos seguintes. Cada vida importa, sempre, em qualquer contexto.

NOTAS TÉCNICAS SOBRE VIOLÊNCIA LETAL

Uma nova estratégia de comunicação para denunciar a violência letal no Ceará e dar visibilidade às propostas para redução de homicídios no estado. O Comitê de Prevenção à Violência deu início no primeiro semestre de 2020 à publicação de notas técnicas para apresentar, em intervalos de tempo menores, o monitoramento que realiza sobre as estatísticas oficiais e a análise da situação da segurança pública local.

"Coronavírus e homicídios: o Ceará sob duas epidemias" foi o tema da primeira nota técnica, divulgada no dia 25 de maio, abordando dois grandes problemas de saúde pública. A nota avalia o contexto de violência letal no estado nos quatro primeiros meses de 2020, denunciando o aumento do número de assassinatos – uma média de 12,57 crimes de morte por dia, mais do que o dobro da média diária de 2019, que foi de 6,18 casos.

Entre 1º de janeiro e 30 de abril, já haviam sido computados 1.521 crimes violentos letais intencionais no Ceará. Nos primeiros dois meses de 2020, o Ceará já apresentava o maior crescimento de homicídios do país, segundo comparativo apresentado no dia 29 de abril pelo Monitor da Violência, projeto idealizado pelo Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o portal de notícias G1.

O problema não arrefeceu nem mesmo durante o distanciamento social coletivo, imposto a partir de 20 de março no Ceará, como medida de contenção da pandemia de Covid-19. O jornal *Diário do Nordeste* repercutiu a nota técnica do Comitê de Prevenção e Combate à Violência, abordando o crescimento dos homicídios no estado. Os assassinatos de crianças e adolescentes aumentaram 165% em relação ao mesmo período do ano anterior.

"Na nossa avaliação, essas mortes estão relacionadas às causas estruturais, como exclusão social e urbana. Há essa observação da redução da faixa etária das vítimas. As mortes de adolescente, muitas vezes, estão vinculadas à disputa das facções. É a situação do jovem negro, da periferia, excluído. É o mais vulnerabilizado pela violência letal", apontou o deputado Renato Roseno, presidente do Comitê de Prevenção à Violência, ao ser ouvido pela reportagem. "Nós entendemos que o enfrentamento a essa violência é, sobretudo, com ações de prevenção, mediação de conflitos, cultura, inteligência policial e combate ao tráfico de armas", acrescentou.

O material produzido pelo comitê também embasou a nota pública divulgada no dia 11 de junho pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza. O conselho chama a atenção para o elevado número de homicídios de adolescentes na cidade durante o isolamento social em decorrência da pandemia. Entre 20 de março e 27 de maio, pelo menos 69 crianças e adolescentes haviam sido assassinados, sendo 49 apenas na capital.

A nota técnica produzida pelo Comitê de Prevenção à Violência indicava um cenário de letalidade para adolescentes no Ceará no primeiro quadrimestre de 2020 semelhante ao de 2014, ano mais violento para esse segmento etário na série histórica de homicídios. Nos quatro primeiros meses de 2020, já haviam sido registrados 286 crimes violentos intencionais que resultaram na morte de adolescentes no estado, uma média de 2,36 assassinatos por dia.

"Essas mortes estão relacionadas às causas estruturais, como exclusão social e urbana (...) O enfrentamento a essa violência é, sobretudo, com ações de prevenção, mediação de conflitos, cultura, inteligência policial e combate ao tráfico de armas".

"O referido comitê publicou, ainda em 2016, um importante relatório que aponta evidências sobre os fatores que determinam a vitimização por homicídios na adolescência e recomenda ações de enfrentamento que devem ser desenvolvidas pelos diferentes entes estatais e pela sociedade. No entanto, no município de Fortaleza, apesar da previsão de cinco ações do Programa Cada Vida Importa no Plano Plurianual (PPA) 2018-2021, essas nunca foram executadas", acrescenta a nota do conselho municipal.

O colegiado pontua ainda que a realização de parcerias com organizações da sociedade para o desenvolvimento de ações de redução de homicídios de adolescentes, prevista na Lei Orçamentária Anual em 2018 e em 2019, não foi executada. O conselho denuncia também que a implantação do Centro de Atendimento para Adolescentes e a realização de atendimento psicossocial aos familiares vítimas de violência por homicídio não foram incluídas na Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro de 2020.

Ao concluir a nota, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza manifesta indignação e cobra das autoridades públicas, em especial do poder público municipal, medidas efetivas para o enfrentamento dos homicídios na adolescência. As medidas – destaca o colegiado – devem se pautar na destinação privilegiada de recursos públicos, na precedência de atendimento nos serviços públicos e na primazia de recebimento de proteção e socorro, conforme o princípio da prioridade absoluta, previsto no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A nota elenca oito recomendações à Prefeitura de Fortaleza para prevenção de homicídios na adolescência, entre elas algumas que foram formuladas pelo comitê estadual. Uma das novas recomendações propostas pelo conselho é justamente a garantia da execução orçamentária das ações do "Programa Cada Vida Importa" previstas na Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro de 2020 do município de Fortaleza.

RECOMENDAÇÕES PELA VIDA

Nota pública do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza, divulgada em 11 de junho de 2020, elenca oito recomendações à Prefeitura de Fortaleza para prevenção de homicídios na adolescência:

- Ampliação da rede de programas e projetos sociais a adolescentes vulneráveis ao homicídio;
- Qualificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios;
- Prevenção à experimentação precoce de drogas e apoio às famílias;
- Fortalecimento das medidas socioeducativas em meio aberto, observando-se as metas previstas no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto de Fortaleza;
- Política de profissionalização para adolescentes, preferencialmente, com oportunidade de trabalho e renda a partir do Ensino Fundamental II, conforme a Lei nº 10.097/2000;
- Fortalecimento das ações de mediação de conflitos e proteção de adolescentes ameaçados;
- Ampliação e fortalecimento das comissões de proteção nas escolas do sistema público de ensino do município de Fortaleza;
- Garantia da execução orçamentária das ações do "Programa Cada Vida Importa" previstas na Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro de 2020 do município de Fortaleza.

CELSO OLIVEIRA

Profissionalização para adolescentes, preferencialmente, com oportunidade de trabalho e renda a partir do Ensino Fundamental II, é uma das propostas formuladas pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Prefeitura de Fortaleza

Crimes violentos letais intencionais e média por período - população geral

Período	Duração	Casos	Média de casos
Início de 2020	48 dias	426	8,88
Paralisação de policiais	13 dias	321	24,69
Período neutro	17 dias	192	11,29
Vigência de decretos para distanciamento social	74 dias	948	12,81
Transição para reabertura de atividades	30 dias	345*	11,50
Reabertura - Fase 1	3 dias	13#	4,33

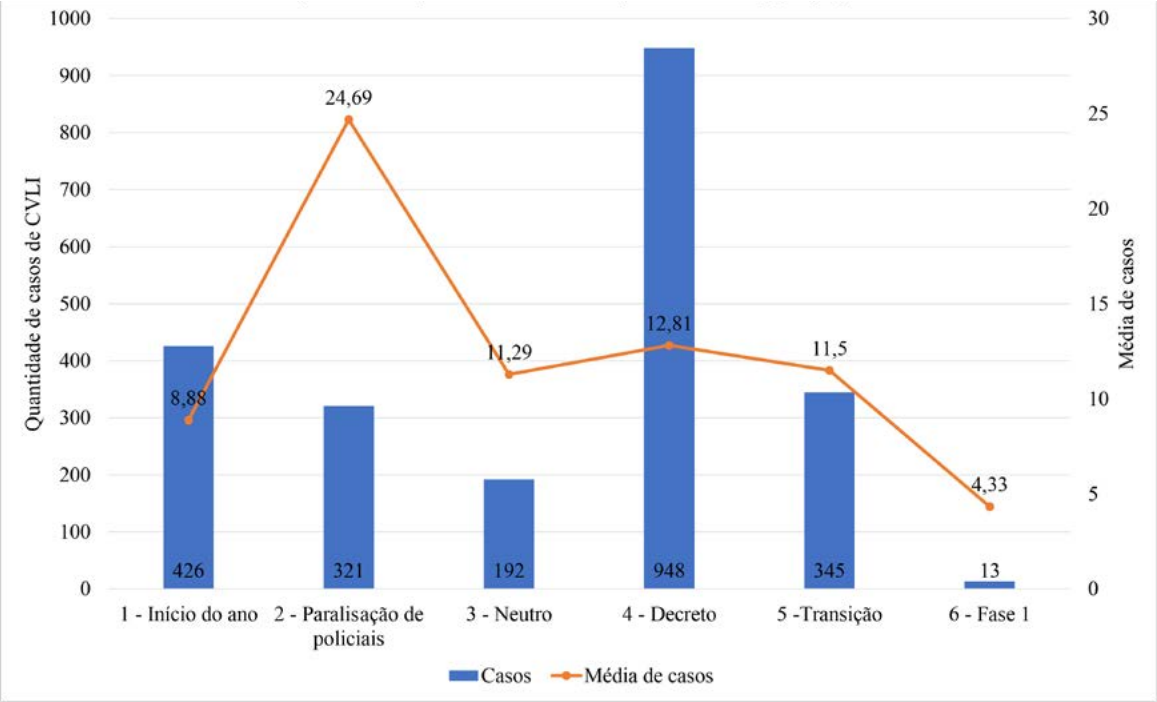
Crimes violentos letais intencionais e média por período - adolescentes

Período	Duração	Casos	Média de casos
Início de 2020	48 dias	69	1,44
Paralisação de policiais	13 dias	66	5,08
Período neutro	17 dias	47	2,76
Vigência de decretos para distanciamento social	74 dias	170	2,30
Transição para reabertura de atividades	30 dias	53*	1,77
Reabertura - Fase 1	3 dias#	4#	1,33

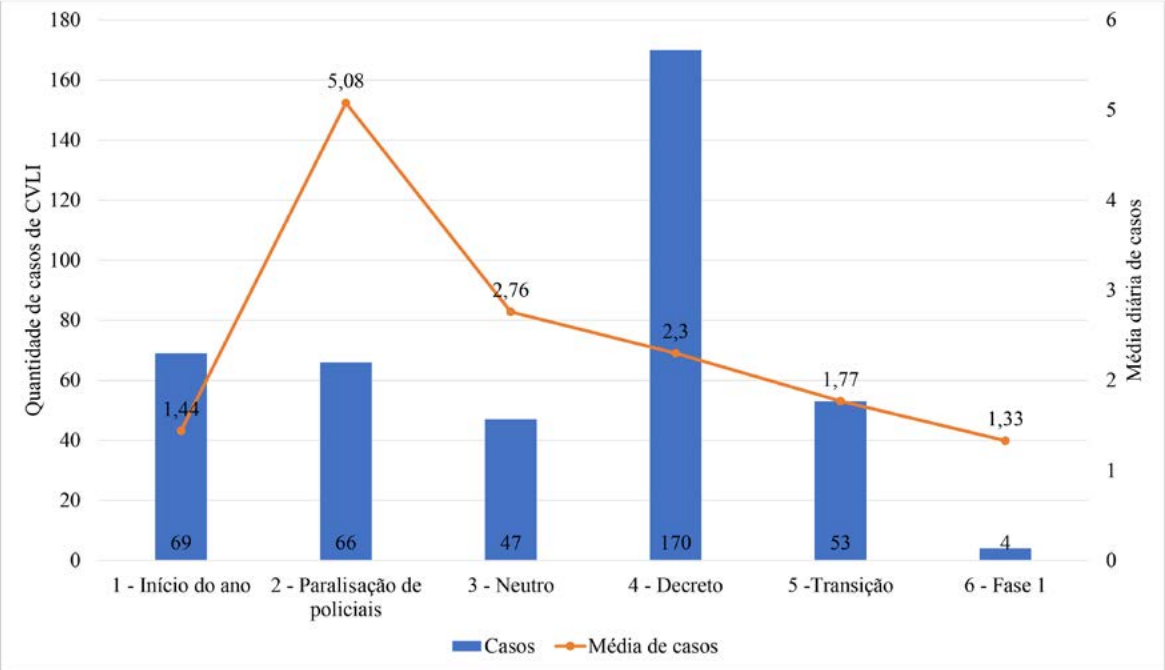
* Após uma sucessão de decretos para o distanciamento social coletivo durante a pandemia do novo coronavírus, o Governo do Ceará começou a aplicar o Plano de Retomada Responsável das Atividades Econômicas e Comportamentais do Estado, que contemplou uma fase inicial de transição e mais quatro fases de abertura gradual. A fase de transição funcionou como um período de teste, durante sete dias, a partir de 1º de junho de 2020. Como as condicionantes do sistema de saúde foram cumpridas, segundo o governo estadual, o plano seguiu para as fases seguintes, cada uma com duração de 14 dias. Tendo em vista as diferentes datas por municípios para início da Fase 1, esses números de crimes violentos letais intencionais se referem aos 30 dias do mês de junho.

Cinco cidades - Caucaia, Itaitinga, Maracanaú, Pacajus e Paraipaba - entraram na Fase 1 no dia 28 de junho de 2020, sendo essa a quantidade de crimes violentos letais intencionais até o fim do período analisado, primeiro semestre - até 30 de junho de 2020, portanto. Os cinco municípios que entraram na primeira fase registraram crimes violentos letais intencionais no período de 28, 29 e 30 de junho, casos inclusos, portanto, no período classificado como "Reabertura - Fase 1". É válido ressaltar que Fortaleza entrou na Fase 1 apenas no dia 6 de julho de 2020

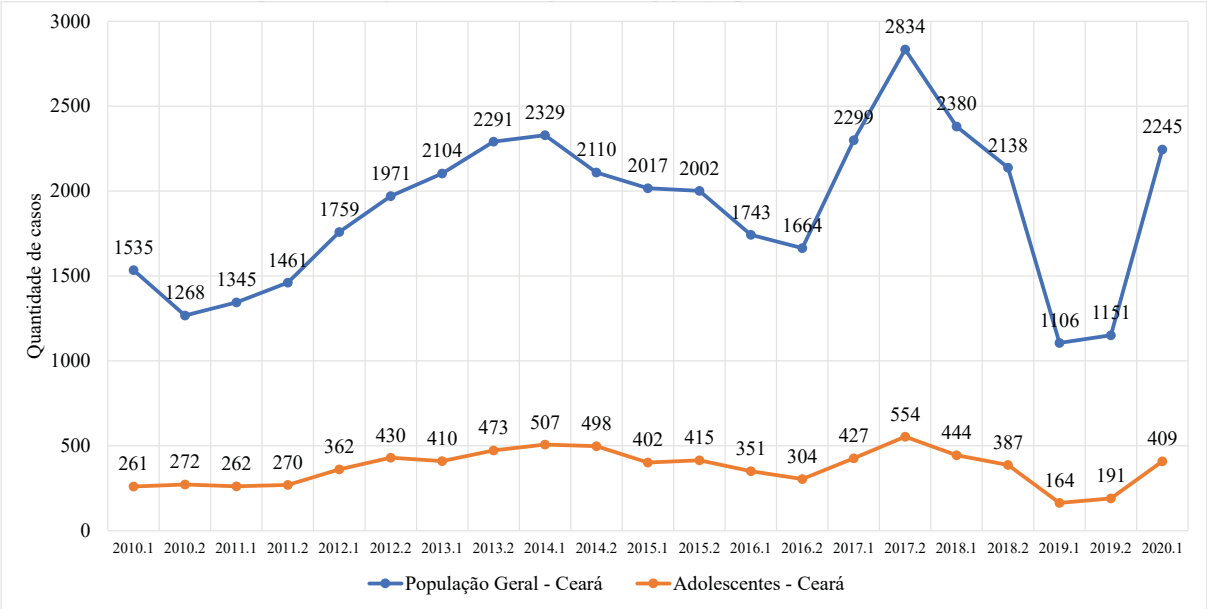
Crimes violentos letais intencionais e média por período - população geral



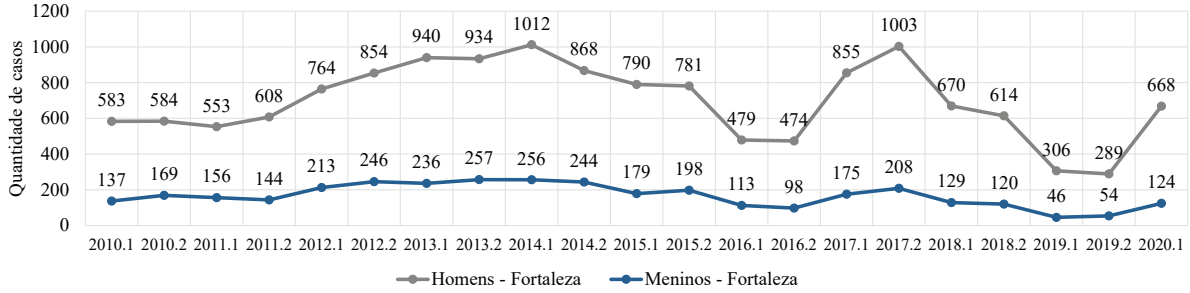
Crimes violentos letais intencionais e média por período - adolescentes

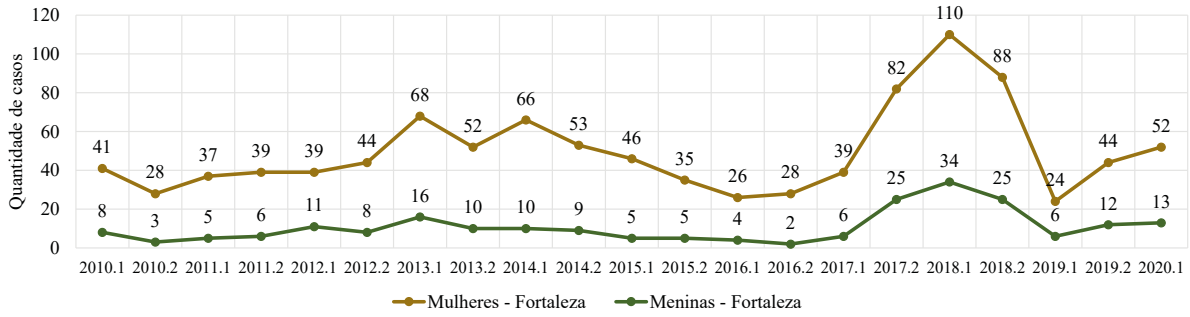


Crimes violentos letais intencionais por semestre - população geral e adolescentes - Ceará

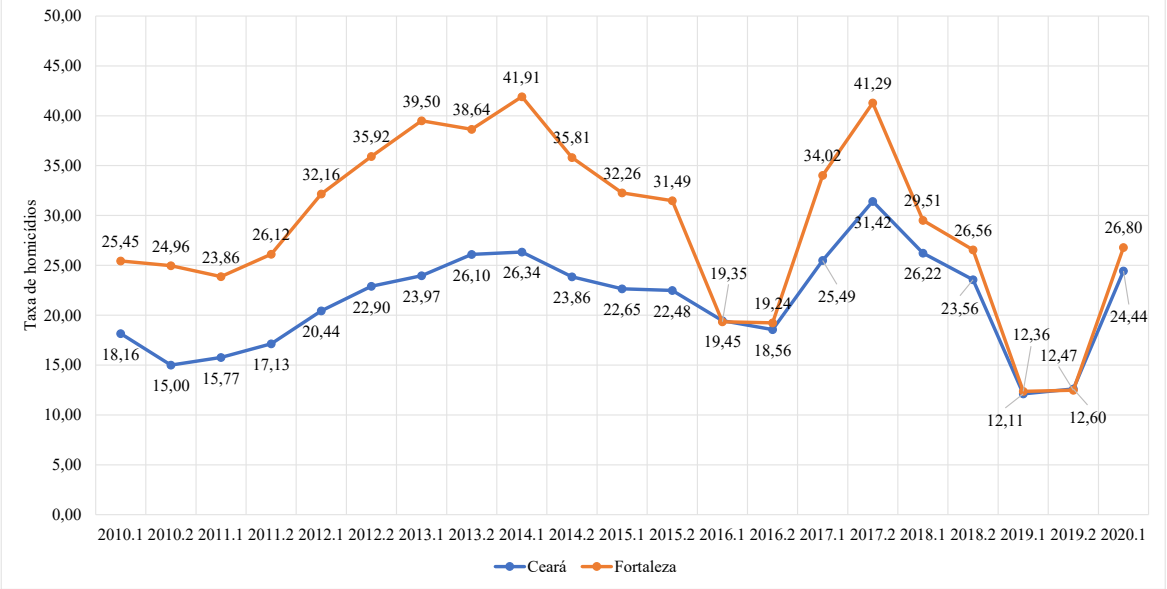


Crimes violentos letais intencionais, em função do sexo e faixa etária da vítima - Fortaleza

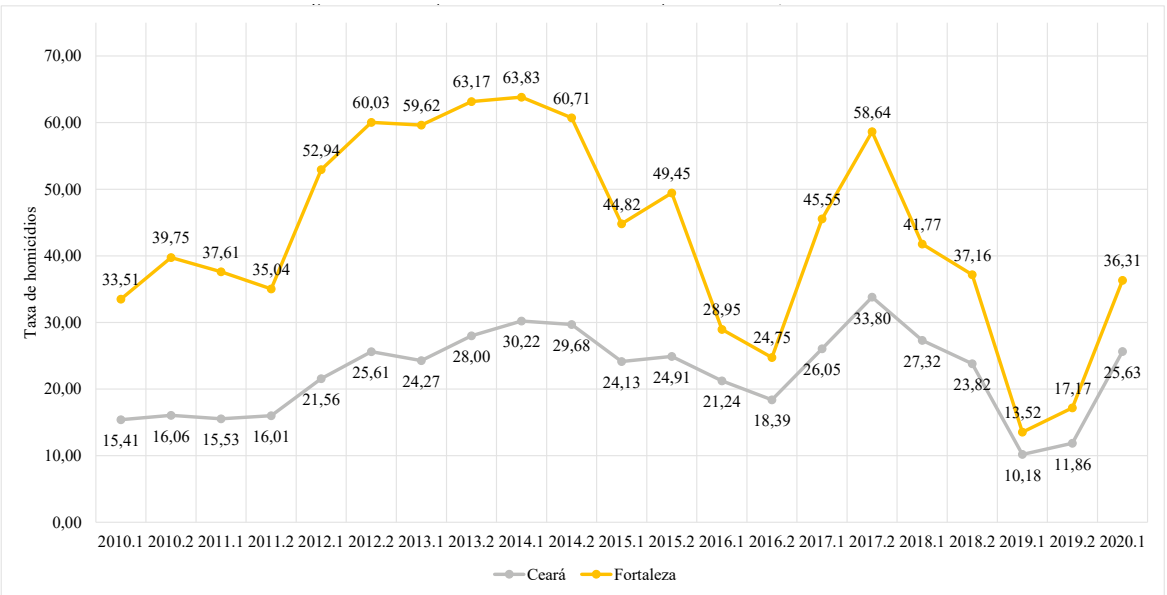




Taxas de homicídios em função dos semestres - população geral



Taxas de homicídios em função dos semestres - adolescentes



Ranking das cidades com maiores taxas de homicídio - população geral

Classificação	Posição	Cidade	Taxa	Quant. de casos
Ranking por taxas	1º	Guaiúba	108,88	6
	2º	São João do Jaguaribe	93,63	1
	3º	Alto Santo	77,91	2
	4º	Caucaia	67,59	49
	5º	Banabuiú	67,50	3
	6º	Forquilha	63,82	3
	7º	Altaneira	62,26	1
	8º	Eusébio	61,33	6
	9º	Jijoca de Jericoacoara	56,22	2
	10º	Itaitinga	55,67	4
	33º	Fortaleza	30,69	118

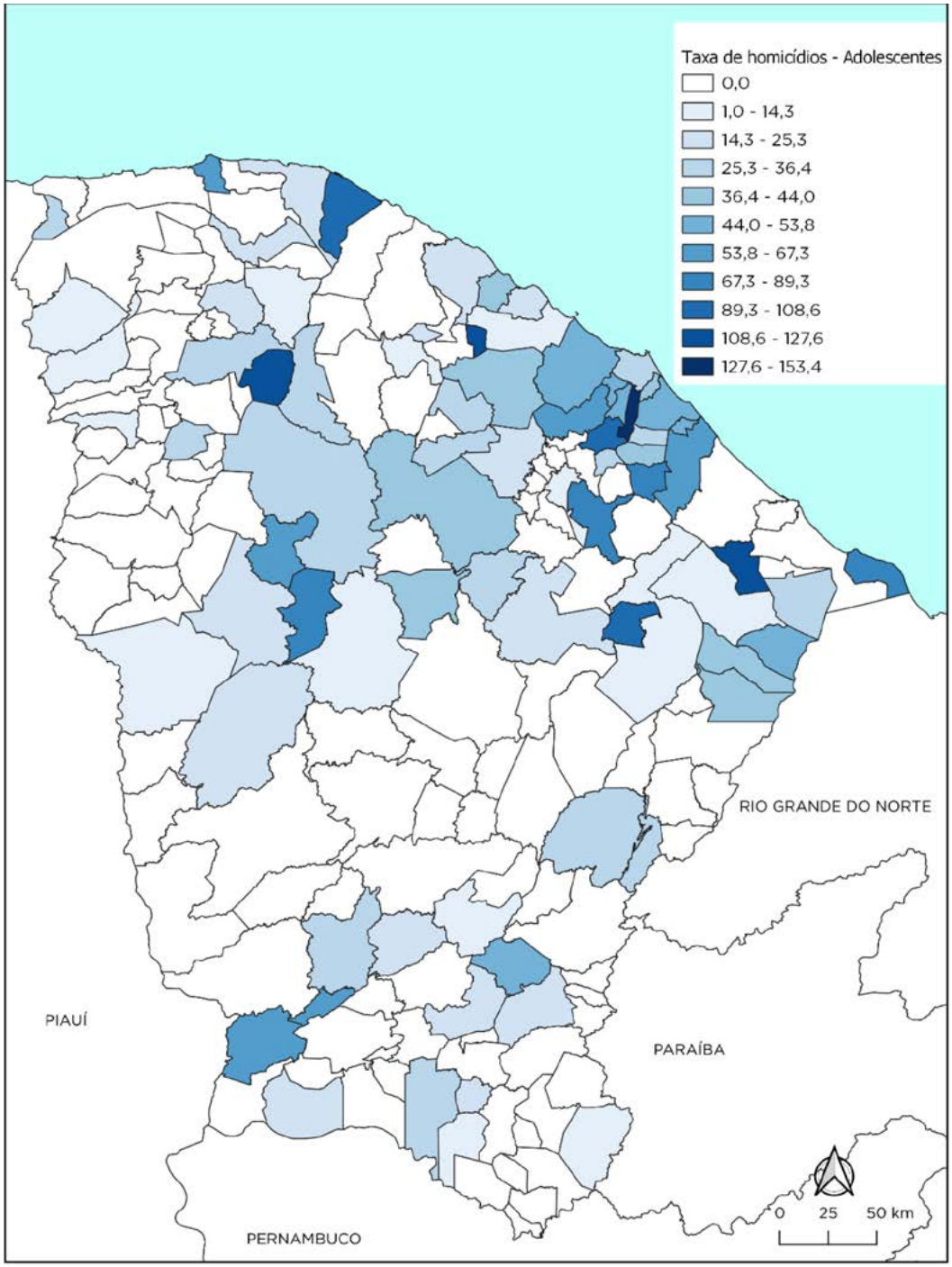
Ranking por quantidade de casos	1º	Fortaleza	30,69	118
	2º	Caucaia	67,59	49
	3º	Maracanaú	40,68	16
	4º	Maranguape	44,79	11
	5º	Juazeiro do Norte	20,57	10
	6º	Pacajus	50,39	7
	7º	Guaiúba	108,88	6
	8º	Eusébio	61,33	6
	9º	Aquiraz	41,07	6
	10º	Sobral	15,07	6

Ranking das cidades com maiores taxas de homicídio - adolescentes

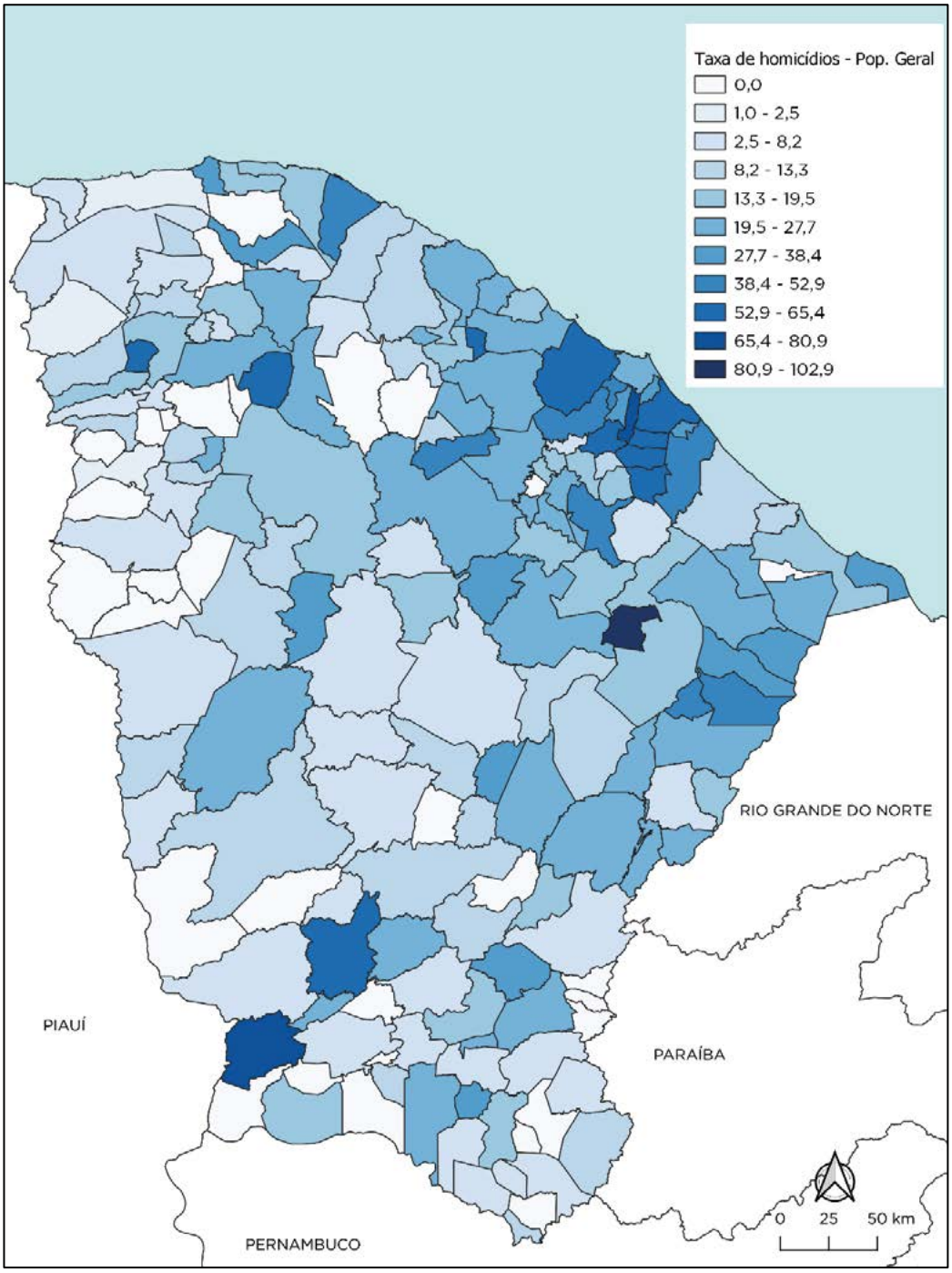
Classificação	Posição	Cidade	Taxa	Quant. de casos
Ranking por taxas	1º	Itaitinga	153,43	11
	2º	Forquilha	127,55	6
	3º	São Luís do Curu	127,09	3
	4º	Palhano	122,15	1
	5º	Guaiúba	108,59	6
	6º	Itarema	101,19	9
	7º	Ibicuitinga	100,76	2
	8º	Monsenhor Tabosa	89,30	3
	9º	Icapuí	82,66	2
	10º	Aracoiaba	79,42	4
	34º	Fortaleza	36,31	137

Ranking por quantidade de casos	1º	Fortaleza	36,31	137
	2º	Caucaia	52,16	38
	3º	Maracanaú	48,85	19
	4º	Maranguape	65,17	16
	5º	Sobral	30,19	12
	6º	Itaitinga	153,43	11
	7º	Itarema	101,19	9
	8º	Cascavel	65,72	9
	9º	Juazeiro do Norte	18,62	9
	10º	Pacatuba	49,56	7

Mapa das taxas de homicídio do primeiro semestre de 2020 - adolescentes



Mapa das taxas de homicídio do primeiro semestre de 2020 - população geral



NOTAS

[1] Em função das diferenças metodológicas, os dados de homicídios para o ano de 2017 no Ceará não são os mesmos entre as fontes da área de segurança pública e as fontes da área de saúde. Para aquele ano, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do estado registrou 5.197 crimes violentos letais intencionais, enquanto o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019 contabilizou 5.329 mortes violentas intencionais. A diferença é ainda maior em relação ao Atlas da Violência 2019, que computou 5.433 homicídios no Ceará em 2017.

[2] O economista James Heckman recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2000 pelos estudos na área da microeconomia aplicada. A premiação marca o reconhecimento da microeconomia aplicada como um dos importantes campos da ciência econômica moderna. "A área da microeconometria surgiu nos últimos 40 anos para ajudar os economistas a fornecer descrições mais precisas da economia, no desenho e avaliação de políticas públicas e em testar teorias econômicas estimando parâmetros definidos em modelos econômicos. É uma área científica dentro da economia que conecta a teoria do comportamento individual aos dados individuais, onde os indivíduos podem ser empresas, pessoas ou famílias. Pesquisa em microeconometria é baseada em dados. A disponibilidade de novas formas de dados levantou desafios e oportunidades que estimularam todos os desenvolvimentos importantes na área e mudaram a forma como os economistas pensam sobre a realidade econômica", apontou no discurso de premiação.

Mas a partir dos anos 2000, o economista natural de Chicago, nos Estados Unidos, inaugurou uma agenda de pesquisa de desenvolvimento humano, com artigo clássico sobre habilidades cognitivas e não cognitivas (socioemocionais). Considera-se que ele se tornou mais conhecido pelos novos estudos do que pelas pesquisas que lhe garantiram a conquista do Prêmio Nobel de Economia. James Heckman se tornou referência na defesa de que o investimento na primeira infância e em educação de qualidade é a melhor estratégica para prevenção da criminalidade e da violência e para o desenvolvimento das nações.

A equação do economista é sintetizada em: investir + desenvolver + sustentar = ganho. Investir: "Invista em recursos educacionais e de desenvolvimento para famílias desfavorecidas, a fim de proporcionar acesso igual ao desenvolvimento humano inicial bem-sucedido". Desenvolver: "Promova o desenvolvimento precoce de habilidades cognitivas e sociais em crianças, desde o nascimento até os cinco anos de idade". Sustentar: "Sustente o desenvolvimento inicial com educação eficaz até a idade adulta". Ganho: "Ganhe uma força de trabalho mais capaz, produtiva e valiosa, que gere dividendos pelas próximas gerações".

[3] Jania Perla Diógenes de Aquino tem graduação em Ciências Sociais e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado na Universidade de Versailles Saint-Quentin (Ile de France). Com estudos sempre na área da segurança pública, ela se concentra em pesquisas sobre assaltos a instituições financeiras e, com foco mais amplo, também sobre dinâmicas criminais e mercados ilegais. A socióloga é coordenadora científica do Laboratório de Estudos da Violência, da Universidade Federal do Ceará, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da instituição, com atuação desde 1994.

[4] O pneumotórax é uma urgência médica relativamente comum, causada pela entrada de ar dentro da pleura, a membrana que reveste os pulmões. O problema acontece quando há uma lesão da pleura, e o ar que deveria estar apenas dentro do pulmão começa a vazar para a cavidade torácica. Como o pulmão fica insuflado em função da pressão negativa do tórax, qualquer vazamento de ar para essa região eleva a pressão e favorece o colapso do órgão. O ar, que deveria estar expandindo o pulmão, passa para o lado de fora, comprimindo e fazendo murchar o órgão.

O pneumotórax hipertensivo é o tipo mais grave e pode levar à parada cardiorrespiratória em pouco tempo, se não for reconhecido e tratado rapidamente. Em alguns casos de pneumotórax, a lesão na pleura faz um mecanismo de válvula, que permite a passagem de ar em direção ao tórax, mas impede a sua saída. Como resultado, cada vez que o paciente inspira, entra um pouco de ar no tórax, ficando este preso lá dentro. Conforme a quantidade de ar presa no tórax vai aumentando, a pressão intratorácica se eleva progressivamente, comprimindo órgãos internos, como vasos, o outro pulmão e o coração.

[5] O recurso do Governo do Estado de Goiás apreciado pelo Supremo Tribunal Federal em 5 de março de 2017 questionava a legalidade de uma paralisação de policiais civis. Sete ministros votaram a favor da proibição ao direito de greve na área da segurança pública: Alexandre de Morais, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski. Três ministros votaram contra a proibição ao direito de greve para as categorias de servidores da segurança pública: Edson Fachin, Marco Aurélio Mello e Rosa Weber.

[6] A Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, concede anistia aos policiais e bombeiros militares que participaram de movimento grevista, a partir de 1º de janeiro de 1997 até a data de publicação da lei, 11 de outubro de 2011, portanto, nas seguintes unidades da federação: Alagoas, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe, Tocantins, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso do Sul, Paraná e Distrito Federal.

ESPECIAL

Política pública de segurança: responsabilidade também dos governos municipais

A gestão das cidades pode e deve investir na redução de fatores de risco para a violência, com ações, projetos e programas de prevenção em diferentes áreas: assistência social, comunicação, cultura, educação, esporte, habitação, lazer, meio ambiente, mobilidade, profissionalização, saúde e urbanismo.

O CONTEXTO DE VIOLÊNCIA no Ceará se agravou bastante nos últimos 20 anos. A insegurança por todo o estado não é mais só uma sensação. Um problema que afetava principalmente as cidades de médio e grande porte se expandiu para os pequenos municípios, atingindo as áreas urbanas e também os distritos. A exemplo de outros estados do Nordeste, embora de forma ainda mais intensa, o Ceará passa por um processo de interiorização da violência no Brasil, que se acentuou desde o início dos anos 2000 no país e ganhou contornos mais graves no estado a partir de 2015, com a presença acintosa de facções criminosas disputando o mercado de drogas e armas em várias regiões, impondo temor, gerando conflitos e provocando mortes.

O fenômeno da interiorização da violência no Brasil chamou a atenção do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz logo na entrada do novo milênio, quando da elaboração da quarta edição do Mapa da Violência, divulgada em 2004. "Se, até 1999, os polos dinâmicos da violência localizavam-se nas grandes capitais e regiões metropolitanas, a partir dessa data, observou-se certa estagnação nessas áreas e o deslocamento da dinâmica para o interior dos estados, cuja violência continuava crescendo a um ritmo maior que o anterior", apontava o pesquisador.

Após a publicação do Mapa da Violência de São Paulo, em 2005, e do Mapa da Violência: os jovens do Brasil, em 2006, o sociólogo estava convencido de que essa estagnação do crescimento da violência nas grandes metrópoles e a continuidade do crescimento da violência nos municípios do interior não se tratava de um fenômeno pontual, meramente conjuntural. O convencimento fez o coordenador da série de estudos publicada desde 1998 se debruçar sobre uma nova pesquisa, divulgada em 2007, abrangendo as 5.560 cidades do país, o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros.

A principal constatação: entre 1994 e 1999, as taxas de homicídios das capitais e regiões metropolitanas cresceram 6,1% ao ano, enquanto no interior o aumento foi de 4,5%. Mas no período de 1999 a 2004, o quadro se inverteu. "O crescimento foi de 0,8% ao ano nas capitais e regiões metropolitanas. E, no interior, o aumento foi de 5,3% ao ano. Dos 48.374 assassinatos ocorridos no Brasil em 2004, 40% foram no interior", pontuava Julio Jacobo.

O pesquisador atribuía a inversão às mudanças socioeconômicas em curso desde a década anterior. "Desde o início dos anos 90, a economia no Brasil está sendo descentralizada. Indústrias e investimentos começaram a ser deslocados para o interior por causa de facilidades fiscais e da mão de obra mais barata. O interior se tornou polo atrativo para a população e, em consequência, para a criminalidade. Por outro lado, as grandes cidades receberam mais investimentos do Fundo Nacional de Segurança Pública para combater a violência".

DAVI PINHEIRO

Segurança é mais do que só um caso de polícia. Políticas públicas em diferentes áreas são fundamentais para atacar as causas da violência, contribuindo para a prevenção e a redução de homicídios

Sem a estrutura de repressão adotada nos municípios de grande porte, as médias e pequenas cidades passaram a ser o destino de agentes da criminalidade, num processo de migração que contribuiu significativamente para a interiorização da violência. A partir dos anos 2010, principalmente, esse fenômeno se reconfigurou, tornando-se mais complexo. As grandes facções do Sudeste se ramificaram por outras regiões do país e alguns estados criaram seus próprios coletivos a serviço do crime. Delitos e conflitos, antes perpetrados "apenas" individualmente, passaram a ser planejados e executados também por organizações.

Além da falta de aparato policial repressor para coibir as ações criminosas e prender os autores, o desenvolvimento econômico que algumas cidades de pequeno e médio porte passaram a ter, entre o fim do século passado e o início do atual, foi um chamariz para os grupos criminosos. O crescimento incluiu a instalação de agências bancárias, a abertura de empresas e lojas comerciais e a disponibilização de novos serviços aos moradores.

Com uma relativa "saturação" do mercado de drogas e armas nos grandes centros urbanos, as organizações criminosas viram nas pequenas e médias cidades territórios com potencial para ampliação e exploração das atividades ilegais. E como o progresso econômico não resultou em amplo e profundo desenvolvimento social, as desigualdades entre ricos e pobres se mantiveram, e adolescentes e jovens das periferias, notadamente, passaram a ser recrutados pelos coletivos criminais.

Doze anos depois da publicação do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, outro documento de referência para compreensão do fenômeno da violência localizada nas cidades veio atualizar a leitura sobre o processo de interiorização do problema. Em 2019, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública lançaram o Atlas da Violência: Retrato dos Municípios Brasileiros, que analisa a situação, particularmente dos homicídios, nas 310 cidades com mais de 100 mil habitantes.

É gritante o aumento da violência letal nas pequenas cidades ao longo de 20 anos, entre 1997 e 2017. "Nas últimas duas décadas, os municípios menores tiveram crescimento acentuado das taxas de homicídio, ao passo que os maiores lograram redução nos índices de homicídio, fazendo com que esses grupos ficassem mais parecidos. Enquanto houve crescimento de 113,0% na taxa dos municípios pequenos entre 1997 e 2017, os médios sofreram relativamente pouco aumento na taxa de letalidade, e os grandes lograram uma redução de 4,5%", aponta o relatório.

Com o avanço da violência pelo interior do país, o desafio para os gestores dos municípios aumentou, mas poucos assumem a responsabilidade pela superação do problema. Segurança é uma competência também municipal. A política pública de segurança não é uma atribuição exclusiva dos governos estaduais e federal. Poder público e sociedade precisam alargar a compreensão de que as ações nessa área devem incluir muito

mais do que repressão à criminalidade e à violência, mas também promoção de uma cultura de paz para prevenção de delitos e conflitos. É preciso agir por antecipação para atacar as causas da violência.

A visão de uma segurança atrelada essencialmente a ações repressivas tem levado a gestão pública a valorizar o trabalho focado em policiamento ostensivo e encarceramento, funções desempenhadas pelos governos estaduais, por meio das polícias Civil e Militar, e pelo governo federal, por meio da Polícia Federal, além do sistema de Justiça, que envolve a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Judiciário. Como os governos municipais não dispõem de força policial, a maioria das prefeituras se esquiva da responsabilidade pela segurança ou procura equipar e treinar a guarda civil municipal para que atue à semelhança da polícia. E como a polícia tem agido cada vez mais na base do confronto, a violência só aumenta, como demonstra o número alarmante de cidadãos mortos por intervenção policial, além dos próprios agentes de segurança que têm a vida interrompida em meio a essa lógica de conflitos.

Aos governos estaduais cabe, entre outras tarefas, estruturar e organizar o sistema policial, com uma Polícia Militar para prevenir ações criminosas e uma Polícia Civil para investigar os delitos. Ao governo federal, por meio da Polícia Federal, compete desempenhar tais funções quando os crimes extrapolam as divisas das unidades da federação. Aos governos municipais resta a importante tarefa de investir em prevenção da criminalidade e da violência, função que ganha ainda mais relevância frente à lacuna deixada pelos outros dois entes federados, haja vista o trabalho eminentemente ostensivo e repressivo, que não tem repercutido para diminuir o problema.

A criação, a ampliação e o fortalecimento de programas sociais constituem parte fundamental de uma política pública de segurança e devem ser considerados pelos gestores nos diferentes níveis de poder. A prevenção da criminalidade e da violência envolve investimentos em assistência social, comunicação, cultura, educação, esporte, habitação, lazer, mobilidade, profissionalização, saúde e urbanismo.

O que não falta é possibilidade de viabilizar cidades mais seguras, como veremos nas próximas páginas. As prefeituras podem – e devem – fazer uma grande diferença para promover o bem-estar dos cidadãos, a convivência harmoniosa entre os moradores. Com o devido planejamento e em parceria com o governo estadual, o governo federal e a própria população local, o poder público municipal tem como desenvolver uma série de ações e projetos que constituam uma política pública de segurança para a cidade.

"A visão de que a segurança é responsabilidade dos estados é estrita e limitada. As polícias e o sistema penitenciário, em grande medida, são geridos pelos estados. Mas toda a perspectiva de redução de fatores de risco e de políticas preventivas tem a ver com responsabilidades dos municípios, como saúde, educação e assistência social. E também ao governo federal, porque grande parte da legislação é definida em nível nacional", aponta a pesquisadora Melina Risso, doutora em administração pública, integrante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e coautora do livro "Segurança Pública para virar o jogo", lançado em 2018.

A violência é um problema complexo e multifatorial e, por isso mesmo, a busca por soluções requer a junção de forças e a combinação de esforços entre poder público e sociedade. Entenda-se por poder público o Executivo, o Legislativo e o Judiciário em âmbitos municipal, estadual e federal. A segurança não é uma atribuição exclusiva dos governos estaduais, muito menos apenas das instituições policiais. Uma política pública de segurança envolve – ou deveria envolver – o Estado, lato sensu. Como define o artigo 144 da Constituição Federal, segurança pública é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. O direito à segurança tem relação intrínseca com o direito mais nobre, o direito à vida.

COM A MELHOR SEGURANÇA

Política pública de segurança ou política de segurança pública?

No debate sobre "política de segurança e gestão municipal", é mais pertinente abordar o tema como "política pública de segurança" do que como "política de segurança pública".

Os sociólogos Túlio Kahn e André Zanetic defendem que "políticas públicas de segurança" são mais amplas, pois incorporam aspectos como cidadania e direitos humanos, enquanto "políticas de segurança pública" são compreendidas como atividades típicas da atuação policial e repressiva.

Doutores em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, os dois são autores da pesquisa "O papel dos municípios na segurança pública", publicada pelo Ministério da Justiça em 2006.

CELSO OLIVEIRA

Bons exemplos a seguir

Em várias áreas da administração municipal, os gestores podem adotar ações, projetos e programas para reduzir os fatores de risco à violência e viabilizar uma cidade mais segura.

Assistência social

- Criar programas próprios de benefícios para as famílias em situação de maior vulnerabilidade social e ampliar a contrapartida municipal nos programas financiados pelo governo estadual e pelo governo federal.
- Fortalecer os programas de convivência familiar e comunitária.
- Fortalecer o acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, contribuindo para evitar reincidência de atos infracionais.

Comunicação

- Identificar e valorizar o potencial de adolescentes e jovens para a comunicação, oferecendo cursos de formação para uma comunicação comprometido com os direitos humanos e a não-violência .
- Utilizar o material de divulgação e as mídias da gestão municipal, como jornal, rádio, televisão e internet, para difundir uma comunicação que valorize uma cultura de respeito e paz

Educação

- Oferecer creches e escolas de qualidade para atender crianças, adolescentes e jovens, reduzindo as chances de evasão e abandono. Mais do que espaços de ensino e aprendizagem, creches e escolas devem ser fortalecidas como lugares de sociabilidade positiva, inclusive com uma estrutura física e de pessoal capaz de valorizar e aproveitar a energia e o potencial criativo característicos de meninos e meninas, moças e rapazes.
- Realizar um trabalho de busca ativa escolar para trazer de volta crianças, adolescentes e jovens em situação de abandono ou evasão escolar.
- Oferecer oportunidades de contato com atividades artístico-culturais e esportivas, mas também de desenvolvimento de habilidades e formação de talentos.
- Criar programas pedagógicos que valorizem não apenas a aquisição de conhecimentos, mas uma formação humanística, voltada para o convívio fraterno, a solidariedade e o respeito às diferenças de geração, gênero, orientação sexual, raça/etnia e credo.

Cultura

- Garantir o acesso, sobretudo de crianças, adolescentes e jovens mais vulneráveis, a manifestações artístico-culturais, oferecendo a programação nos próprios bairros onde moram e também viabilizando condições de transporte para outros bairros.
- Identificar e valorizar o potencial criativo de crianças, adolescentes e jovens e viabilizar o trabalho dos artistas locais, com atenção especial aos talentos das áreas periféricas.

Mobilidade

- Oferecer diferentes modais de transporte para encurtar distâncias, facilitar o trajeto, ampliar o acesso das pessoas e diminuir a segregação entre as regiões.
- Descentralizar os serviços públicos oferecidos.
- Melhorar a infraestrutura das calçadas, ruas e avenidas com adaptações que facilitem a circulação das pessoas, garantindo o direito de uso a todos os moradores, inclusive às pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção.

Esportes

- Oferecer nas unidades educacionais, nos centros culturais e nos espaços públicos de lazer oportunidades para práticas esportivas, contemplando diferentes modalidades.
- Identificar e estimular nas escolas e nas comunidades adolescentes e jovens com potencial para desenvolver e aperfeiçoar habilidades esportivas.

Formação profissional, emprego e renda

- Oferecer cursos de profissionalização, vagas de estágio bem supervisionado e programas de primeiro emprego para aqueles que mais precisam, especialmente adolescentes e jovens das áreas mais desassistidas e egressos dos sistemas socioeducativo e prisional.
- Estabelecer parcerias com os governos estadual e federal e com a iniciativa privada para geração de oportunidades no mercado de trabalho, contribuindo para diminuir o desemprego e a informalidade das famílias.
- Criar oportunidades de formação de uma rede local de economia solidária.

Habitação, urbanismo e meio ambiente

- Criar programas para oferta de moradia e melhoria das condições de habitação, com atenção especial às áreas periféricas, sobretudo aos assentamentos precários.
- Inserir no programa habitacional estratégias para diminuir o adensamento populacional.
- Promover a requalificação urbana das áreas degradadas, com serviços eficientes e inovadores de coleta de lixo e materiais recicláveis.
- Garantir a iluminação adequada das vias públicas.
- Criar, manter e descentralizar áreas verdes, parques e praças, promovendo a ocupação de espaços públicos com opções de lazer, acesso às artes e práticas esportivas.
- Investir em projetos inovadores de construção, reforma e ampliação de prédios públicos e melhor uso dos terrenos vazios e espaços abandonados, inclusive para moradias sociais ou para ampliar a rede de instituições educacionais e culturais.

Participação popular

- Definir prioridades para a gestão envolvendo a participação dos moradores de toda a cidade, principalmente das regiões mais desassistidas.

Saúde

- Criar, ampliar e consolidar programas de saúde mental e comunitária, com atenção especial à saúde primária e ao Programa Saúde da Família e Comunidade, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e formação de círculos de convivência.
- Incorporar o trabalho de redução de danos pelo uso abusivo de álcool e outras drogas.

AGENDA PARA UMA CIDADE SEGURA

Didatismo e objetividade em defesa da vida. O Instituto Igarapé, organização não governamental com sede no Rio de Janeiro, que mantém parcerias e projetos em mais de 20 países, trabalhando com temas, como segurança cidadã e consolidação da paz, lançou em pleno ano eleitoral a "Agenda Cidades Seguras – o papel dos municípios na prevenção da violência".

"Você sabe qual é o papel de prefeitos e vereadores na segurança pública? Os serviços municipais estão ligados a diversas questões voltadas para as causas da violência". O tom empregado na divulgação do material reflete o conteúdo da publicação de 23 páginas, 16 delas com textos que abordam, de forma direta, o essencial para viabilizar uma cidade segura.

O sumário já oferece ao leitor a percepção de que o material se atém ao que mais interessa: a aplicabilidade de ações concretas pela gestão pública municipal para a prevenção da violência. "O que você precisa saber para elaborar uma agenda Cidade Segura adequada à sua realidade? Agenda: Estratégias e Ações. Como colocar a agenda em prática".

A publicação foi lançada estrategicamente no dia 30 de setembro de 2020, apenas três dias depois do início oficial das campanhas políticas para eleição de prefeitos e vereadores. Com o perfil semelhante a uma cartilha, a Agenda Cidades Seguras apresenta estratégias baseadas em evidências para prevenção da violência, destinadas tanto aos candidatos quanto aos eleitores.

Ao disponibilizar a publicação, também em um período crítico de pandemia do novo coronavírus, o Instituto Igarapé chamou a atenção para um compromisso ainda maior dos gestores e legisladores municipais, diante das dificuldades acrescidas pelo contexto sanitário, entre elas os impactos negativos sobre o emprego e a renda dos brasileiros. "Os problemas econômicos são acompanhados de desafios políticos. A combinação dessas dimensões tem potencial de agravar desigualdades, gerar instabilidade social e acentuar diversos tipos de violências", destaca o Instituto Igarapé.

Os desafios são urgentes, mas prefeitos e vereadores eleitos devem oferecer soluções, não apenas respostas imediatistas ou paliativas. "Serão bem-vindas políticas de saúde que saibam dar bom destino aos recursos escassos, como a valorização da saúde primária e dos agentes comunitários. Estratégias urbanísticas para diminuir a densidade populacional, descentralizar e ampliar parques e áreas de lazer são necessárias. É indispensável também pensar em como não deixar pessoas para trás com a virtualização de serviços", pontua a instituição logo na introdução da Agenda Cidades Seguras.

Como observa a organização, muitas dessas questões se relacionam com a prevenção da violência, que precisa ser mais uma das prioridades centrais dos governos municipais. "Com base nesse cenário é que apresentamos a Agenda Cidades Seguras. Os prefeitos têm uma enorme responsabilidade nessa temática, principalmente nas ações que atuam sobre as causas da violência e sobre os fatores de risco, aumentando a probabilidade de pessoas se envolverem em episódios de violência", acrescenta.

A publicação, além de apresentar estratégias para a prevenção e para o enfrentamento de diferentes formas de violência, aborda qual a organização necessária que as prefeituras devem ter para a execução das ações. A Agenda Cidades Seguras também lista uma série de perguntas que precisam ser respondidas para a elaboração de um diagnóstico e a escolha das iniciativas mais adequadas para tornar a cidade mais segura.

AÇÕES MUNICIPAIS EXIGEM FOCO E CONDIÇÕES ESSENCIAIS

A complexidade, o crescimento e o agravamento da violência não admitem mais avaliações e propostas simplistas, às vezes até simplórias. "De maneira geral, podemos afirmar que existem diversas teorias sobre as causas da violência. Algumas delas tratam de escolhas pessoais, outras focam em fatores sociais, como as desigualdades. Há ainda aquelas que centram a explicação em condições ambientais, como o nível de desenvolvimento urbano, e as que se concentram nos mecanismos de controle, como a dissuasão", registra a publicação.

Por ser um problema com diferentes causas, as soluções também devem contemplar ações distintas, em dimensões várias. "Além disso, como se trata das Ciências Sociais, é fundamental entender as causas apontadas pelas teorias como aumento de probabilidade e não de fatores exatos, determinísticos. Por isso, adotamos uma perspectiva de aumento ou redução das chances de

uma pessoa se envolver em uma situação de violência traduzidos em fatores de risco e fatores de proteção", complementa o material.

Com análises a partir de evidências sobre o que funciona em termos de prevenção, o Instituto Igarapé ressalta que é preciso trabalhar com foco em três eixos de ações: os grupos de pessoas, os comportamentos e os territórios, em situação de maior vulnerabilidade.

As ações que devem ser pensadas e dirigidas para as pessoas visam a minimizar ou eliminar os fatores de risco individuais e sociais. O trabalho com foco nos territórios envolve as ações que se destinam à melhoria da infraestrutura das cidades e dos espaços públicos, atuando sobre as condições ambientais que favorecem a criminalidade. "O controle e a aplicação da lei diz respeito às estruturas de controle e fiscalização do bem público e das condutas individuais e coletivas em nossas cidades, concentrando-se nas ações e nos aparatos de dissuasão e aplicação da lei", acrescenta o Instituto Igarapé.

E quais as condições essenciais para viabilizar cidades com menos violência? Liderança e destinação de recursos, concentração e integração de ações e priorização e continuidades das políticas públicas. É o que orienta a Agenda Cidades Seguras.

A primeira condição requer compromisso dos líderes municipais, inclusive para assegurar ou reivindicar orçamento para as ações com a prioridade, a dimensão e a urgência necessárias, além de promover articulações e parcerias com entes públicos e privados e favorecer a participação dos cidadãos nos processos de decisão. A concentração e integração de ações é importante para direcionar o trabalho aos três focos principais – pessoas, comportamentos e territórios em situação de maior vulnerabilidade – e para envolver diferentes áreas da administração, demais instituições públicas e privadas e representantes da comunidade. Já a terceira condição para viabilizar uma cidade segura trata de dar atenção especial à política pública de segurança, com planejamento, monitoramento e avaliação, indispensáveis para que os projetos e programas exitosos sejam ampliados e fortalecidos e as iniciativas de baixo impacto sejam revistas.

PREVENÇÃO EM FOCO

O Instituto Igarapé dividiu a Agenda Cidades Seguras em três eixos fundamentais onde deve estar o foco de atuação dos governos municipais:

As pessoas
Nesse eixo estão concentradas as ações que lidam com os fatores de risco individuais e sociais, também conhecidas como prevenção social.

Os territórios
Agrega as ações voltadas para melhoria da infraestrutura das cidades e dos espaços públicos urbanos, atuando sobre as condições ambientais que favorecem a criminalidade. É o que chamamos de prevenção situacional.

O controle e a aplicação da lei
Diz respeito às estruturas de controle e fiscalização do bem público e das condutas individuais e coletivas em nossas cidades, concentrando-se nas ações e nos aparatos de dissuasão e aplicação da lei.

CONDIÇÕES PARA UMA CIDADE SEGURA

O Instituto Igarapé se inspirou na campanha Instinto de Vida, um pacto que envolve dezenas de organizações não governamentais da América Latina com a proposta de reduzir a violência letal à metade na região, em dez anos. As condições para uma cidade segura recomendadas pelo instituto foram elaboradas a partir do que defende a aliança latino-americana, com as devidas adaptações à realidade brasileira.

Liderança e destinação de recursos

É fundamental que as lideranças municipais assumam o seu papel na construção de cidades mais seguras. Isso passa pela compreensão da amplitude das ações sob sua responsabilidade, coordenação e monitoramento das diferentes ações em torno de objetivos comuns, destinação de recursos para áreas e estratégias prioritárias e articulação com os demais entes federativos. A participação de cidadãos é importante para que as ações sejam sustentáveis.

Concentração e integração de ações

As intervenções preventivas funcionam melhor na medida em que se concentram em lugares, pessoas e comportamentos vulneráveis. Como a violência tem muitas causas, é essencial que as ações sejam implementadas de forma simultânea para reduzir a violência e que sejam escolhidas as que foram testadas e que funcionam. Isso exigirá um grande esforço de articulação entre diferentes secretarias e instituições públicas e da sociedade civil.

Priorização e continuidade das políticas

A construção de cidades seguras também é responsabilidade central dos prefeitos, e o tema deve servir para orientar as diferentes políticas públicas setoriais. É fundamental compreender as ações de prevenção como uma política pública prioritária. Isso implica fazer o diagnóstico correto dos problemas, planejar e ter metas claras, e monitorar seus resultados, diferenciando o que pode ser alterado no curto prazo do que exigirá mudanças estruturais.

CELSO OLIVEIRA

Prevenção à violência funciona melhor na medida em que se concentra em pessoas, comportamentos e lugares em situação de maior vulnerabilidade

FOCO NAS PESSOAS

A desigualdade, o desemprego, a baixa escolaridade, a exposição à violência no passado, assim como a rápida urbanização e o acesso desregulado a álcool, drogas ilícitas e armas, são fatores de risco que quando acumulados têm influência na ocorrência de homicídios. Além disso, a normalização da violência e a tolerância ao seu uso para resolver conflitos potencializa suas diferentes naturezas. Da mesma forma, estudos mostram uma forte relação entre a evasão escolar e o envolvimento precoce na criminalidade.

Exemplos de ações

- Desenvolver programas para reduzir o impacto das suspensões das aulas não apenas na educação das crianças, mas também na garantia de sua segurança alimentar.
- Reduzir a evasão e o abandono escolares, a distorção idade-série, e buscar ativamente crianças e adolescentes fora da escola, especialmente na retomada das aulas pós-pandemia.
- Promover políticas de reforço escolar para minimizar as desigualdades potencializadaspela pandemia.
- Implementar e aprimorar projetos voltados ao desenvolvimento econômico e à geração de emprego e renda e à qualificação profissional. Os programas devem ter especial atenção a grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho como jovens, mulheres, população negra, assim como pessoas egressas do sistema socioeducativo e do sistema prisional.
- Fortalecer a rede de serviços socioassistenciais, como os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e os Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), facilitando o acesso de populações em situação de vulnerabilidade social às políticas públicas de transferência de renda e atenção integral.
- Aprimorar serviços de acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto, de liberdade assistida e/ou prestação de serviços à comunidade.
- Criar centros de referência para jovens, sobretudo em áreas com altos índices de violência, oferecendo alternativas de inclusão social e produtiva.
- Criar iniciativas de promoção de modelos saudáveis de liderança e de masculinidade que não estejam associados ao uso da violência.
- Expandir e aprimorar programas de prevenção e orientação sobre gravidez na adolescência e desenvolvimento das capacidades parentais, em especial de pais jovens.
- Fortalecer e ampliar a oferta de serviços de saúde mental, especialmente em regiões e para os públicos em maior vulnerabilidade social.
- Promover programas de redução de danos e tratamento baseado em evidências para pessoas com uso problemático ou dependência de drogas e álcool, com atenção especial às crianças e aos adolescentes. Tais políticas buscam mitigar as consequências negativas – de saúde, sociais ou econômicas – causadas pelo uso de substâncias psicoativas legais ou ilegais, sem ter a abstinência como pré-requisito.
- Fortalecer serviços de apoio e acolhimento de vítimas de violência, incluindo crianças e mulheres que sofreram abuso sexual.
- Assegurar atendimento à mulher vítima de violência doméstica, agravada durante a pandemia do coronavírus.
- Implementar programas de acompanhamento das medidas protetivas, como as patrulhas Maria da Penha no âmbito da Guarda Municipal e/ou em parceria com a Polícia Militar.
- Ofertar abrigo, orientação, nutrição e higiene para pessoas em situação de rua. Oferecer saúde, prevendo isolamento daqueles que estejam com suspeita de Covid-19. O acesso a esses serviços pode contar com atendimento móvel e criação de abrigos emergenciais, como tendas e contêineres.
- Estruturar e aprimorar serviços municipais de acompanhamento de alternativas penais, com acompanhamento integral, incluindo estratégias de saúde e de assistência social.

Fonte: Agenda Cidades Seguras - Instituto Igarapé

FOCO NOS TERRITÓRIOS

Políticas urbanísticas podem prevenir e reduzir a violência em diferentes níveis. Por isso, o planejamento urbano tem um papel central na construção de cidades seguras. A diminuição da densidade populacional, a descentralização de serviços e o uso misto – comercial e residencial – de regiões da cidade, por exemplo, são chave para promover a convivência pacífica entre cidadãos.

Gerenciar a iluminação pública de maneira eficaz, por sua vez, pode evitar a ocorrência de crimes de rua. Já a garantia de moradia digna tem potencial até de reduzir poderes de grupos criminais em localidades em que eles exploram negócios imobiliários. Além disso, a oferta de equipamentos públicos de qualidade que permitam a convivência das pessoas, como bibliotecas, centros esportivos e de lazer, são fundamentais para a criação de relações de confiança e para o fortalecimento do tecido social, em especial nas áreas mais vulneráveis das cidades.

A desigualdade na oferta de serviços públicos essenciais entre os diferentes territórios como acesso à água potável, saneamento básico e mobilidade foram escancarados, agravando a crise sanitária. Parte desses elementos também favorece a violência e precisa ser endereçada pelos municípios.

Exemplos de ações

- Elaborar estratégias urbanísticas para diminuir a densidade populacional, como combate à precariedade habitacional, à descentralização e à ampliação de parques e áreas de lazer.
- Garantir moradia digna, por exemplo, evitando despejos forçados e criando programas de aluguel social, especialmente durante a crise da covid-19.
- Criar e manter infraestrutura e mobiliário urbano em espaços que permitam uma convivência segura e pacífica, como parques, praças e largos, sobretudo em regiões de maior vulnerabilidade à violência.
- Criar e manter infraestrutura comunitária de esporte e lazer, incluindo bibliotecas públicas, complexos esportivos, centros culturais, entre outros, com funcionamento em horários estendidos.
- Realizar e fomentar iniciativas e atividades voltadas para cultura e para o lazer, presencialmente, quando for seguro, mas também estimulando atividades online em períodos de distanciamento social.
- Priorizar planos diretores com regiões de uso misto, de uso comercial e residencial.
- Revitalizar centros históricos, inclusive incentivando a moradia nessas áreas.
- Investir em ciclovias e reformas do calçamento.
- Promover regras de convivência pacífica no transporte público.
- Gerenciar a iluminação pública de maneira eficaz, com soluções que gerem maior sensação de segurança e economia de energia.
- Instalar pias e reformar banheiros públicos que permitam acesso da população em geral e, especialmente, da população em situação de rua, a água potável e itens de higiene, como sabonete.
- Adequar, com medidas como o reforço de ventilação natural, equipamentos públicos que possam se tornar focos de disseminação de doenças, como centros de acolhimento para a população em situação de rua ou espaços de convivência para idosos.

Fonte: Agenda Cidades Seguras - Instituto Igarapé

FOCO NO CONTROLE E NA APLICAÇÃO DA LEI

O ordenamento jurídico brasileiro prevê que as cidades podem constituir uma guardamunicipal, uma força que tem ganhado destaque e relevância nos últimos anos. No entanto, o poder regulador do município vai além da guarda. O poder de polícia administrativa, exercido pela fiscalização, pode ter uma função bastante estratégica para tornar as cidades seguras.

Ambas essas estruturas, de controle e de fiscalização, têm capacidade de incidir sobre a prevenção e a resolução de conflitos, garantindo a efetividade da regulação, além de uma cultura de respeito aos espaços públicos e de convivência pacífica. Elas devem atuar com base em informações e dados, e o apoio da tecnologia pode torna-las mais eficientes.

É igualmente importante possibilitar que os profissionais envolvidos nessas estratégias tenham suas demandas identificadas e atendidas. Especialmente no contexto de pandemia, tanto a atuação da guarda como a dos agentes de fiscalização são essenciais para que as regras estabelecidas pelas prefeituras sejam cumpridas e o retorno seguro às atividades seja garantido.

Exemplos de ações

- Planejar a atuação da guarda em complementação ao trabalho das polícias, priorizando um modelo voltado ao atendimento do cidadão, mediação de conflitos e para o auxílio do ordenamento urbano.
- Modernizar as guardas municipais, com o uso de tecnologias para a gestão de dados e informações e criação de um registro eletrônico dos atendimentos prestados.
- Orientar a atividade de patrulhamento municipal preventivo por meio dos dados sobre em quais áreas há maior ocorrência de incidências e maior concentração de grupos vulneráveis, como o entorno de escolas.
- Capacitar os guardas para a resolução de problemas, como, por exemplo, formação em mediação de conflitos e práticas restaurativas.
- Estruturar equipamentos e serviços de gestão de conflitos interpessoais, como mediação de conflitos, inclusive em parceria com o Judiciário.
- Desenvolver rotinas de compartilhamento de dados e informações sobre registros de atendimentos e ocorrências entre as guardas e as polícias militares e civis, assim como protocolos de encaminhamento e tratamento de denúncias.
- Estruturar e fortalecer órgãos de controle, interno (corregedoria) e externo (ouvidoria), da atuação da Guarda Municipal e da estrutura de fiscalização.
- Fiscalizar atividades comerciais e de prestação de serviços, com atenção especial para os estabelecimentos que comercializam produtos associados a fatores de risco, tais como bebidas alcoólicas, materiais inflamáveis ou tóxicos, explosivos, ou ainda que não tenham origem comprovada, podendo ser fruto de receptação.
- Fiscalizar o respeito das eventuais estratégias de isolamento necessárias, como o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais e o uso de máscaras, assim como as medidas graduais de reabertura.
- Manter transparência, clareza e constância na comunicação dessas estratégias para a População.

Fonte: Agenda Cidades Seguras - Instituto Igarapé

PERGUNTAS PARA UM BOM DIAGNÓSTICO

Para montar a agenda mais apropriada para a sua cidade e priorizar as ações adequadas é importante realizar um diagnóstico que aborde tanto os indicadores de violência e criminalidade como os fatores de risco e situação de vulnerabilidade. Além disso, desagregar esses indicadores no território será fundamental para melhor focalizar as ações de prevenção. Recomendamos também que se busque georreferenciar os equipamentos municipais. Afinal, a redução das desigualdades na cidade é um fator chave para torná-la mais segura. A seguir, preparamos um conjunto de perguntas que auxiliarão na construção do diagnóstico e, consequentemente, na priorização das ações para uma agenda Cidade Segura.

- Quantas escolas existem e como elas estão distribuídas no seu município? Existem bairros com mais escolas do que outros? Se sim, esses bairros coincidem com a demanda?
- Existe um perfil de pessoas com maior dificuldade de acesso às escolas? Que perfil é esse? Há bairros onde isso acontece mais?
- Quais estratégias existem para identificar os alunos que faltam? Existe um programa de busca ativa para fazer com que voltem a frequentar a escola?
- E as creches? Existe um programa voltado à primeira infância na sua cidade? As mulheres grávidas têm acesso ao pré-natal em todas as regiões da cidade?
- Qual é o protocolo de atendimento e encaminhamento feito para aqueles que passaram pelos conselhos tutelares? Os conselhos tutelares têm estrutura adequada para fazer o acompanhamento das crianças e adolescentes?
- Quais são os principais impactos na geração de renda devido à pandemia? Qual o percentual de inserção da população em programas de transferência de renda?
- Qual parcela da população jovem tem acesso ao mercado de trabalho formal? Quais são as principais dificuldades que jovens enfrentam para acessar esse tipo de trabalho?
- Como programas voltados à geração de emprego e renda e à qualificação profissional estão distribuídos na cidade e entre grupos populacionais? Quem mais precisa está sendo atendido?
- De que maneira o município tem fomentado o trabalho e oferecido lazer em regiões de maior vulnerabilidade social?
- Quais os principais programas sociais existentes e quais benefícios eles oferecem? Qual o perfil dos contemplados por programas sociais e em que regiões eles vivem? O potencial preventivo desses programas é mapeado e tem sido utilizado?
- De que maneira os serviços socioassistenciais foram impactados pela covid-19?
- Quantos adolescentes cumprem medida socioeducativa em meio aberto no município? Como o município faz o acompanhamento desses adolescentes? Eles frequentam a escola? Estão inseridos em programas de transferência de renda?
- Quais estratégias têm sido priorizadas para acolher pessoas com uso problemático ou dependência de drogas e álcool?
- Quais os equipamentos e serviços voltados para o acolhimento de mulheres em situação de violência? Onde se localizam esses serviços? Há mulheres com dificuldades para acessá-los?
- Quais programas o município tem para homens autores de violência doméstica e como os serviços se distribuem geograficamente?
- Como é a distribuição populacional da sua cidade? Quais são os locais com alta densidade demográfica?
- Quais os principais problemas de habitação do município e como eles têm sido enfrentados?
- Quais imóveis o município possui no centro histórico e de que maneira eles estão sendo aproveitados pela população?
- Quem são as principais vítimas (idade, sexo, raça, local de moradia, escolaridade) e quais os locais que concentram violência letal no município?

DAVI PINHEIRO

- Como outros indicadores de violência se distribuem em seu município? É possível traçar um perfil de autores e vítimas?
- Seu município tem Guarda Municipal? Se sim, como são definidas e quais são as prioridades de sua atuação? Ela faz mediação de conflitos?
- Existe um programa de qualificação continuada para guardas municipais? Qual a periodicidade da formação e qual o conteúdo?
- Como a atuação da Guarda foi afetada pela Covid-19?
- Qual o plano de carreiras para a Guarda Municipal? As demandas dos guardas são levantadas periodicamente?
- Quais os tipos de registros mais frequentes nas corregedorias e ouvidorias da Guarda Municipal e como o município tem acompanhado e respondido esses registros?
- De que maneira as ações voltadas para a prevenção da violência estão organizadas na estrutura municipal?
- Qual o órgão ou os órgãos com a responsabilidade de definir e acompanhar metas e mecanismos de monitoramento e avaliação de estratégias de prevenção à violência?
- Há uma instância que coleta e sistematiza dados de todas as áreas da prefeitura? Se sim, a quem ela está vinculada? Qual a periodicidade de levantamento de dados? Quais os desafios para a produção de dados e o que está sendo feito para contorná-los?
- De que maneira os dados do município são utilizados na elaboração de políticas públicas? Há estudos sendo produzidos com enfoque na prevenção e redução da violência? Ele abrange também os fatores de risco ou apenas os indicadores criminais?
- Quais os espaços presenciais e on-line de participação de cidadãs e cidadãos na área de segurança?

Fonte: Agenda Cidades Seguras - Instituto Igarapé

COMO COLOCAR A AGENDA EM PRÁTICA

As estratégias elencadas nos eixos anteriores só são possíveis se os responsáveis pela gestão municipal forem capazes de se organizar para colocar a agenda em prática. Para isso, precisam arrumar a casa, o que significa priorizar o tema, ajustar a estrutura organizacional, garantir recursos, definir metas e monitorar resultados. Como observado, uma cidade segura vai muito além de uma cidade com baixos índices de criminalidade. Uma cidade segura é uma cidade inclusiva, vibrante e equânime. Paraessa construção, diferentes setores precisam se engajar. Da saúde à educação, passando pela assistência social, cultura, esporte e lazer, desenvolvimento econômico e urbano, todos fazem parte dessa missão.

A prevenção da violência é multidisciplinar por natureza e ter esse fio condutor auxilia na implementação de pequenas adaptações necessárias para aumentar o potencial preventivo das políticas públicas. A coordenação com vistas à atenção integral aliada à coleta, sistematização e acompanhamento de dados são ferramentas poderosas para implementar uma agenda bem-sucedida. O uso de tecnologia pode ser um grande aliado, não apenas na gestão, mas também para entregar um serviço público de melhor qualidade para as pessoas e aumentar a participação.

Para isso, é essencial:

- Criar uma estrutura de governança integrada ao gabinete do prefeito ou da prefeita, com representantes das diferentes secretarias e serviços municipais envolvidos nas ações preventivas. Um exemplo dessas estruturas são os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGI-Ms). Elas devem estar em diálogo com as polícias estaduais, os órgãos de justiça e as organizações da sociedade civil.
- Garantir dotação orçamentária para financiar a implementação das ações da agenda Cidade Segura. Isso pode ser feito, por exemplo, por meio da criação de fundo municipal de segurança cidadã, assim como por meio de parcerias com o setor privado.
- Definir metas e mecanismos de monitoramento e avaliação para as ações estabelecidas como prioritárias na agenda.
- Criar uma instância para coleta e gestão de dados de diferentes secretarias do município, que auxilie a identificação de dinâmicas de vulnerabilidade e a sua distribuição espacial e utilizá-los para elaborar políticas preventivas focalizadas, e para monitorar e avaliar as ações implementadas.
- Criar parcerias com universidades e organizações da sociedade civil para produção de dados de apoio e evidências para formulação de políticas públicas, e monitoramento e avaliação.
- Desenvolver um plano de comunicação para disseminar e dar transparência à atuação do município na prevenção da violência.
- Criar estruturas de participação presenciais e online de segurança cidadã. Com participação de secretarias municipais, instituições da segurança pública estaduais, Judiciário e diferentes setores da sociedade civil, inclusive de jovens. Esses espaços devem garantir a participação comunitária no desenho e na implementação de políticas públicas.
- Capacitar servidores para identificar, durante atendimentos, possíveis conflitos domésticos, em especial no caso de pessoas com restrições de autonomia ou liberdade, como crianças, pessoas com deficiência, problemas de saúde mental e idosos.
- Melhorar os portais de acesso à informação e os dados através deles disponibilizados, fortalecendo a transparência e prestação de contas do governo à sociedade.
- Garantir equipamentos de proteção individual e segurança sanitária para servidores municipais
- Fornecer capacitação e sensibilização de servidores públicos para respeito à diversidade, em especial para mulheres, pessoas LGBTQI+, negras, indígenas, portadoras de necessidades especiais e migrantes.
- Nos municípios com presença de grupos criminais, produzir dados sobre o impacto de sua atuação, assim como de tiroteios e de operações policiais. Alguns exemplos de informações que podem ser coletadas e sistematizadas são fechamento de escolas e de postos de saúde, assim como consequências para a saúde mental dos moradores dessas áreas.

Prevenção de homicídios: até 66% das ações são aplicáveis pela gestão municipal

Do conjunto de 59 ações reunidas em 12 campos de recomendações, elaboradas pelo Comitê de Prevenção à Violência, 39 são de iniciativa própria dos governos municipais ou podem ser replicadas pelas prefeituras, mesmo tendo sido destinadas ao governo estadual ou a instâncias outras.

O COMITÊ DE PREVENÇÃO e Combate à Violência, da Assembleia Legislativa, reafirma a necessidade de políticas focadas na prevenção da criminalidade e dos homicídios. As recomendações aos gestores públicos apresentadas ao fim de 2016, primeiro ano de atividades do comitê, reúne um conjunto de ações que demandam pequeno ou nenhum aporte extra de recursos. A execução das propostas depende menos de orçamento e mais de vontade política e planejamento para qualificar projetos e programas já existentes.

Com 59 ações distribuídas por 12 campos de intervenção, as recomendações estão baseadas em evidências de vulnerabilidade à violência letal, após pesquisa com as famílias de adolescentes assassinados em 2015. Das 12 recomendações, dez estão diretamente relacionadas às competências também dos governos municipais: apoio e proteção às famílias vítimas de violência, ampliação da rede de programas e projetos sociais a adolescente vulnerável, qualificação urbana dos territórios vulneráveis, busca ativa para inclusão de adolescentes no sistema escolar, prevenção à experimentação precoce de drogas, mediação de conflitos e proteção a ameaçados, atendimento integral no sistema de medidas socioeducativas e oportunidades de trabalho com renda, controle de armas de fogo e munições e mídia sem violações de direitos.

Apenas em duas recomendações não constam ações destinada às prefeituras. Uma trata da formação de policiais na abordagem ao adolescente, o que compete ao governo estadual. Outra abarca a responsabilização dos autores de homicídios, que envolve o sistema de segurança pública e justiça.

Das 59 propostas contidas nos 12 campos de recomendação, 39 são aplicáveis pelos gestores municipais, o que representa 66,1% do conjunto de ações, embora nem todas citem textualmente as prefeituras e os respectivos órgãos municipais. A recomendação de "apoio e proteção às famílias vítimas de violência", dirigida à Secretaria da Justiça e à Defensoria Pública do Ceará, por exemplo, não é uma atribuição exclusiva das duas instâncias. Basta sensibilidade e empenho para "garantir atendimento jurídico e psicossocial às famílias de adolescentes assassinados, por meio dos programas de atendimento a vítimas de violência e núcleos especializados em infância e adolescência, de forma descentralizada nos territórios", como está redigida a recomendação feita pelo comitê do Legislativo estadual.

Ilustração de Rafael Limaverde usada no primeiro relatório Cada Vida Importa sinalizou o cenário para aplicação das recomendações de prevenção à violência

Da mesma forma, as ações que fazem parte da recomendação de "prevenção à experimentação precoce de drogas e apoio às famílias" não precisam necessariamente ser executadas apenas pela Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas ou pela Secretaria da Saúde do Estado, órgãos para os quais elas foram indicadas. "Estimular o financiamento de serviços comunitários que adotem metodologias pautadas na abordagem da redução de danos", "desenvolver um trabalho de orientação para os profissionais da rede socioassistencial e educacional para atuar junto às famílias de adolescentes sobre os efeitos do uso abusivo de drogas" e "ampliar a rede pública de atendimento especializado para adolescentes usuários de substâncias psicoativas" devem ser iniciativas também dos órgãos municipais.

Outra recomendação fundamental para ser implementada pelas administrações municipais trata da "mediação de conflitos e proteção a ameaçados". As ações previstas para o governo estadual devem ser compartilhadas pelos gestores dos municípios ou reproduzidas por eles. Se a ação proposta é "mapear a dinâmica dos conflitos entre gangues nos diversos territórios das cidades cearenses", isso não impede que as prefeituras tomem a iniciativa de fazer um mapeamento próprio.

Ao governo estadual ainda é recomendado "investir em ações, mediação de conflitos e práticas restaurativas para gestão de conflitos nas escolas e comunidades" e "formar equipes e desenvolver métodos eficazes nos territórios mais violentos", mas o município também pode assumir essa responsabilidade. Igualmente, quando se recomenda "desenvolver um programa de atendimento especializado em que arte-educadores e educadores sociais realizem oficinas artísticas, culturais e esportivas com adolescentes, de forma capilarizada, que favoreçam a construção de projetos de vida distintos do envolvimento direto com a criminalidade, em territórios mais vulneráveis aos homicídios".

Ainda nesse campo de "mediação de conflitos e proteção a ameaçados", o comitê recomenda aos conselhos tutelares "realizar busca ativa aos adolescentes ameaçados de morte, para o devido encaminhamento à rede de proteção (acolhimentos institucionais e programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte)". O conselho tutelar é um órgão autônomo, mas criado por lei municipal e mantido pelo poder público municipal.

Mais uma ação destinada ao governo estadual, que não impede os próprios municípios de tomarem iniciativa: "ampliar, em debate com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, outras estratégias de proteção para adolescentes ameaçados de morte, junto à Secretaria da Justiça, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, fortalecendo um Sistema Estadual de Proteção a Pessoas".

A recomendação para "atendimento integral no sistema de medidas socioeducativas", ao Governo do Ceará, à Superintendência do Sistema Socioeducativo e ao Tribunal de Justiça, também pode ser implementada pelos governos municipais: "criar Núcleos de Atendimento Integral (NAI) para o acompanhamento das medidas socioeducativas nas cidades que abrigarem unidades para o cumprimento de e medidas provisórias". A tais núcleos, o comitê recomendou "promover a adoção de princípios de justiça restaurativa em todo o processo socioeducativo", ou seja, uma ação também passível de aplicação pela gestão municipal.

E, por fim, mais uma ação para o fortalecimento do sistema socioeducativo, recomendada aos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, que tem os governos municipais como indispensáveis: "criar e implementar os planos municipais de atendimento socioeducativo". É de responsabilidade do Executivo municipal e do respectivo conselho instalar o processo de elaboração do referido plano.

APOIO E PROTEÇÃO ÀS FAMÍLIAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Após o assassinato dos adolescentes, muitos familiares, sobretudo as mães, apresentam adoecimento psíquico, agravado por situações de intimidações e ameaças que fragilizam ainda mais a dinâmica familiar, comunitária e socioeconômica. Recomenda-se:

1 À Secretaria da Saúde do Estado e às **Secretarias Municipais de Saúde**: elaborar um protocolo intersetorial (saúde, assistência e segurança) de atenção às famílias de adolescentes vítimas de homicídio, que inicie na notificação à rede de proteção social para garantir o atendimento psicossocial aos familiares.

2 A todas as **secretarias municipais** e estaduais responsáveis pela política de proteção social, segurança e cidadania: aderir ao protocolo intersetorial acima mencionado e se responsabilizar pelas ações definidas.

3 À Secretaria da Justiça e à Defensoria Pública do Ceará: garantir atendimento jurídico e psicossocial às famílias de adolescentes assassinados, por meio dos programas de atendimento a vítimas de violência e núcleos especializados em infância e adolescência, de forma descentralizada nos territórios. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

4 Às instâncias executoras de políticas públicas para mulheres: em articulação com os Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e com organizações comunitárias, realizar atividades de empoderamento das mulheres jovens e chefes de família, proporcionando escolarização e profissionalização para garantia de direitos e projetos de vida de forma autônoma e digna. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

AMPLIAÇÃO DA REDE DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS A ADOLESCENTE VULNERÁVEL AO HOMICÍDIO

A falta de infraestrutura comunitária e a ausência de programas e projetos, com objetivo de prevenir e reduzir homicídios, podem agravar a violência nessas áreas. É necessário que se desenvolvam ações de prevenção, por meio de programas e projetos, que foquem na rede de amigos e familiares dos adolescentes que foram assassinados. Recomenda-se:

5 À Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, em parceria com as **Secretarias Municipais** de Assistência Social: aprimorar o censo e o mapa de riscos sociais, incluindo todas as variáveis diretamente relacionadas aos homicídios de adolescentes (como circulação de armas de fogo no território, ameaças, conflitos no território), para que as equipes interdisciplinares dos Centros de Referência e Centros de Referência Especializada da Assistência Social (Cras e Creas) possam trabalhar as demandas sociais desses adolescentes e dos seus familiares.

6 Ao Governo do Estado e **Prefeituras**: destinar orçamento aos Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes, para que, a partir dos Fundos Estadual e Municipais da Infância e da Adolescência, possam investir em iniciativas de prevenção e redução de homicídios de adolescentes, em parceria com organizações da sociedade civil nos territórios vulneráveis.

QUALIFICAÇÃO URBANA DOS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS AOS HOMICÍDIOS

Melhoria das condições de habitabilidade, regularização fundiária, iluminação, infraestrutura e equipamentos sociais são intervenções que visam integrar territórios vulneráveis à cidade, considerando as dimensões espaciais e sociais. Intervenções urbanas com participação comunitária são imprescindíveis para a prevenção de homicídios. Recomenda-se:

7 Às **Prefeituras**: identificar os assentamentos precários, realizar planos diretores e desenvolver política de intervenção específica p/ essas áreas.

8 Estabelecer e/ou regulamentar as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) em territórios vulneráveis aos homicídios. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

9 Garantir terras para construção de habitações e equipamentos sociais - Zonas Especiais de Interesse Social em terrenos vazios. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

10 Promover a urbanização integrada dos assentamentos precários, de acordo com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU). **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

11 Garantir segurança jurídica de posse (regularização fundiária) aos moradores dos assentamentos precários. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

12 Garantir a equidade na distribuição do orçamento público por regiões, priorizando aquelas com maiores índices de vulnerabilidade. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

13 Estabelecer Zonas Especiais de Interesse Social para reduzir as barreiras legais de investimentos em assentamentos precários. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

BUSCA ATIVA PARA INCLUSÃO DE ADOLESCENTES NO SISTEMA ESCOLAR

A resposta ao abandono escolar, engajando os profissionais do sistema educacional, deve fazer parte da estratégia de prevenção de homicídios de adolescentes. Recomenda-se:

14 À Secretaria da Educação Básica e às **Secretarias Municipais** de Educação: monitorar a frequência escolar e realizar busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola, em parceria com os Conselhos Tutelares e os Centros de Referência da Assistência Social (Cras).

15 À Secretaria da Educação Básica e às **Secretarias Municipais** de Educação: fortalecer o acompanhamento pedagógico aos professores e orientação educacional aos alunos com a manutenção e ampliação de programas de coordenação de área curricular e tutoria (diretores de turma) para as redes de ensino fundamental, tornando as escolas mais interessantes, adequadas e contextualizadas às necessidades de aprendizagem dos adolescentes nos territórios.

16 À Secretaria da Educação Básica e às **Secretarias Municipais** de Educação: mapear as escolas e implementar, naquelas localizadas em territórios com maior concentração de homicídios, programa específico de ingresso ou retorno de adolescentes mais vulneráveis, com acompanhamento socioassistencial e psicopedagógico individualizado.

17 À Secretaria da Educação Básica e às **Secretarias Municipais** de Educação: abrir as escolas nos fins de semana para atividades artísticas, culturais, de esporte e lazer, nos territórios mais vulneráveis aos homicídios.

18 À Secretaria da Educação Básica e às **Secretarias Municipais** de Educação: implementar a Lei nº 13.230, de 27 de junho de 2002, que cria as comissões de atendimento, notificação e prevenção à violência doméstica contra criança e adolescente nas escolas da rede pública e privada do estado do Ceará – juntamente com formação continuada em mediação de conflitos para profissionais de educação.

PREVENÇÃO À EXPERIMENTAÇÃO PRECOCE DE DROGAS E APOIO ÀS FAMÍLIAS

O paradigma de política hegemônica de combate às drogas tem levado a conflitos armados, ao encarceramento e ao extermínio da juventude. Uma abordagem não criminalizante sobre essa temática é essencial para prevenir o uso precoce e abusivo de drogas. Recomenda-se:

19 Às **Secretarias Municipais** de Saúde: ampliar e adequar a rede de atendimento psicossocial álcool e drogas (Caps-AD) para atendimento a adolescentes que fazem uso abusivo de drogas.

20 À Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas: estimular o financiamento de serviços comunitários que adotem metodologias pautadas na abordagem da redução de danos. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

21 À Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas: desenvolver um trabalho de orientação para os profissionais da rede socioassistencial e educacional para atuar junto às famílias de adolescentes sobre os efeitos do uso abusivo de drogas. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

22 À Secretaria da Saúde do Estado: ampliar a rede pública de atendimento especializado para adolescentes usuários de substâncias psicoativas. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

23 Às **Secretarias Municipais** de Saúde e de Educação: ampliar a abordagem do Programa Saúde na Escola (PSE) incluindo a saúde mental e a prevenção ao uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E PROTEÇÃO A AMEAÇADOS

Identificar conflitos pessoais e compreender a formação e as dinâmicas de grupos rivais compõem a estratégia para uma intervenção através da mediação de conflitos interpessoais, além de prevenir homicídios na adolescência. Recomenda-se:

24 Ao Governo do Estado: mapear a dinâmica dos conflitos entre gangues nos diversos territórios das cidades cearenses. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

25 Ao Governo do Estado: formar equipes e desenvolver métodos eficazes nos territórios mais violentos. Investimento em ações, mediação de conflitos e práticas restaurativas para gestão de conflitos nas escolas e comunidades. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

26 Ao Governo do Estado: desenvolver um programa de atendimento especializado em que arte-educadores e educadores sociais realizem oficinas artísticas, culturais e esportivas com adolescentes, de forma capilarizada, que favoreçam a construção de projetos de vida distintos do envolvimento direto com a criminalidade, em territórios mais vulneráveis aos homicídios. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

27 Às **Prefeituras**: notificar os casos de agressões e lesões corporais contra adolescentes, por meio das Unidades de Saúde, Escolas e Conselhos Tutelares;

28 Aos Conselhos Tutelares: realizar busca ativa aos adolescentes ameaçados de morte, para o devido encaminhamento à rede de proteção (acolhimentos institucionais e Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - Ppcaam). **Essa ação é uma iniciativa aplicável pelo governo municipal. Os conselhos tutelares são criados e mantidos pelo poder público municipal.**

29 Ao Governo do Estado: ampliar, em debate com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, outras estratégias de proteção para adolescentes ameaçados de morte, junto à Secretaria da Justiça, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, fortalecendo um Sistema Estadual de Proteção a Pessoas. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal. Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente de cada município são vinculados à gestão municipal.**

30 Ao Governo do Estado e às **Prefeituras**: apoiar atividades culturais organizadas pelos jovens em espaços públicos, respeitando a autonomia e a diversidade de linguagens artísticas e fortalecendo ou criando espaços de participação nos quais os adolescentes se sintam pertencentes à comunidade para que desenvolvam competências de convivência que tanto ajudem a administrar conflitos de forma não violenta como a buscar apoio quando se sentirem ameaçados.

ATENDIMENTO INTEGRAL NO SISTEMA DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

É necessário que o Governo do Estado, o Poder Judiciário e as Prefeituras busquem cooperação para o pleno cumprimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), instituição de

práticas restaurativas e diminuição da privação de liberdade. Recomenda-se:

31 Ao Governo do Estado, à Superintendência do Sistema Socioeducativo e ao Tribunal de Justiça: criar Núcleos de Atendimento Integral (NAI) para o acompanhamento das medidas socioeducativas nas cidades que abrigarem unidades para o cumprimento de medidas provisórias. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

32 Às **Prefeituras**: estabelecer mecanismos de cooperação da sociedade civil com o Sistema Único de Assistência Social (Suas) para acompanhamento comunitário de medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviço Comunitário e Liberdade Assistida Comunitária).

33 À Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social: desenvolver sistema de informação integrado entre as **Prefeituras** e o Governo do Estado para melhorar o acompanhamento dos adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado e em meio aberto. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

34 Aos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente: criar e implementar os planos municipais de atendimento socioeducativo. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal. O plano deve ser criado e implementado pelo Executivo municipal e pelo respectivo conselho.**

35 Aos Núcleos de Atendimento Integral: promover a adoção de princípios de justiça restaurativa em todo o processo socioeducativo. **Essa ação é uma iniciativa aplicável também pelo governo municipal.**

OPORTUNIDADES DE TRABALHO COM RENDA

Evitar a evasão escolar em razão da inserção precoce no mercado de trabalho, proteger o adolescente que ingresse no mercado mediante a observância dos parâmetros legais e promover o direito à profissionalização em sintonia com as expectativas dos adolescentes são condições relevantes para evitar a exposição a situações de risco. Recomenda-se:

36 À Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, à Coordenadoria de Juventude e às Secretarias de Educação do Estado e dos **municípios**: promover o direito à profissionalização a partir da integração entre educação básica e educação profissionalizante, a partir dos 14 anos de idade, com estrita observância à Lei do Aprendiz, respeitadas as demandas e necessidades dos adolescentes.

CONTROLE DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES

A grande circulação e o fácil acesso a armas de fogo e munições contribuem para que os conflitos interpessoais desencadeiem violência letal. Recomenda-se:

37 Às **Prefeituras**: criar iniciativas para entregas voluntárias de armas de fogo e munições;

MÍDIA SEM VIOLAÇÕES DE DIREITOS

A excessiva exposição da violência na mídia, de forma espetacularizada, colabora para a difusão de uma cultura que promove o medo e a não observação dos direitos humanos, tendo em vista a frequente exposição e criminalização de adolescentes e suas famílias, incitando prejulgamentos tendenciosos. Recomenda-se:

38 Ao Governo do Estado, às **Prefeituras** e às empresas estatais: proibir publicidade de órgãos públicos e empresas estatais em programas que violem direitos humanos, seja como cota de patrocínio, seja nos intervalos comerciais ou por meio de merchandising.

39 À Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, às **Secretarias Municipais** de Segurança e/ou às Guardas Municipais: não permitir a exposição indevida da imagem de suspeitos ou acusados que estejam sobre a proteção do Estado, em especial impedindo que comunicadores abordem as pessoas sob custódia, a título de entrevistá-las, salvo se estas consentirem e estiverem acompanhadas de advogado ou defensor público.

CAIXA DE FERRAMENTAS PARA SUBSIDIAR GESTORES MUNICIPAIS

O que fazer e como fazer para prevenir homicídios. Além de elaborar uma série de recomendações, o Comitê de Prevenção à Violência, da Assembleia Legislativa do Ceará, formulou orientações para subsidiar os gestores públicos municipais na implementação das propostas. A "caixa de ferramentas" foi criada em junho de 2019 como um instrumento complementar às recomendações apresentadas em dezembro de 2016.

As orientações organizam a implantação das ações propostas para prevenção da violência letal. A "caixa" tem quatro "ferramentas": um boletim epidemiológico; uma pesquisa sobre as trajetórias de vida de adolescentes vítimas; um protocolo de apoio e proteção integral e intersetorial às famílias vítimas de violência; e um programa de prevenção de homicídios na adolescência com orçamento público municipal.

O boletim epidemiológico possibilita identificar os territórios com maior incidência de homicídios, para contribuir no direcionamento dos investimentos em políticas públicas para a segunda década de vida. Já a pesquisa sobre as trajetórias de vida dos adolescentes atingidos pela violência letal permite o levantamento mais sistemático de dados sobre as vítimas, para qualificar as estratégias de atendimento daqueles em situação de maior vulnerabilidade.

O protocolo de apoio e proteção integral e intersetorial às famílias vítimas de violência consiste no estabelecimento de um fluxo de atendimento aos familiares e a redução dos impactos causados pela violência letal e para prevenir que outras mortes aconteçam, ou seja, atuando para impedir novos ciclos de conflitos. E o programa de prevenção de homicídios na adolescência com orçamento público municipal visa à organização das ações em um planejamento estratégico, com a garantia de recursos financeiros para implementação e a definição de metas de atendimento.

O Comitê de Prevenção à Violência vem também defendendo a adoção de cinco atitudes pelos gestores públicos para uma agenda de enfrentamento aos homicídios: urgência, planejamento, pactuação, assertividade e regularidade. Não há tempo a perder na defesa da vida, por isso a urgência é a primeira atitude a ser tomada, o que não significa incorrer em açodamento. Daí, a necessidade de planejamento para aumentar as chances de efetividade das ações.

"Vemos que há vontade de realização, mas, obviamente, há restrições orçamentárias. Então propomos liderança, capacidade de reorganizar o que se já tem em casa e melhorar a qualidade de diálogo para a

NÍVEIS DE PREVENÇÃO

Prevenção primária

Diz respeito a ações dirigidas ao meio ambiente físico e/ou social, aos fatores ambientais que aumentam o risco de crimes (fatores de risco) e/ou aos fatores ambientais que diminuem o risco de crimes (fatores de proteção), visando a evitar incidência e/ou limitar e controlar as consequências negativas de crimes e violências.

A prevenção primária se dirige a prevenir a violência antes que ela surja, atuando sobre os fatores contribuintes e os agentes da violência. A prevenção primária pode incluir ações que implicam mudanças mais abrangentes, na estrutura da sociedade ou comunidade, visando a reduzir a predisposição para a prática de crimes e violências na sociedade (prevenção social). Ou, alternativamente, pode incluir ações que implicam mudanças mais restritas, nas áreas ou situações em que ocorrem os crimes e violências, visando a reduzir as oportunidades para a prática de crimes e violências na sociedade (prevenção situacional).

Ampliação dos serviços de saúde direcionados a famílias com filhos recém-nascidos, ampliação das oportunidades de educação e trabalho na comunidade, por exemplo, são ações típicas de prevenção social. Limitação e controle do uso de armas, modificação de horários e locais de atividades econômicas, sociais e culturais, aumento da vigilância através da presença de policiais, guardas municipais, seguranças privados ou circuitos de televisão, são ações típicas de prevenção situacional.

O Comitê de Prevenção à Violência vem defendendo a adoção de cinco atitudes pelos gestores públicos para uma agenda de enfrentamento aos homicídios: urgência, planejamento, pactuação, assertividade e regularidade. Não há tempo a perder na defesa da vida, por isso a urgência é a primeira atitude a ser tomada, o que não significa incorrer em açodamento.

prevenção da violência", apontava o deputado estadual Renato Roseno, em junho de 2019, ao participar do VII Seminário de Gestores Públicos – Prefeitos Ceará 2019, como expositor da Assembleia Legislativa, ocasião em que ressaltou a importância do protagonismo municipal que engaja a sociedade nas políticas públicas de prevenção à letalidade.

A pactuação deve envolver exatamente as articulações e parcerias com os governos nos âmbitos estadual e federal, o Legislativo, o sistema de justiça, a iniciativa privada e a própria comunidade local. "A segurança pública precisa ser um processo largo, amplo, generoso e plural de pactuação, onde o município tem papel importante não na política coercitiva, no policiamento ostensivo, mas, sobretudo, naquilo que chamamos de urbanismo social", defendia o deputado Renato Roseno, também presidente do Comitê de Prevenção à Violência.

Além da urgência, do planejamento e da pactuação, uma agenda pública pela prevenção de homicídios precisa ter assertividade e regularidade de ações, projetos e programas. "Em nossas pesquisas, notamos que existem boas experiências em prevenção de homicídios no país. O grande problema não é a ausência de políticas em si, mas a ausência de regularidade. Mudava-se de gestão, acabava-se a política. A prevenção de homicídios precisa ser política de Estado", lembrava.

Uma política com foco nas pessoas e nas diferenças de perfil. A prevenção não é una, é trina, em três níveis. Por isso mesmo, o Comitê de Prevenção à Violência chama a atenção para a prevenção primária, a prevenção secundária e a prevenção terciária, que contemplem a população geral, os grupos mais vulneráveis e as famílias que já sofreram violência.

A prevenção primária atua sobre os fatores de risco e os potenciais agentes da violência para impedir que ela se manifeste. A prevenção secundária se destina a pessoas e grupos mais suscetíveis de praticar ou sofrer violência. E a prevenção terciária busca evitar a reincidência de conflitos e oferecer apoio e cuidado às vítimas.

Prevenção secundária

Diz respeito a ações dirigidas a pessoas e grupos mais suscetíveis de praticar crimes e violências e aos fatores que contribuem para a vulnerabilidade e/ou resiliência destas pessoas e grupos, visando a evitar o seu envolvimento com o crime e a violência ou ainda limitar os danos causados pelo seu envolvimento com o crime e a violência. Diz respeito também a pessoas e grupos mais suscetíveis de serem vítimas de crimes e violências, visando a evitar ou a limitar os danos causados pela sua vitimização.

A prevenção secundária está mais direcionada a pessoas e grupos, enquanto que a primária está mais direcionada ao meio ambiente, áreas ou situações.

Prevenção terciária

Diz respeito a ações dirigidas a pessoas que já praticaram crimes e violências, visando a evitar a reincidência e a promover o seu tratamento, reabilitação e reintegração familiar, profissional e social, bem como a pessoas que já foram vítimas de crimes e violências, visando a evitar a repetição da vitimização e a promover o seu tratamento, reabilitação e reintegração familiar.

Fonte: Sistema Único de Segurança Pública - Arquitetura institucional - Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil

CAIXA DE FERRAMENTAS PARA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS

FERRAMENTA 1

Boletim epidemiológico

A análise da distribuição espacial (georreferenciamento) dos homicídios de adolescentes, baseada no endereço do domicílio das vítimas, é realizada a partir do boletim epidemiológico que pode ser produzido pela Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Epidemiológica.

O boletim de 2014-2015 da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, utilizado pelo Comitê de Prevenção à Violência, da Assembleia Legislativa do Ceará, apresentou a concentração espacial das mortes em bairros periféricos e, sobretudo, em alguns assentamentos precários, que caracterizou um padrão heterogêneo de dispersão dos homicídios, com aglomerados (clusters) bem definidos.

Para acessar o boletim:
https://cadavidaimporta.com.br/news/caixa-de-ferramentas-para-prevencao-de-homicidios-na-adolescencia/

Dicas

- Mapear os locais mais vulneráveis aos homicídios e a rede de serviços mais próxima de onde foram registradas as ocorrências fortalece as ações de prevenção. Pode-se, assim, identificar as fragilidades e potencialidades de cada território para a elaboração de estratégias de prevenção de violência, com foco especial na prevenção de homicídios.
- Identificar e espacializar onde as vítimas de homicídios residiam facilitará a localização das suas famílias para o desenvolvimento da etapa de busca ativa das respectivas famílias (ferramentas 2 e 3), para garantia de assistência aos familiares e amigos da vítima.

FERRAMENTA 2

Pesquisa sobre as trajetórias de vida de adolescentes vítimas

Instrumental para pesquisa socioantropológica sobre as trajetórias de vida de adolescentes assassinados, a exemplo do estudo realizado pelo Comitê de Prevenção à Violência, da Assembleia Legislativa do Ceará, em 2016, que contribuiu para produção das recomendações pela prevenção de homicídios.

Para acessar o instrumental:
https://cadavidaimporta.com.br/news/caixa-de-ferramentas-para-prevencao-de-homicidios-na-adolescencia/

Dica

- Escutar as famílias dos adolescentes também contribuirá para o levantamento de informações sobre a trajetória de vida dos adolescentes que foram vítimas, bem como identificar as vulnerabilidades dos outros integrantes do núcleo familiar e da rede afetiva da vítima.

FERRAMENTA 3

Protocolo de apoio e proteção integral e intersetorial às famílias vítimas de violência

O protocolo apresenta-se como um marco orientador para a atenção integral e intersetorial às famílias de adolescentes vítimas de homicídio. O documento tem como objetivo interromper o aprofundamento das situações de vulnerabilidade das famílias ao diminuir a revitimização e os impactos decorrentes da violência sofrida.

Para acessar o instrumental e o protocolo do Comitê de Prevenção à Violência:
https://cadavidaimporta.com.br/news/caixa-de-ferramentas-para-prevencao-de-homicidios-na-adolescencia/

Dicas

- Envolver gestores das políticas de saúde e assistência social para organizar a construção dos fluxos de atendimentos às famílias. Muitas delas estão referenciadas na política de atenção básica da assistência social, o que pode ajudar na localização e na busca ativa das mesmas.
- Envolver a Defensoria Pública do Estado para garantir assistência jurídica às vítimas de violência para o acompanhamento dos inquéritos policiais e dos processos criminais, além de atender as demandas cíveis decorrentes da violência sofrida pela família.

FERRAMENTA 4

Programa de prevenção de homicídios na adolescência com orçamento público municipal

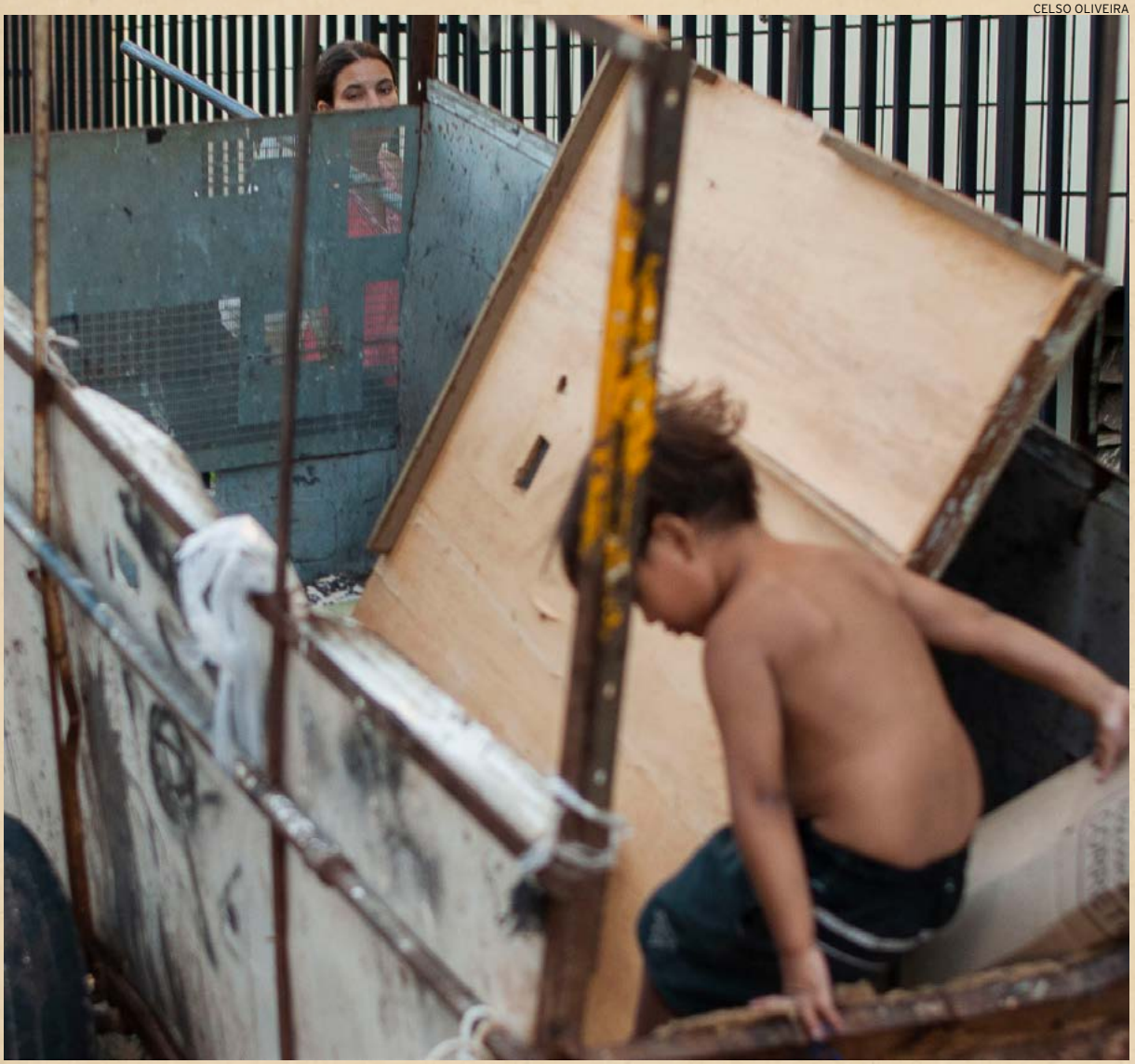
O reconhecimento da responsabilidade municipal sobre as medidas de prevenção de homicídios na adolescência implica, necessariamente, a criação de programa específico de prevenção de homicídios no respectivo Plano Plurianual do município e na consequente previsão orçamentária de investimentos com essa finalidade. Essa ação orientará o gestor sobre as prioridades e as metas de atendimento, fortalecendo um instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação das ações de prevenção.

Dica

- Programa Cada Vida Importa: A Câmara Municipal de Fortaleza aprovou proposições de emendas do vereador Guilherme Sampaio ao projeto do Executivo para criação do programa, com ações para o período 2018-2021, na perspectiva de estabelecer uma rede de serviços como políticas públicas de proteção aos adolescentes, permitindo, com isso, a atuação municipal para a prevenção dos homicídios.

Para acessar o texto das emendas: https://cadavidaimporta.com.br/news/caixa-de-ferramentas-para-prevencao-de-homicidios-na-adolescencia/

CELSO OLIVEIRA



COMITÊ INSPIRA UNICEF E CONSELHO ESTADUAL

A expectativa do Comitê de Prevenção à Violência, da Assembleia Legislativa do Ceará, é sensibilizar os governos municipais para que adotem iniciativas próprias ou repliquem experiências exitosas para o enfrentamento de homicídios. O comitê aposta no somatório de esforços entre poder público e sociedade para impulsionar políticas municipais de segurança e a consequente redução da criminalidade e da violência letal.

O Ceará já dispõe de um conjunto de propostas elaboradas pelo próprio comitê ou a partir dele. Como se viu nas páginas anteriores, recomendação é o que não falta para a prevenção de homicídios na adolescência e o enfrentamento às diversas formas de violência, sobretudo as agressões letais e especificamente em âmbito municipal.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância, parceiro do comitê desde que essa iniciativa foi proposta à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa em 2015, estabeleceu para a edição 2017-2020 do Selo Unicef que um dos quatro objetivos da certificação era prevenir as formas extremas de violência e desenvolver respostas a elas. Dentro da metodologia formulada, a agência de cooperação internacional apresentou um conjunto de 17 resultados sistêmicos, que expressam as mudanças que deveriam ser geradas, ao longo da edição, no âmbito das políticas públicas municipais. Entre os 17 resultados, quatro buscavam atender esse objetivo.

A metodologia definiu duas ações de validação: desenvolver e implementar programas municipais de prevenção da violência e de proteção às famílias de adolescentes vítimas de homicídio e/ou de adolescentes ameaçados de morte; e desenvolver ações de comunicação sobre valorização e proteção da vida e contra a violência. Ao fim das gestões municipais, que coincidem com o período de vigência de cada edição da certificação, 93 dos 184 municípios cearenses atenderam a essa exigência.

A partir também do trabalho realizado desde 2016 pelo comitê da Assembleia Legislativa, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente aprovou, em 2018, uma resolução recomendando a criação de comitês pela prevenção de homicídios na adolescência em âmbito municipal. A Resolução nº 374, de 12 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado em 26 de setembro de 2018, está fundamentada na produção de informações, análises e orientações que tem marcado a trajetória do comitê estadual.

Além de propor a elaboração de um plano municipal para efetivação das recomendações para prevenção da violência letal entre meninos e meninas formuladas pelo comitê estadual, a resolução do conselho estadual orienta a publicação trimestral de relatórios de cumprimento de apoio socioassistencial às famílias de crianças e adolescentes assassinados. A resolução recomenda ainda que os municípios, em diálogo com a Polícia Civil e demais órgãos do sistema de justiça, monitorem a priorização da investigação dos homicídios cometidos contra crianças e adolescentes.

Para elaborar o documento, o conselho estadual recorreu também aos dados do Atlas da Violência e da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará que revelam a gravidade da violência no estado, de modo geral, e contra adolescentes e jovens, principalmente. Entre as considerações que justificam a aprovação da resolução, o conselho cita dispositivos legais que determinam prioridade absoluta e primazia de garantia do direito à vida para crianças e adolescentes. Além do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da própria Constituição Federal, a resolução lembra os compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, tratado que visa à proteção de crianças e adolescentes de todo o mundo aprovado em 1989, na Assembleia Geral das Nações Unidas.

RESOLUÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS

Resolução nº 374, de 12 de setembro de 2018

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará recomenda a criação de Comitês Municipais pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

Art. 1º Esta resolução recomenda a criação de Comitês Municipais pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, articulando-se com as instâncias e órgãos dos demais poderes públicos, estadual e federal, bem como a sociedade civil, com a função de planejar estratégias e metas de proteção à vida de crianças, adolescentes e jovens, com a função de:

I - elaborar um diagnóstico, com a participação da sociedade e universidades sobre as causas de homicídios no município;

II - elaborar um plano municipal de efetivação das 12 recomendações para prevenção de homicídios na adolescência apontadas pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência;

III - Dimensionar e priorizar ações que articulem políticas públicas em nível territorial, incluindo a sociedade civil, fomentando o diálogo e a construção interinstitucional para a prevenção e a redução de homicídios de adolescentes e jovens;

IV - Publicar trimestralmente um boletim informativo sobre homicídios no município;

V - Publicar trimestralmente relatórios de cumprimento de apoio socioassistencial às famílias de crianças e adolescentes assassinados;

VI - Em diálogo com a Polícia Civil e demais órgãos do sistema de justiça, monitorar a priorização da investigação dos homicídios cometidos contra crianças e adolescentes.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza, 12 de setembro de 2018.

É PRECISO CONSIDERAR

Ao recomendar em 2018 a criação dos comitês municipais pela prevenção de homicídios, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente considera que:

- O quadro de violência assola o estado do Ceará, com o aumento de homicídios de 256% em dez anos, de 2006 a 2016, conforme dados do Atlas da Violência;
- O número de jovens assassinados no Ceará também representou um aumento de 123,4%, passando de 941 em 2006 para 2.102 em 2016. Isso significa que 57% de todos os homicídios de 2016 foram contra jovens entre 15 e 29 anos, conforme dados do Atlas da Violência;
- O índice de homicídios no Ceará se eleva em velocidade assustadora, com 5.134 homicídios em 2017, contabilizando 981 adolescentes assassinados, sendo 196 meninas mortas;
- Os homicídios de adolescentes impactam as famílias das vítimas, sobretudo as mães, que, em sua maioria, são mulheres jovens;
- As desigualdades sociais vulnerabilizam famílias que se expõem a múltiplas violências, chegando à letalidade, bem como que vulnerabilidades e desigualdades concentram-se em territórios, com fragilidades na oferta de serviços públicos e infraestrutura urbana, a exemplo do caso de Fortaleza, em que 44% das mortes aconteceram em 17 dos 119 bairros da capital do Ceará, em 2015;
- Mais de 60% dos adolescentes assassinados em 2015 no Ceará haviam abandonado a escola, 70% haviam experimentado drogas, 78% tiveram experiência com o trabalho sem proteção legal, sendo esses dados sinais de vulnerabilidade ao homicídio;
- 60% dos adolescentes assassinados haviam recebido alguma ameaça de morte;
- Até 73% (em algumas cidades pesquisadas em 2015) dos adolescentes assassinados haviam cumprido medidas socioeducativas e 73% dos adolescentes vítimas de homicídio sofreram violência policial;
- Entre 80% e 100% dos assassinatos de adolescentes foram cometidos por armas de fogo;
- A espetacularização da violência, a atuação das mídias que criminalizam os adolescentes assassinados, o descaso ou a superficialidade com a letalidade geram sensação de injustiça às famílias vitimadas.

NOVO PROGRAMA OFICIAL SE BASEIA NOS ESTUDOS DO COMITÊ DE PREVENÇÃO

A implementação de um novo programa do Governo do Ceará na área da segurança pública está prestes a começar em 20 dos 184 municípios do estado, sob a coordenação da Vice-Governadoria e do Pacto por um Ceará Pacífico. O Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência (Previo) será desenvolvido por um período de cinco anos, tendo como três pilares a prevenção social da violência, a modernização policial e a prevenção da reincidência infracional em adolescentes.

O novo programa prevê o investimento na prevenção e redução da violência entre os grupos vulneráveis, mas a expectativa é que a sociedade como um todo seja beneficiada. O programa se destina a públicos específicos, como crianças, adolescentes gestantes, egressos do sistema socioeducativo, jovens, população LGBTQIA+ e mulheres em situação de violência.

O incentivo a ações que fortaleçam o planejamento e a gestão municipal da segurança e contribuam para a prevenção comunitária da violência é uma das estratégias centrais do programa. O governo promete destinar recursos para a realização de diagnósticos visando à elaboração de planos municipais de segurança em dez cidades.

"Se o programa conseguir bons resultados em dez municípios, já é muito interessante. O lugar, por excelência, da prevenção é o município. Acreditamos na liderança dos gestores municipais e da sociedade civil local para a prevenção dos homicídios de jovens", observa o presidente do Comitê de Prevenção à Violência, da Assembleia Legislativa, deputado estadual Renato Roseno.

O incentivo a ações que fortaleçam o planejamento e a gestão municipal da segurança e contribuam para a prevenção comunitária da violência é uma das estratégias centrais do programa. O governo promete destinar recursos para diagnósticos visando à elaboração de planos municipais de segurança em dez cidades.

O próprio Governo do Ceará reconhece que o objetivo geral do programa é "qualificar" a atuação governamental na realização de ações de prevenção social e segurança pública, visando à redução de vulnerabilidades e de violências. A expectativa é atingir diretamente mais de 100 mil pessoas dos dez municípios que concentram cerca de 60% dos homicídios de adolescentes e jovens no estado: Caucaia, Crato, Fortaleza, Iguatu, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Quixadá e Sobral.

Em outros dez municípios, com população inferior a 60 mil habitantes, o governo estadual prevê a estruturação das delegacias da Polícia Civil com uma sala para o atendimento de mulheres em situação de violência: Acopiara, Barbalha, Beberibe, Boa Viagem, Eusébio, Granja, Itapajé, Limoeiro do Norte, Tauá e Trairi.

O programa será financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O crédito, no valor de US$ 52,1 milhões para o financiamento, tem 25 anos de prazo, período de carência de cinco anos e meio e juros baseados na taxa de referência para pagamento de grandes empréstimos - London Interbank Offered Rate (Libor). A contrapartida do Governo do Ceará é de US$ 13 milhões.

Como parte da "Política Estadual de Prevenção à Violência e a Estratégia de Gestão Territorial da Política de Prevenção à Violência no Município de Fortaleza", estão previstas a expansão do Pacto por um Ceará Pacífico na capital e a estruturação de cinco Centros de Referência Cidadã, contemplando duas reformas e três construções nos bairros Vicente Pinzón, Granja Lisboa, Genibaú, Curió e Barra do Ceará. A expansão do Pacto Por um Ceará Pacífico vai contemplar com obras de intervenções urbanas também os dez municípios mais populosos do estado, que concentram 57,9% de todos os crimes violentos letais intencionais registrados no período de 2017 a 2020.

Outra parte do programa prevê o investimento em segurança pública qualificada e policiamento de proximidade, com a construção de 12 sedes das Unidades Integradas de Segurança nos seguintes bairros de Fortaleza: Barra do Ceará, Curió, Edson Queiroz, Jacarecanga, João XXIII, Montese, Palmeiras, Planalto Ayrton Senna, Quintino Cunha, São João do Tauape, Serrinha e Vila Velha.

O terceiro componente do programa contempla ações de prevenção da reincidência infracional e de fortalecimento de programas de proteção. Para Fortaleza e Juazeiro do Norte, estão previstas a ampliação do Centro de Referência e Apoio às Vítimas de Violência (Cravv) e a implantação do Programa de Proteção Provisória. Na capital também deverá ser implantado o Centro Estadual de Referência LGBT.

Por meio do novo programa, o governo promete destinar mais de R$ 1,5 milhão à Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública, vinculada à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. Os recursos devem ser utilizados para a aquisição de equipamentos, visando à expansão das atividades de pesquisa e à consequente definição de estratégias para o enfrentamento da criminalidade e da violência. A expectativa é desenvolver novos sistemas de informações, implementar a capacidade de análises criminais, de inteligência e de investigação policial e fortalecer o policiamento comunitário orientado.

PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

Objetivos do Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência, do Governo do Ceará:

- Contribuir na implantação de projetos de prevenção à violência, fortalecendo o papel dos municípios em ações de segurança pública e prevenção social;
- Aperfeiçoar a atuação dos órgãos públicos na área de prevenção à violência, com foco em territórios, segmentos sociais vulneráveis e historicamente discriminados;
- Implantar metodologias de prevenção à violência baseadas em evidências, sistemas de gestão, monitoramento e avaliação de projetos;
- Fortalecer redes locais de prevenção à violência através de articulação comunitária e ações de fomento;
- Fortalecer as ações de segurança pública qualificada;
- Fortalecer as ações de atendimento socioeducativo em consonância com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo;
- Ampliar a capacidade de atendimento de crianças, mulheres e população LGBT vítimas de violência e de pessoas em situação iminente de morte, decorrente de ameaça.

Homicídios: municípios cearenses com mais casos e maiores taxas de mortalidade

Chama a atenção a presença de alguns municípios entre aqueles com as mais altas taxas de homicídio no Ceará ao longo de uma década. Itaitinga, Maracanaú, Aquiraz, Chorozinho, Quixeré e Tabuleiro do Norte formam, nessa ordem, o grupo de cidades que mais se repetem na lista com os maiores índices de assassinato de 2010 a 2020.

NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, 41 municípios do Ceará ocuparam o grupo dos dez mais violentos do estado, quando observadas as taxas de homicídio na população geral. Quando o recorte é para a faixa etária de dez a 19 anos, 37 cidades cearenses se revezaram entre as dez primeiras posições no período, de 2010 ao primeiro semestre de 2020.

Comparando os dois grupos, conclui-se que 48 municípios ocuparam um dos dez primeiros lugares no ranking da violência letal que atingiu a população geral ou especificamente adolescentes. Desse total, 30 cidades estiveram pelo menos uma vez nos dois grupos ao longo desse período, enquanto as outras 18 ocuparam uma ou outra lista.

Chama a atenção a presença de alguns municípios entre aqueles com as mais altas taxas de homicídio. A análise sobre os índices na população geral revela a cidade de Itaitinga aparecendo dez vezes ao longo dos dez anos em diferentes posições. O mais grave: em quatro vezes o município da região metropolitana de Fortaleza ocupou o primeiro lugar, ou seja, em quatro anos, apresentou a mais alta taxa de todo o estado; em outros dois anos, ficou em segundo lugar.

Além de Itaitinga, outros cinco municípios tiveram maior assiduidade no ranking da violência letal do estado, ocupando posições diversas entre os dez primeiros lugares. Maracanaú se destaca por aparecer sete vezes, assim como Aquiraz e Chorozinho, também na região metropolitana de Fortaleza, que apareceram seis vezes. Com essa mesma quantidade de vezes, os municípios de Quixeré e Tabuleiro do Norte, fecham o grupo daqueles que mais se repetiram na lista de cidades com as maiores taxas de assassinatos.

Os números foram identificados a partir do monitoramento realizado pelo Comitê de Prevenção à Violência, da Assembleia Legislativa, sobre os dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. Para o primeiro semestre de 2020, o monitoramento revelou que Itaitinga continua com uma das mais altas taxas de mortalidade, em segundo lugar, com 80 homicídios por 100 mil habitantes, atrás de Ibicuitinga, no Sertão Central, cujo índice foi de 102,94 assassinatos por 100 mil habitantes.

Do total de municípios cearenses, 153 apesentam pelo menos um caso de crime violento letal intencional nos seis primeiros meses de 2020, o que representa 83,15% das 184 cidades. Fortaleza ocupa a 40ª posição no ranking das taxas de homicídio, com um índice de 26,8 assassinatos por 100 mil habitantes, embora apresente o maior número de vítimas, 720, o que representa 31,18% das 2.245 computadas pela Secretaria da Segurança Pública em todo o estado.

Depois da capital, os municípios com mais crimes violentos letais intencionais são os vizinhos Caucaia e Maracanaú, com 218 e 98 casos, respectivamente. Os dois, no entanto, apresentam taxas mais elevadas: Caucaia, com 59,69 homicídios por 100 mil habitantes, e Maracanaú, com 42,71 assassinatos por 100 mil habitantes.

Em 109 dos 184 municípios cearenses, as taxas de homicídio caracterizam situação de epidemia, ou seja: em 59,24% das cidades, os índices foram superiores a dez homicídios por 100 mil habitantes, condição estabelecida pela Organização Mundial de Saúde para definir o nível epidêmico da violência letal.

CELSO OLIVEIRA

Bairro do Mucuripe, em Fortaleza: capital tem a maior quantidade de casos de homicídios do Ceará, mas ocupa a 40ª posição no ranking de taxas de letalidade no estado

Quando se analisa especificamente o grupo de dez a 19 anos, no primeiro semestre de 2020, Itaitinga volta a aparecer com destaque, agora com a maior taxa de mortalidade nesse grupo etário: o índice é de 153,43 assassinatos por 100 mil habitantes. Praticamente com a mesma taxa, Forquilha e São Luís do Curu, na região Norte, ocupam a segunda e a terceira posição nesse ranking: 127, 55 e 127,09 homicídios por 100 mil adolescentes.

Se Fortaleza ocupava a 40ª posição entre os homicídios em geral, a taxa de 36,31 crimes violentos letais intencionais para cada 100 mil adolescentes fez a capital ficar em 36º lugar. Com 137 casos, Fortaleza continua no topo da lista. Caucaia, com 38 casos registrados, tinha uma taxa de 52,16 assassinatos por 100 mil adolescentes, inferior ao índice de homicídios na população geral. Maracanaú, com 19 casos, tinha uma taxa de 48,85 homicídios por 100 mil adolescentes, superior ao índice na população geral.

RANKING DOS MUNICÍPIOS: TAXAS DE HOMICÍDIO POR 100 MIL HABITANTES

		2010	2011	2012	2013	2014
ADOLESCENTES	1º	Altaneira 136,33	São Luís do Curu 118,81	Jaguaribara 158,69	Horizonte 155,14	Itaitinga 170,6
	2º	Maracanaú 90,85	Itaitinga 106,79	Eusébio 113,47	Eusébio 142,11	Maracanaú 142,92
	3º	Quixeré 76,71	Nova Olinda 96,73	Fortaleza 112,97	Fortaleza 122,79	Jaguaretama 134,79
	4º	Fortaleza 73,27	Maracanaú 76,88	Maracanaú 108,71	Aquiraz 121,07	Horizonte 128,46
	5º	Miraíma 67,64	Fortaleza 72,66	Itaitinga 93,16	Acarape 114,53	Fortaleza 124,54
	6º	Nova Olinda 64,52	Horizonte 68,77	Ererê 78,11	Maracanaú 110,57	Eusébio 121,44
	7º	Caucaia 59,78	Acarape 58,69	Caucaia 74,21	São Gonçalo do Amarante 72,22	Aquiraz 107,74
	8º	Horizonte 52,79	Jaguaribara 52,16	Horizonte 67,32	Redenção 71,64	Quixeré 96,51
	9º	Eusébio 52,33	Quixeré 51,13	Cascavel 66,55	Caucaia 67,11	Jaguaruana 95,63
	10º	Varjota 50,72	Paraipaba 45,47	Aquiraz 61,25	Cascavel 65,61	Redenção 90,08
POPULAÇÃO GERAL	1º	Jaguaribara 76,93	Itaitinga 107,37	Itaitinga 119,52	Itaitinga 153,83	Eusébio 137,16
	2º	Eusébio 69,52	Quixeré 86,7	Eusébio 112,52	São João do Jaguaribe 140,5	Jaguaribara 118,19
	3º	Maracanaú 65,05	Horizonte 65,11	Horizonte 87,3	Eusébio 127,39	Itaitinga 104,9
	4º	Caucaia 62,68	São Luís do Curu 64,53	Aquiraz 76,55	Quixeré 127,11	Redenção 99,33
	5º	Tabuleiro do Norte 61,64	Maracanaú 63,9	Tabuleiro do Norte 74,52	Tabuleiro do Norte 123,26	Quixeré 98,09
	6º	Senador Pompeu 60,45	Nova Olinda 62,4	Maracanaú 73,1	Aquiraz 101,07	Horizonte 95,16
	7º	Acarape 58,68	Tabuleiro do Norte 57,89	Senador Pompeu 68,23	Horizonte 99,04	Mulungu 88,97
	8º	Itaitinga 58,63	Jaguaribara 56,99	Pacajus 68,19	Chorozinho 88,6	Russas 87,55
	9º	Aquiraz 56,45	Caridade 54,03	Fortaleza 68,07	Maracanaú 84,89	Jaguaretama 83,25
	10º	Caridade 54,95	Pentecoste 53,35	Jaguaribara 65,72	Caucaia 80,01	Pacajus 78,31

2015	2016	2017	2018	2019	2020.1*
Itaitinga 157,48	Ibicuitinga 186,21	Pacajus 202,26	Horizonte 169,95	Guaiúba 108,88	Itaitinga 153,43
Quixeré 145,16	Itaitinga 170,72	Guaiúba 159,77	Itarema 145,83	São João do Jaguaribe 93,63	Forquilha 127,55
Senador Pompeu 138,55	Eusébio 141,32	Maracanaú 156,83	Jucás 125,36	Alto Santo 77,91	São Luís do Curu 127,09
Jaguaribara 110,13	Maracanaú 128,2	Alto Santo 148,09	Maracanaú 123,38	Caucaia 67,59	Palhano 122,15
Pindoretama 105,25	Mulungu 120,3	Horizonte 146,24	Guaramiranga 119,77	Banabuiú 67,5	Guaiúba 108,59
Horizonte 102,78	Pacajus 116,44	Eusébio 141,36	Palmácia 118,73	Forquilha 63,82	Itarema 101,19
Maracanaú 102,6	Umirim 109,13	Aquiraz 135,62	Aquiraz 116,01	Altaneira 62,26	Ibicuitinga 100,76
Fortaleza 94,27	Aquiraz 94,66	Paraipaba 131,72	Pacajus 115,96	Eusébio 61,33	Monsenhor Tabosa 89,3
Eusébio 90,92	Horizonte 93,55	Caucaia 115,68	Maranguape 114,45	Jijoca de Jericoacoara 56,22	Icapuí 82,66
Redenção 90,65	Itapiúna 89,6	Fortaleza 104,19	Caucaia 111,68	Itaitinga 55,67	Aracoiaba 79,42
Itaitinga 121,95	São João do Jaguaribe 182,53	Pacajus 152,3	Guaramiranga 194,71	Guaramiranga 134,8	Ibicuitinga 102,94
Quixeré 101,98	Ibicuitinga 155,2	Aquiraz 133,96	Itaitinga 174,6	Chorozinho 123,37	Itaitinga 80,89
Chorozinho 99	Eusébio 100,17	Horizonte 133,48	Palmácia 151,35	Guaiúba 115,1	Campos Sales 80,09
Morada Nova 96,93	Redenção 95,04	Itaitinga 129,74	Catunda 134,14	São João do Jaguaribe 104,64	Forquilha 65,43
Tabuleiro do Norte 92,52	Russas 93,71	Maracanaú 121,44	Pacajus 122,2	Banabuiú 82,43	Pacajus 64,22
Senador Pompeu 86,64	Itaitinga 92,47	Quixeré 114,28	Varjota 119,77	Alto Santo 64,15	Chorozinho 64,12
Maracanaú 82,17	Quixeré 92,05	Paraipaba 110,72	Itarema 118,23	Jaguaribara 61,4	Frecheirinha 63,68
Redenção 80,67	Barreira 86,39	Chorozinho 109,39	Aquiraz 114,37	Milhã 60,81	Aquiraz 63,01
Guaramiranga 80,65	Maracanaú 84,68	Tabuleiro do Norte 104,96	Chorozinho 113,72	Caucaia 60,04	São Luís do Curu 61,33
Russas 78,65	Jaguaretama 83,44	Barreira 104,87	Pacoti 107,92	Aracoiaba 56,67	Caucaia 59,69

RANKING DOS MUNICÍPIOS: CASOS DE HOMICÍDIO

		2010	2011	2012	2013	2014
ADOLESCENTES	1º	Fortaleza 317	Fortaleza 311	Fortaleza 478	Fortaleza 519	Fortaleza 519
	2º	Caucaia 41	Maracanaú 32	Caucaia 52	Caucaia 48	Maracanaú 59
	3º	Maracanaú 38	Caucaia 24	Maracanaú 45	Maracanaú 46	Caucaia 58
	4º	Juazeiro do Norte 11	Juazeiro do Norte 11	Juazeiro do Norte 20	Juazeiro do Norte 19	Juazeiro do Norte 34
	5º	Sobral 11	Sobral 11	Sobral 20	Horizonte 19	Sobral 34
	6º	Crato 7	Horizonte 8	Eusébio 11	Aquiraz 18	Horizonte 16
	7º	Horizonte 6	Itaitinga 8	Aquiraz 9	Sobral 17	Aquiraz 16
	8º	Eusébio 5	Aquiraz 6	Crato 9	Eusébio 14	Itaitinga 13
	9º	Pacatuba 5	Itapipoca 6	Cascavel 9	Maranguape 11	Eusébio 12
	10º	Aquiraz 4	Crato 5	Horizonte 8	Cascavel 9	Pacajus 12
POPULAÇÃO GERAL	1º	Fortaleza 1.236	Fortaleza 1.238	Fortaleza 1.702	Fortaleza 1.994	Fortaleza 1.999
	2º	Caucaia 204	Caucaia 144	Caucaia 217	Caucaia 276	Caucaia 242
	3º	Maracanaú 136	Maracanaú 135	Maracanaú 156	Maracanaú 185	Maracanaú 164
	4º	Juazeiro do Norte 75	Juazeiro do Norte 77	Juazeiro do Norte 133	Juazeiro do Norte 130	Juazeiro do Norte 150
	5º	Aquiraz 41	Itapipoca 51	Aquiraz 57	Aquiraz 77	Sobral 96
	6º	Crato 41	Sobral 43	Eusébio 54	Sobral 73	Eusébio 69
	7º	Sobral 35	Itaitinga 39	Horizonte 51	Eusébio 63	Russas 65
	8º	Maranguape 34	Horizonte 37	Sobral 49	Horizonte 60	Horizonte 59
	9º	Eusébio 32	Aquiraz 36	Crato 48	Quixadá 60	Aquiraz 55
	10º	Quixadá 28	Crato 34	Itaitinga 44	Itaitinga 58	Pacajus 53

	2015	2016	2017	2018	2019	2020.1*
	Fortaleza 387	Fortaleza 217	Fortaleza 414	Fortaleza 308	Fortaleza 118	Fortaleza 137
	Maracanaú 42	Maracanaú 52	Caucaia 85	Caucaia 82	Caucaia 49	Caucaia 38
	Caucaia 42	Caucaia 42	Maracanaú 63	Maracanaú 49	Maracanaú 16	Maracanaú 19
	Juazeiro do Norte 31	Juazeiro do Norte 19	Juazeiro do Norte 29	Maranguape 28	Maranguape 11	Maranguape 16
	Sobral 29	Pacajus 16	Sobral 29	Sobral 23	Juazeiro do Norte 10	Sobral 12
	Horizonte 13	Crato 15	Pacajus 28	Horizonte 22	Pacajus 7	Itaitinga 11
	Itaitinga 12	Aquiraz 14	Maranguape 23	Juazeiro do Norte 17	Sobral 6	Juazeiro do Norte 9
	Pacatuba (12)	Eusébio 14	Aquiraz 20	Aquiraz 17	Aquiraz 6	Cascavel 9
	Aquiraz 11	Itaitinga 13	Horizonte 19	Pacajus 16	Eusébio 6	Itarema 9
	Pacajus 11	Horizonte 12	Eusébio 14	Itarema 13	Guaiúba 6	Aquiraz 7
	Fortaleza 1.652	Fortaleza 1.007	Fortaleza 1.979	Fortaleza 1.482	Fortaleza 663	Fortaleza 720
	Caucaia 183	Caucaia 198	Caucaia 350	Caucaia 360	Caucaia 217	Caucaia 218
	Maracanaú 182	Maracanaú 189	Maracanaú 273	Maracanaú 221	Maracanaú 115	Maracanaú 98
	Juazeiro do Norte 117	Juazeiro do Norte 123	Juazeiro do Norte 133	Maranguape 134	Juazeiro do Norte 68	Juazeiro do Norte 80
	Sobral 105	Russas 71	Sobral 116	Sobral 104	Sobral 58	Maranguape 69
	Morada Nova 60	Crato 61	Pacajus 108	Aquiraz 91	Maranguape 56	Sobral 55
	Russas 59	Aquiraz 57	Aquiraz 106	Juazeiro do Norte 87	Aquiraz 37	Aquiraz 51
	Maranguape 55	Pacajus 57	Horizonte 88	Pacajus 87	Pacatuba 32	Pacajus 47
	Aquiraz 51	Sobral 54	Maranguape 80	Horizonte 70	Trairi 30	Horizonte 40
	Pacajus 50	Pacatuba 53	Crato 58	Itaitinga 69	Guaiúba 30	Cascavel 33

ENTRE AS DEZ MAIORES TAXAS

Municípios do Ceará que apresentaram as dez maiores taxas de homicídio por 100 mil habitantes no período de 2010 ao primeiro semestre de 2020

Acarape	1 vez em 7º lugar	**Jaguaribara**	1 vez em 1º lugar 1 vez em 2º lugar 1 vez em 7º lugar 1 vez em 8º lugar 1 vez em 10º lugar
Alto Santo	1 vez em 6º lugar	**Jaguaretama**	1 vez em 9º lugar 1 vez em 10º lugar
Aracoiaba	1 vez em 10º lugar	**Maracanaú**	1 vez em 3º lugar 2 vezes em 5º lugar 1 vez em 6º lugar 1 vez em 7º lugar 2 vezes em 9º lugar
Aquiraz	1 vez em 2º lugar 1 vez em 4º lugar 1 vez em 6º lugar 2 vezes em 8º lugar 1 vez em 9º lugar	**Milhã**	1 vez em 8º lugar
Banabuiú	1 vez em 5º lugar	**Morada Nova**	1 vez em 4º lugar
Barreira	1 vez em 8º lugar 1 vez em 10º lugar	**Mulungu**	1 vez em 7º lugar
Campos Sales	1 vez em 3º lugar	**Nova Olinda**	1 vez em 6º lugar
Caridade	1 vez em 9º lugar 1 vez em 10º lugar	**Pacajus**	1 vez em 1º lugar 2 vezes em 5º lugar 1 vez em 8º lugar 1 vez em 10º lugar
Catunda	1 vez em 4º lugar	**Pacoti**	1 vez em 10º lugar
Caucaia	1 vez em 4º lugar 1 vez em 9º lugar 2 vezes em 10º lugar	**Palmácia**	1 vez em 3º lugar
Chorozinho	1 vez em 2º lugar 1 vez em 3º lugar 1 vez em 6º lugar 2 vezes em 8º lugar 1 vez em 9º lugar	**Paraipaba**	1 vez em 7º lugar
Eusébio	1 vez em 1º lugar 2 vezes em 2º lugar 2 vezes em 3º lugar	**Pentecoste**	1 vez em 10º lugar
Forquilha	1 vez em 4º lugar	**Quixeré**	2 vezes em 2º lugar 1 vez em 4º lugar 1 vez em 5º lugar 1 vez em 6º lugar 1 vez em 7º lugar
Fortaleza	1 vez em 9º lugar	**Redenção**	2 vezes em 4º lugar 1 vez em 8º lugar
Frecheirinha	1 vez em 7º lugar	**Russas**	1 vez em 5º lugar 1 vez em 8º lugar 1 vez em 10º lugar
Guaiúba	1 vez em 3º lugar	**São Luís do Curu**	1 vez em 4º lugar 1 vez em 9º lugar
Guaramiranga	2 vezes em 1º lugar 1 vez em 9º lugar	**São João do Jaguaribe**	1 vez em 1º lugar 1 vez em 2º lugar 1 vez em 4º lugar
Horizonte	3 vezes em 3º lugar 1 vez em 6º lugar 1 vez em 7º lugar	**Senador Pompeu**	2 vezes em 6º lugar 1 vez em 7º lugar
Ibicuitinga	1 vez em 1º lugar 1 vez em 2º lugar	**Tabuleiro do Norte**	4 vezes em 5º lugar 1 vez em 7º lugar 1 vez em 9º lugar
Itaitinga	4 vezes em 1º lugar 2 vezes em 2º lugar 1 vez em 3º lugar 1 vez em 4º lugar 1 vez em 6º lugar 1 vez em 8º lugar	**Varjota**	1 vez em 6º lugar
Itarema	1 vez em 7º lugar		

POPULAÇÃO DE 10 A 19 ANOS			
Acarape	1 vez em 5º lugar 1 vez em 7º lugar	**Jaguaretama**	1 vez em 3º lugar
Altaneira	1 vez em 1º lugar 1 vez em 7º lugar	**Jaguaribara**	1 vez em 4º lugar 1 vez em 8º lugar
Alto Santo	1 vez em 3º lugar 1 vez em 4º lugar	**Jucás**	1 vez em 3º lugar
Aquiraz	1 vez em 4º lugar 3 vezes em 7º lugar 2 vezes em 8º lugar	**Maracanaú**	2 vezes em 2º lugar 1 vez em 3º lugar 4 vezes em 4º lugar 1 vez em 6º lugar 1 vez em 7º lugar
Banabuiú	1 vez em 5º lugar	**Miraíma**	1 vez em 5º lugar
Campos Sales	1 vez em 3º lugar	**Mulungu**	1 vez em 5º lugar
Caucaia	1 vez em 4º lugar 2 vezes em 7º lugar	**Nova Olinda**	1 vez em 3º lugar 1 vez em 6º lugar
Chorozinho	1 vez em 6º lugar	**Pacajus**	1 vez em 1º lugar 1 vez em 5º lugar 1 vez em 6º lugar 1 vez em 8º lugar
Ererê	1 vez em 6º lugar	**Palmácia**	1 vez em 6º lugar
Eusébio	2 vezes em 2º lugar 1 vez em 3º lugar 2 vezes em 6º lugar 1 vez em 8º lugar	**Paraipaba**	1 vez em 8º lugar
Forquilha	1 vez em 4º lugar 1 vez em 6º lugar	**Pindoretama**	1 vez em 5º lugar
Fortaleza	2 vezes em 3º lugar 1 vez em 4º lugar 2 vezes em 5º lugar 1 vez em 8º lugar	**Quixeré**	1 vez em 2º lugar 1 vez em 3º lugar 1 vez em 8º lugar
Frecheirinha	1 vez em 7º lugar	**Redenção**	1 vez em 8º lugar
Guaiúba	1 vez em 1º lugar 1 vez em 2º lugar	**São Gonçalo do Amarante**	1 vez em 7º lugar
Guaramiranga	1 vez em 5º lugar	**São João do Jaguaribe**	1 vez em 2º lugar
Horizonte	2 vezes em 1º lugar 1 vez em 4º lugar 1 vez em 5º lugar 2 vezes em 6º lugar 2 vezes em 8º lugar	**São Luís do Curu**	1 vez em 1º lugar
Ibicuitinga	2 vezes em 1º lugar	**Senador Pompeu**	1 vez em 3º lugar
Itaitinga	2 vezes em 1º lugar 3 vezes em 2º lugar 1 vez em 5º lugar	**Jaguaribara**	1 vez em 1º lugar
Itarema	1 vez em 2º lugar	**Umirim**	1 vez em 7º lugar

CIDADES SOB FORTE IMPACTO DE HOMICÍDIOS

Fortaleza, quatro cidades da região metropolitana e mais cinco do interior estão em péssimas posições no Atlas da Violência: Retrato dos Municípios Brasileiros, divulgado em 2019. Em ordem alfabética as 13 cidades do Ceará listadas no relatório: Caucaia, Crato, Fortaleza, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Pacajus e Sobral.

Entre as 120 cidades brasileiras que acumulam 50% dos homicídios estimados em 2017, oito são do Ceará. Em ordem decrescente de taxas de assassinatos por 100 mil habitantes: Pacajus, Maracanaú, Horizonte, Caucaia, Fortaleza, Maranguape, Sobral e Juazeiro do Norte. Com impressionantes 151 óbitos por 100 mil habitantes, Pacajus desponta em primeiro lugar entre os municípios cearenses e em terceiro no país. Das 120 cidades analisadas, apenas duas outras apresentaram índice superior: Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte, com 173,7 homicídios, e Ipojuca, em Pernambuco, com 152 homicídios.

Quando a publicação analisa os municípios com mais de 100 mil habitantes, Maracanaú se sobressai com a maior taxa de homicídios estimada do país em 2017: 145,7 assassinatos por 100 mil habitantes. Outras oito cidades cearenses fazem parte dessa lista. Em ordem decrescente de taxas: Caucaia, Fortaleza, Maranguape, Sobral, Juazeiro do Norte, Iguatu, Crato e Itapipoca. Mesmo com a menor taxa do grupo, 11,1 homicídios por 100 mil habitantes, Itapipoca ainda permanece em situação epidêmica, pois a Organização Mundial de Saúde considera que as taxas superiores a dez homicídios por 100 mil habitantes configuram uma epidemia.

Entre os 20 municípios mais violentos do país em 2017, no universo daqueles com mais de 100 mil habitantes, o Ceará tem três: Maracanaú no topo, Caucaia em 11º lugar e Fortaleza na 16ª posição. Ao analisar as capitais, a publicação salienta o enorme crescimento dos índices de homicídio entre 2016 e 2017 em Florianópolis e em Fortaleza. Na capital de Santa Catarina, a taxa de assassinatos por 100 mil habitantes aumentou 70,9%. Na capital do Ceará, o indicador cresceu 69,5%, praticamente o mesmo.

No Ceará, a região metropolitana de Fortaleza é a que mais se sobressai no diagnóstico da violência letal, com sete das dez cidades mais violentas do estado, segundo o Atlas da Violência. Em seguida, a região Norte, com dois municípios, e a região Jaguaribana, com uma cidade. A taxa média do Ceará era de 41,8 homicídios por 100 mil habitantes.

Quando a publicação analisa os municípios com mais de 100 mil habitantes, Maracanaú se sobressai com a maior taxa de homicídios estimada do país em 2017: 145,7 assassinatos por 100 mil habitantes. Outras oito cidades cearenses fazem parte dessa lista: Caucaia, Fortaleza, Maranguape, Sobral, Juazeiro do Norte, Iguatu, Crato e Itapipoca

Ao se deter sobre o estado, a publicação se reporta à presença de quatro facções criminosas predominantes – Guardiões do Estado (GDE), Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV) e Família do Norte (FDN) – e relembra a relação de conluio e afronta entre elas. "A facção GDE se consolidou em 2017 e ficou nacionalmente conhecida pela Chacina das Cajazeiras, sendo aliada do PCC, no confronto contra o CV/FDN".

O Atlas da Violência também resgata a reação do Governo do Ceará na tentativa de enfraquecer a ação das organizações, ao apontar que a rivalidade entre elas ficou temporariamente suspensa a partir de janeiro de 2019, após a Secretaria da Administração Penitenciária tornar mais rígidas as regras nos presídios, não permitindo mais a separação dos presos por facções. "Tal ação, que poderia redundar em um banho de sangue, gerou um resultado inesperado, em termos do armistício proposto entre os grupos criminosos, o que pode ocasionar uma forte redução dos homicídios no estado, pelo menos enquanto durar a trégua, que é sempre instável", ressalva a publicação.

O documento chama a atenção para o crescimento da violência mais concentrado nas regiões Norte e Nordeste. "Quando analisamos a evolução dos homicídios na última década, enquanto as dez capitais brasileiras que tiveram maior crescimento da violência letal estavam todas localizadas no Norte e no Nordeste, as dez em que se observou maior redução dos índices incluíam todas as capitais do Sudeste, além de capitais no Sul, no Centro-Oeste e curiosamente no Norte (Porto Velho) e no Nordeste (Maceió)".

A posição desconfortável do Norte e do Nordeste está explícita também na lista dos 20 municípios com mais de 100 mil habitantes mais violentos: 13 são do Nordeste e cinco do Norte. Apenas duas cidades, portanto, fazem parte de outras regiões: Queimados, no Rio de Janeiro, no Sudeste; e Alvorada, no Rio Grande do Sul, no Sul. Nesse grupo de municípios, cinco são da Bahia, quatro do Pará, três do Ceará, dois do Rio Grande do Norte, dois

de Pernambuco, um de Sergipe e outro do Acre. Já entre os 20 municípios considerados mais pacíficos, 14 são de São Paulo, três de Minas Gerais e três de Santa Catarina.

Por que as cidades nordestinas aparecem com índices mais elevados do que as das demais regiões? Para refletir sobre o que tem levado o Nordeste a apresentar um crescimento maior nas taxas de homicídio, o Instituto Sou da Paz, organização não governamental que, desde 1999, contribui para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção da violência, fez o questionamento em 2015 ao coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo, José Vicente da Silva Filho, que foi secretário nacional de Segurança Pública nos últimos cinco meses do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002. "Um dos possíveis fatores seria o aumento da renda, acima da média nacional. Não acredito nessa hipótese porque raramente se mata para tomar valores. A cultura machista nordestina favorece a resposta agressiva aos conflitos", avaliava, embora o machismo não seja uma característica exclusiva da região.

Ex-consultor do Banco Mundial para assuntos de organização e operação policial e sócio fundador do Instituto Brasileiro de Segurança e Justiça, ele atribuía o nível de violência no Nordeste também à deficiência das políticas estaduais de segurança pública. "Mas percebo que os governos nordestinos, com certa exceção a Pernambuco, maltratam a segurança com más condições de trabalho e péssimos salários, além de não terem planos eficientes para a prevenção e redução da violência, nem desenvolveram competências para a gestão do aparato policial".

Já a diretora executiva do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo, analista sênior da instituição na época, divide a responsabilidade também com o governo federal. "Já faz alguns anos que a dinâmica dos homicídios se transformou no país. Durante a década de 90 a região sudeste concentrou esses crimes. No início dos anos 2000 a redução dos homicídios entrou na agenda política e algumas políticas foram implementadas, tais como controle de armas, financiamento para estados e municípios implementarem ações de prevenção, estruturação das polícias, incentivo ao esclarecimento dos crimes, e essas localidades sofreram uma redução. Consequentemente, regiões no Nordeste passaram a viver aumento dos homicídios".

Advogada e socióloga, ela defendia a necessidade de aprofundamento do diagnóstico das causas para afirmar os motivos de aumento tão significativo da violência nos municípios nordestinos. "As causas podem ser as mais variadas, passando por conflitos interpessoais, por dinâmicas de tráfico de drogas, vingança, entre outras. Novamente, sem o correto esclarecimento dos crimes, é difícil afirmar quais as motivações dos homicídios nas cidades do Nordeste".

TAXAS ESTIMADAS DE HOMICÍDIOS PARA OS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES (2017)

UF	Municípios	População	Homicídios registrados	Homicídios ocultos	Taxa estimada de homicídios
	Média dos municípios >100 mil habitantes	378,219	126	5	37,6
Ceará	Maracanaú	224,804	327	20	145,7
	Caucaia	362.223	2.145	23	96,6
	Fortaleza	2.627.482	89	164	87,9
	Maranguape	126,486	120	5	74,2
	Sobral	205,529	148	0	58,4
	Juazeiro do Norte	270,383	36	0	54,7
	Iguatu	102,614	60	14	48,7
	Crato	130,604	10	0	45,9
	Itapipoca	127,465	10	4	11,1

Fonte: Atlas da Violência - Retratos dos Municípios Brasileiros - 2019 / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2010 / Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde / Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas - Sistema de Informação sobre Mortalidade

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Observações:

1. O número de homicídios estimados foi obtido pela soma do número de homicídios mais homicídios ocultos. Os ocultos foram calculados pelo número de mortes violentas por causa indeterminada multiplicado pela proporção dessas mortes violentas por causa indeterminada que correspondem a homicídios, segundo estimativas de Cerqueira (2013). Todos os dados foram obtidos para o município de residência.

2. Homicídios: CIDs-10 (X85-Y09 e Y35-Y36), ou seja, óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Mortes violentas por causa indeterminada: Y10-Y34 (eventos – fatos – cuja intenção é indeterminada)

CASOS DE HOMICÍDIO - POPULAÇÃO GERAL											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020.1*
Ceará	**2.803**	**2.806**	**3.730**	**4.395**	**4.439**	**4.019**	**3.407**	**5.133**	**4.518**	**2.257**	**2.245**
Abaiara	0	0	2	0	1	3	4	2	1	0	0
Acarape	9	8	7	9	6	12	7	12	8	6	2
Acaraú	7	11	4	11	12	6	11	19	17	9	10
Acopiara	17	16	15	23	9	17	11	28	26	14	7
Aiuaba	5	5	2	0	2	1	8	5	5	1	1
Alcântaras	0	0	1	0	1	2	0	0	2	0	1
Altaneira	2	1	2	1	0	1	2	0	0	1	0
Alto Santo	5	1	8	5	6	9	5	9	2	11	4
Amontada	7	9	11	8	8	10	9	10	6	10	4
Antonina do Norte	3	0	1	1	1	1	2	0	1	2	2
Apuiarés	3	0	2	1	1	0	1	3	4	1	3
Aquiraz	41	36	57	77	55	51	57	106	91	37	51
Aracati	14	13	25	15	22	19	15	29	22	11	11
Aracoiaba	4	4	3	4	6	9	11	14	5	15	14
Ararendá	0	3	1	2	0	2	0	2	2	0	0
Araripe	5	4	5	9	7	9	9	3	8	0	3
Aratuba	3	6	5	6	3	2	3	2	5	3	3
Arneiroz	3	0	0	1	1	2	2	2	6	1	0
Assaré	2	5	7	3	6	4	9	2	4	6	1
Aurora	4	3	5	3	3	2	3	5	5	2	1
Baixio	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Banabuiú	6	3	8	6	7	7	5	5	12	15	2
Barbalha	10	17	28	22	18	25	13	21	13	8	5
Barreira	6	3	2	7	6	10	18	22	16	6	4
Barro	5	6	1	4	4	6	2	3	4	1	1
Barroquinha	1	1	1	0	3	1	0	2	2	2	1
Baturité	16	5	19	19	14	18	14	9	7	4	9
Beberibe	6	7	9	14	24	17	6	20	15	9	7
Bela Cruz	1	2	2	0	7	3	7	13	7	4	0
Boa Viagem	13	16	30	20	17	18	8	12	22	5	3
Brejo Santo	11	10	14	11	6	18	18	9	8	5	2
Camocim	3	6	7	9	13	11	19	9	12	3	1
Campos Sales	9	10	8	8	9	17	16	15	8	8	22
Canindé	19	16	16	22	22	18	18	27	38	15	18
Capistrano	3	5	4	1	2	6	9	7	11	5	4
Caridade	11	11	10	5	7	6	6	9	12	9	5
Cariré	0	1	3	3	1	2	5	3	8	2	0
Caririaçu	9	9	11	10	7	5	10	9	9	3	1
Cariús	2	2	2	1	3	1	4	9	6	3	1
Carnaubal	0	1	3	1	4	4	2	1	1	2	0

Cascavel	13	16	31	27	27	22	18	39	35	26	33
Catarina	2	1	6	3	1	4	5	6	2	1	1
Catunda	3	0	0	1	0	1	1	6	14	0	1
Caucaia	204	144	217	276	242	183	198	350	360	217	218
Cedro	5	6	4	5	6	3	2	2	8	0	8
Chaval	2	0	1	1	3	1	3	1	5	0	1
Choró	1	2	5	3	4	10	2	3	4	5	4
Chorozinho	7	2	5	17	14	19	10	21	22	25	13
Coreaú	5	6	4	4	4	4	7	12	12	8	4
Crateús	9	10	12	15	17	25	18	29	13	5	6
Crato	41	34	48	49	47	40	61	58	46	19	31
Croatá	0	0	4	0	1	2	1	2	1	1	0
Cruz	1	1	2	2	1	6	2	11	5	5	4
Deputado Irapuan Pinheiro	0	2	0	0	0	6	3	5	0	2	1
Ererê	0	1	3	1	3	1	0	0	1	1	2
Eusébio	32	24	54	63	69	32	52	49	33	24	18
Farias Brito	1	5	6	4	3	5	6	8	0	2	1
Forquilha	3	3	6	0	2	5	5	10	17	10	16
Fortaleza	1.236	1.238	1.702	1.994	1.999	1.652	1.007	1.979	1.482	663	720
Fortim	0	1	4	3	3	4	2	10	10	3	2
Frecheirinha	1	0	1	1	1	4	2	3	5	1	9
General Sampaio	0	2	2	1	2	3	1	3	4	3	1
Graça	0	1	1	1	2	1	1	0	1	1	0
Granja	7	5	8	4	8	8	6	10	7	4	2
Granjeiro	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Groaíras	1	0	3	1	2	2	0	0	3	2	0
Guaiúba	4	7	5	11	12	12	15	25	25	30	15
Guaraciaba do Norte	4	4	4	6	6	11	8	5	11	6	1
Guaramiranga	2	0	1	1	1	3	1	0	7	7	1
Hidrolândia	2	2	1	1	3	4	1	6	5	1	3
Horizonte	23	37	51	60	59	41	38	88	70	21	40
Ibaretama	3	5	4	2	1	3	1	2	2	0	2
Ibiapina	0	1	4	4	3	5	2	0	5	2	1
Ibicuitinga	4	3	7	8	6	8	19	11	10	3	13
Icapuí	3	3	6	1	2	2	4	8	4	4	7
Icó	16	15	16	22	23	19	18	22	20	5	4
Iguatu	27	24	16	23	27	31	30	37	31	15	13
Independência	1	2	2	2	4	12	6	1	6	7	7
Ipaporanga	1	2	1	0	2	0	4	1	5	2	0
Ipaumirim	2	1	1	3	1	1	0	0	2	0	0
Ipu	2	3	5	6	8	4	6	12	12	1	2

Ipueiras	6	7	5	5	6	2	5	8	9	6	2
Iracema	2	1	5	3	3	6	1	1	1	0	1
Irauçuba	5	6	3	5	7	6	15	15	0	3	0
Itaiçaba	1	0	0	0	0	2	2	0	1	0	0
Itaitinga	21	39	44	58	40	47	36	51	69	14	31
Itapajé	18	11	23	21	37	26	18	24	18	5	5
Itapipoca	19	51	33	36	20	25	22	12	22	21	14
Itapiúna	3	6	5	7	15	12	10	9	16	4	3
Itarema	2	2	10	10	6	15	16	24	49	10	18
Itatira	1	4	4	0	3	2	2	2	4	4	1
Jaguaretama	8	3	7	7	15	14	15	5	7	2	2
Jaguaribara	8	6	7	4	13	7	4	3	4	7	3
Jaguaribe	10	17	15	16	16	13	16	9	7	2	7
Jaguaruana	3	6	9	23	22	12	11	15	11	4	9
Jardim	7	1	5	4	6	6	9	7	6	2	1
Jati	2	2	0	0	0	0	1	2	0	1	0
Jijoca de Jericoacoara	8	1	3	2	11	3	13	9	11	5	6
Juazeiro do Norte	75	77	133	130	150	117	123	133	87	68	80
Jucás	1	2	5	10	7	9	13	13	12	2	6
Lavras da Mangabeira	4	4	3	4	7	3	4	12	8	1	7
Limoeiro do Norte	13	26	26	35	36	30	34	54	13	14	23
Madalena	0	4	2	1	2	1	6	11	7	3	3
Maracanaú	136	135	156	185	164	182	189	273	221	115	98
Maranguape	34	24	32	46	42	55	48	80	134	56	69
Marco	1	3	4	3	8	8	20	18	18	7	9
Martinópole	2	0	0	0	1	0	1	0	1	1	1
Massapê	4	5	6	7	12	12	2	14	13	4	7
Mauriti	10	6	6	4	5	10	11	13	15	9	6
Meruoca	2	1	0	1	4	0	0	1	0	0	1
Milagres	3	5	4	6	8	3	4	8	17	5	0
Milhã	3	1	2	4	2	4	4	3	3	8	4
Miraíma	4	3	4	1	1	0	3	3	3	1	1
Missão Velha	9	8	13	17	10	10	15	14	13	8	6
Mombaça	14	11	12	19	16	11	10	22	7	5	3
Monsenhor Tabosa	3	1	5	2	1	3	3	7	4	4	6
Morada Nova	15	16	25	42	37	60	50	44	26	19	10
Moraújo	0	2	0	0	3	0	0	1	1	0	1
Morrinhos	1	2	3	4	8	2	6	3	8	0	1
Mucambo	1	0	2	1	1	3	1	6	2	1	1
Mulungu	0	1	2	2	11	7	3	10	10	1	0
Nova Olinda	4	9	7	6	4	1	2	5	4	2	2

Nova Russas	2	13	7	2	10	7	5	12	5	4	0
Novo Oriente	5	3	2	8	7	15	2	11	9	6	3
Ocara	0	4	1	7	5	7	12	12	12	4	1
Orós	6	4	5	6	12	4	11	6	4	7	3
Pacajus	14	16	44	35	53	50	57	108	87	29	47
Pacatuba	22	18	25	40	41	43	53	55	55	32	32
Pacoti	5	4	1	6	6	5	8	12	13	6	2
Pacujá	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0
Palhano	1	0	0	1	1	1	0	2	3	0	2
Palmácia	5	3	3	3	0	2	8	7	20	4	1
Paracuru	5	7	7	11	12	9	5	17	17	12	5
Paraipaba	6	12	10	9	13	20	22	36	14	5	9
Parambu	4	7	6	4	14	6	11	14	11	6	0
Paramoti	5	0	1	1	5	5	1	0	3	3	6
Pedra Branca	14	11	13	24	19	26	17	14	16	7	3
Penaforte	2	0	0	2	3	1	1	0	0	2	1
Pentecoste	9	19	21	28	11	10	13	10	24	4	8
Pereiro	0	1	0	1	5	1	1	3	0	1	4
Pindoretama	3	6	3	6	10	7	6	8	5	3	6
Piquet Carneiro	2	3	4	1	1	3	5	5	2	2	0
Pires Ferreira	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1
Poranga	0	0	3	2	0	2	3	1	2	1	0
Porteiras	3	1	1	2	2	2	2	2	2	5	1
Potengi	1	3	1	3	2	1	6	4	2	3	0
Potiretama	0	1	0	1	0	0	2	1	0	1	1
Quiterianópolis	6	1	0	1	1	6	3	5	11	4	1
Quixadá	28	29	38	60	49	46	49	34	56	23	24
Quixelô	4	6	3	2	3	4	2	4	0	1	0
Quixeramobim	22	17	12	19	22	26	22	20	33	12	3
Quixeré	10	17	11	27	21	22	20	25	15	11	8
Redenção	9	5	9	16	27	22	26	22	17	6	5
Reriutaba	2	1	0	4	3	2	3	3	6	3	2
Russas	15	23	31	58	65	59	71	46	39	16	17
Saboeiro	7	6	4	6	2	4	1	5	10	5	9
Salitre	3	1	1	5	3	8	3	5	5	3	0
Santana do Acaraú	4	4	2	3	5	3	3	8	17	10	8
Santana do Cariri	5	2	4	7	8	4	1	3	2	3	0
Santa Quitéria	4	6	12	6	15	8	10	21	30	18	8
São Benedito	4	6	19	10	11	9	12	11	13	8	4
São Gonçalo do Amarante	16	10	18	30	22	26	24	37	35	24	11

São João do Jaguaribe	3	2	5	11	4	5	14	5	0	8	4
São Luís do Curu	3	8	2	2	6	5	5	10	11	2	8
Senador Pompeu	16	6	18	18	13	23	22	22	18	3	3
Senador Sá	0	1	1	3	3	1	1	5	1	2	0
Sobral	35	43	49	73	96	105	54	116	104	58	55
Solonópole	4	6	3	4	7	4	3	5	7	5	5
Tabuleiro do Norte	18	17	22	37	17	28	17	32	13	11	15
Tamboril	8	2	4	1	2	3	7	8	7	3	3
Tarrafas	0	0	1	1	1	0	2	1	1	2	0
Tauá	15	9	13	8	10	22	22	14	21	5	6
Tejuçuoca	3	3	0	3	4	0	5	4	4	0	0
Tianguá	9	8	20	18	20	13	23	10	29	8	10
Trairi	9	6	12	7	21	15	23	26	31	30	14
Tururu	2	6	4	10	1	1	1	4	6	3	3
Ubajara	3	6	5	15	11	8	4	4	7	4	5
Umari	0	2	1	2	1	2	0	0	0	0	0
Umirim	1	4	6	4	9	6	9	6	8	4	3
Uruburetama	8	8	4	7	4	3	8	5	2	5	5
Uruoca	2	2	5	1	2	4	1	2	3	2	1
Varjota	7	8	1	3	4	3	5	18	22	5	4
Várzea Alegre	2	5	0	2	4	4	8	1	10	2	6
Viçosa do Ceará	3	6	7	9	6	4	8	6	18	3	1

CASOS DE HOMICÍDIO - POPULAÇÃO DE 10 A 19 ANOS											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020.1*
Ceará	**533**	**532**	**792**	**883**	**1.005**	**817**	**655**	**981**	**831**	**355**	**409**
Abaiara	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Acarape	1	2	2	4	1	3	1	2	1	1	1
Acaraú	2	1	0	0	3	1	2	1	3	1	3
Acopiara	1	1	1	3	3	0	0	1	5	1	0
Aiuaba	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Alcântaras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Altaneira	2	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Alto Santo	0	0	0	0	2	1	0	4	0	2	0
Amontada	1	1	1	3	1	1	1	1	0	1	0
Antonina do Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Apuiarés	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
Aquiraz	4	6	9	18	16	11	14	20	17	6	7
Aracati	3	2	2	3	5	3	1	2	2	4	0
Aracoiaba	0	0	0	1	1	2	1	3	0	2	4
Ararendá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Araripe	0	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1
Aratuba	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0
Arneiroz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assaré	1	1	2	0	1	1	2	0	1	0	0
Aurora	0	1	0	0	0	0	1	0	2	0	0
Baixio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Banabuiú	1	0	0	0	1	1	0	0	1	3	0
Barbalha	0	3	2	0	4	5	0	0	3	1	1
Barreira	0	0	1	0	2	0	2	2	3	1	0
Barro	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Barroquinha	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
Baturité	3	0	1	4	3	3	1	2	0	0	1
Beberibe	1	1	0	1	4	4	0	3	2	1	0
Bela Cruz	0	0	0	0	1	0	3	2	1	2	0
Boa Viagem	0	3	3	3	2	2	0	1	1	0	1
Brejo Santo	0	1	0	1	1	2	1	1	0	2	0
Camocim	0	0	0	1	1	3	6	3	0	0	0
Campos Sales	1	0	0	2	4	1	2	0	2	1	3
Canindé	2	0	2	2	4	2	2	2	4	2	6
Capistrano	0	0	1	0	0	2	1	1	0	0	0
Caridade	0	0	0	1	2	0	0	0	3	1	1
Cariré	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Caririaçu	2	0	0	0	1	2	2	2	1	0	0
Cariús	1	0	0	0	0	1	1	3	1	0	0
Carnaubal	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0
Cascavel	1	4	9	9	3	4	0	4	2	4	9

Catarina	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Catunda	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
Caucaia	41	24	52	48	58	42	42	85	82	49	38
Cedro	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Chaval	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1
Choró	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Chorozinho	0	0	0	2	3	2	1	2	3	0	3
Coreaú	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0
Crateús	1	4	2	0	3	4	1	6	3	2	1
Crato	7	5	9	4	12	6	15	6	10	0	7
Croatá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cruz	0	1	0	0	1	0	1	2	0	0	0
Deputado Irapuan Pinheiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ererê	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Eusébio	5	4	11	14	12	9	14	14	6	6	4
Farias Brito	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Forquilha	1	1	1	0	0	0	3	1	5	3	6
Fortaleza	317	311	478	519	519	387	217	414	308	118	137
Fortim	0	0	0	0	2	0	0	2	2	1	0
Frecheirinha	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
General Sampaio	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0
Graça	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Granja	0	1	0	0	1	2	2	2	0	1	0
Granjeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Groaíras	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Guaiúba	0	1	0	1	2	3	4	9	1	6	6
Guaraciaba do Norte	0	1	2	1	2	1	2	0	0	1	0
Guaramiranga	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Hidrolândia	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
Horizonte	6	8	8	19	16	13	12	19	22	4	4
Ibaretama	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibiapina	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0
Ibicuitinga	0	0	0	0	0	1	4	0	2	0	2
Icapuí	0	0	1	0	1	0	1	2	1	1	2
Icó	0	3	2	5	3	5	2	0	2	0	0
Iguatu	2	1	3	3	4	4	5	4	8	0	1
Independência	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1
Ipaporanga	0	0	0	0	1	0	2	0	1	0	0
Ipaumirim	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Ipu	0	1	1	1	1	0	0	2	1	0	0
Ipueiras	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
Iracema	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Irauçuba	0	0	2	0	1	2	2	3	0	1	0
Itaiçaba	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0

Itaitinga	3	8	7	3	13	12	13	5	7	4	11
Itapajé	3	1	6	6	8	7	3	6	4	0	1
Itapipoca	2	6	4	4	0	4	3	3	1	1	0
Itapiúna	0	1	0	0	1	0	4	1	0	1	0
Itarema	0	1	0	0	0	2	2	3	13	2	9
Itatira	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Jaguaretama	1	1	2	0	5	1	2	2	1	0	0
Jaguaribara	0	1	3	1	1	2	0	0	0	0	0
Jaguaribe	2	0	1	1	1	3	3	2	1	0	2
Jaguaruana	0	0	1	3	6	1	2	2	2	1	2
Jardim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jati	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jijoca de Jericoacoara	0	0	0	0	1	0	3	1	2	2	2
Juazeiro do Norte	11	11	20	19	34	31	19	29	17	10	9
Jucás	0	0	0	0	1	2	3	3	6	0	1
Lavras da Mangabeira	0	0	0	0	1	0	2	2	0	0	1
Limoeiro do Norte	0	4	1	5	3	2	4	7	3	5	4
Madalena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Maracanaú	38	32	45	46	59	42	52	63	49	16	19
Maranguape	2	4	7	11	2	8	9	23	28	11	16
Marco	0	0	2	0	2	2	5	2	4	2	1
Martinópole	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Massapê	1	1	0	1	3	4	1	2	0	0	2
Mauriti	1	1	1	1	0	2	4	2	1	0	1
Meruoca	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Milagres	0	0	1	0	1	0	0	1	3	1	0
Milhã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Miraíma	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Missão Velha	2	1	2	3	1	0	2	1	1	0	0
Mombaça	0	1	0	0	1	1	0	3	1	0	0
Monsenhor Tabosa	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Morada Nova	2	0	3	7	6	8	9	7	2	1	1
Moraújo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Morrinhos	0	0	1	0	4	1	1	0	2	0	0
Mucambo	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Mulungu	0	0	0	0	1	1	3	2	1	0	0
Nova Olinda	2	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Nova Russas	0	2	2	0	0	0	0	4	3	0	0
Novo Oriente	2	0	0	2	2	3	0	1	2	0	0
Ocara	0	1	0	0	2	2	3	1	0	0	0
Orós	1	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0
Pacajus	0	4	6	6	12	11	16	28	16	7	6
Pacatuba	5	0	4	6	12	12	11	9	8	4	7

Pacoti	0	1	0	0	1	0	1	1	2	1	0
Pacujá	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Palhano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Palmácia	0	0	1	0	0	0	1	1	3	1	0
Paracuru	0	0	2	0	2	0	0	5	4	1	1
Paraipaba	1	3	1	0	4	4	4	9	3	1	3
Parambu	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0
Paramoti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Pedra Branca	0	2	4	2	2	7	5	4	4	0	0
Penaforte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pentecoste	1	3	2	5	4	2	1	4	7	2	3
Pereiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Pindoretama	1	1	1	0	2	4	0	1	1	1	2
Piquet Carneiro	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Pires Ferreira	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Poranga	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0
Porteiras	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Potengi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Potiretama	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quiterianópolis	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0
Quixadá	1	3	3	9	7	7	6	7	8	4	3
Quixelô	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Quixeramobim	2	1	0	3	4	3	2	3	3	2	0
Quixeré	3	2	0	2	4	6	3	1	3	2	2
Redenção	0	0	1	4	5	5	3	5	1	1	0
Reriutaba	0	1	0	0	2	0	1	0	0	1	1
Russas	1	2	4	9	8	9	11	6	9	2	1
Saboeiro	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	1
Salitre	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
Santana do Acaraú	0	0	0	1	1	0	1	0	4	3	1
Santana do Cariri	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Quitéria	0	1	2	1	4	0	1	3	5	4	3
São Benedito	1	1	4	1	1	0	2	1	2	1	1
São Gonçalo do Amarante	1	1	2	7	2	7	0	9	3	3	1
São João do Jaguaribe	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
São Luís do Curu	1	3	0	0	0	0	1	0	2	0	3
Senador Pompeu	2	0	2	2	0	7	4	4	2	1	0
Senador Sá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sobral	11	11	20	17	34	29	9	29	23	6	12
Solonópole	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	0
Tabuleiro do Norte	2	2	0	3	4	2	2	2	1	2	2
Tamboril	0	0	0	0	1	0	0	2	2	0	1
Tarrafas	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0
Tauá	1	0	2	3	3	3	3	5	2	3	0

Tejuçuoca	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0
Tianguá	2	0	4	4	5	3	5	1	4	1	2
Trairi	2	0	1	1	2	4	5	4	7	3	3
Tururu	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Ubajara	2	0	0	1	1	1	0	1	2	0	0
Umari	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Umirim	0	1	1	0	2	1	5	1	2	0	0
Uruburetama	1	2	0	1	2	1	2	0	0	0	1
Uruoca	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Varjota	2	1	0	0	0	0	0	4	3	2	0
Várzea Alegre	0	3	0	0	0	0	1	0	3	0	1
Viçosa do Ceará	0	4	1	0	0	1	2	1	4	0	1

TAXAS DE HOMICÍDIO POR 100 MIL HABITANTES - POPULAÇÃO GERAL											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020.1*
Ceará	**33,16**	**32,90**	**43,34**	**50,07**	**50,20**	**45,13**	**38,01**	**56,90**	**49,78**	**24,72**	**24,44**
Abaiara	0,00	0,00	18,49	0,00	8,91	26,42	34,83	17,23	8,57	0,00	0,00
Acarape	58,68	51,58	44,66	56,21	37,14	73,67	42,64	72,54	51,95	40,19	13,30
Acaraú	12,16	18,90	6,80	18,29	19,77	9,80	17,82	30,55	27,18	14,37	15,85
Acopiara	33,23	31,09	28,98	43,68	17,01	31,99	20,62	52,27	48,21	25,80	12,85
Aiuaba	30,86	30,60	12,14	0,00	11,84	5,88	46,79	29,08	28,90	5,75	5,72
Alcântaras	0,00	0,00	9,13	0,00	8,89	17,67	0,00	0,00	17,35	0,00	8,49
Altaneira	29,17	14,40	28,44	13,90	0,00	13,62	26,98	0,00	0,00	13,18	0,00
Alto Santo	30,56	6,08	48,47	29,82	35,67	53,33	29,54	53,02	11,70	64,15	23,26
Amontada	17,84	22,63	27,31	19,40	19,20	23,75	21,17	23,31	13,91	23,01	9,13
Antonina do Norte	42,96	0,00	14,17	13,94	13,89	13,84	27,57	0,00	13,65	27,20	27,11
Apuiarés	21,54	0,00	14,15	6,95	6,90	0,00	6,83	20,38	27,00	6,85	20,45
Aquiraz	56,45	48,94	76,55	101,07	71,46	65,62	72,67	133,96	114,37	46,09	63,01
Aracati	20,24	18,63	35,53	20,91	30,45	26,13	20,50	39,39	29,70	14,76	14,67
Aracoiaba	15,75	15,69	11,72	15,39	23,02	34,44	41,98	53,29	18,91	56,67	52,76
Ararendá	0,00	28,49	9,47	18,65	0,00	18,56	0,00	18,48	18,35	0,00	0,00
Araripe	24,17	19,26	23,98	42,51	32,97	42,28	42,16	14,02	37,12	0,00	13,85
Aratuba	26,02	52,33	43,84	52,26	26,27	17,61	26,55	17,79	44,07	25,32	25,42
Arneiroz	39,22	0,00	0,00	12,88	12,87	25,74	25,73	25,72	76,57	12,76	0,00
Assaré	8,91	22,18	30,93	13,05	26,02	17,30	38,81	8,60	17,08	25,62	4,26
Aurora	16,28	12,24	20,43	12,14	12,17	8,13	12,22	20,41	20,24	8,11	4,06
Baixio	16,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,06	0,00	0,00	0,00
Banabuiú	34,65	17,24	45,75	33,76	39,23	39,09	27,83	27,74	66,11	82,43	10,96
Barbalha	18,08	30,38	49,49	38,05	30,85	42,48	21,91	35,11	21,61	13,16	8,17
Barreira	30,65	15,18	10,02	34,36	29,22	48,34	86,39	104,87	71,55	26,76	17,72
Barro	23,24	27,74	4,60	18,10	18,02	26,93	8,94	13,37	17,70	4,41	4,39
Barroquinha	6,91	6,89	6,87	0,00	20,27	6,74	0,00	13,44	13,34	13,32	6,65
Baturité	48,02	14,88	56,11	55,05	40,31	51,50	39,82	25,46	19,68	11,19	25,04
Beberibe	12,17	14,04	17,87	27,22	46,26	32,50	11,38	37,66	28,08	16,80	12,98
Bela Cruz	3,24	6,44	6,40	0,00	21,91	9,34	21,71	40,15	21,48	12,27	0,00
Boa Viagem	24,76	30,38	56,79	37,31	31,64	33,43	14,83	22,20	40,41	9,18	5,50
Brejo Santo	24,34	21,88	30,30	23,30	12,59	37,46	37,15	18,43	16,29	10,11	4,01
Camocim	4,99	9,91	11,50	14,54	20,90	17,61	30,29	14,29	18,93	4,71	1,56
Campos Sales	33,95	37,62	30,02	29,60	33,24	62,68	58,89	55,13	29,19	29,17	80,09
Canindé	25,51	21,38	21,27	28,78	28,67	23,38	23,30	34,83	48,69	19,48	23,30
Capistrano	17,58	29,18	23,25	5,72	11,41	34,14	51,08	39,62	61,82	28,19	22,49
Caridade	54,95	54,03	48,34	23,54	32,52	27,52	27,19	40,32	53,51	39,92	21,95
Cariré	0,00	5,44	16,31	16,10	5,37	10,73	26,81	16,08	42,55	10,84	0,00
Cariríaçu	34,10	34,05	41,55	37,28	26,08	18,62	37,21	33,47	33,22	11,13	3,71
Cariús	10,77	10,77	10,76	5,31	15,95	5,32	21,27	47,86	31,66	16,04	5,35
Carnaubal	0,00	5,93	17,67	5,79	23,02	22,91	11,40	5,67	5,63	11,36	0,00
Cascavel	19,65	23,94	45,92	39,17	38,85	31,41	25,51	54,87	48,95	36,24	45,69

Catarina	10,67	5,27	31,20	15,25	5,03	19,92	24,67	29,34	9,73	4,83	4,79
Catunda	30,14	0,00	0,00	9,79	0,00	9,71	9,68	57,89	134,14	0,00	9,64
Caucaia	62,68	43,52	64,57	80,01	69,24	51,70	55,28	96,63	98,91	60,04	59,69
Cedro	20,39	24,41	16,25	20,03	24,01	11,99	7,99	7,98	31,68	0,00	31,27
Chaval	15,85	0,00	7,88	7,77	23,28	7,75	23,20	7,72	38,32	0,00	7,64
Choró	7,78	15,48	38,51	22,74	30,20	75,22	14,99	22,41	29,68	36,98	29,49
Chorozinho	37,01	10,56	26,39	88,60	72,96	99,00	52,10	109,39	113,72	123,37	64,12
Coreaú	22,77	27,14	17,98	17,66	17,56	17,48	30,43	51,93	51,60	34,58	17,21
Crateús	12,36	13,71	16,42	20,24	22,91	33,66	24,21	38,96	17,34	6,66	7,98
Crato	33,76	27,71	38,72	38,71	36,82	31,08	47,05	44,41	35,02	14,38	23,30
Croatá	0,00	0,00	23,16	0,00	5,67	11,28	5,62	11,19	5,56	5,54	0,00
Cruz	4,45	4,41	8,74	8,57	4,25	25,34	8,39	45,87	20,72	20,14	16,01
Deputado Irapuan Pinheiro	0,00	21,86	0,00	0,00	0,00	63,53	31,64	52,52	0,00	20,78	10,35
Ererê	0,00	14,53	43,34	14,20	42,41	14,08	0,00	0,00	13,87	13,89	27,68
Eusébio	69,52	51,03	112,52	127,39	137,16	62,59	100,17	93,04	62,41	44,76	33,13
Farias Brito	5,26	26,41	31,82	21,04	15,84	26,51	31,93	42,74	0,00	10,28	5,16
Forquilha	13,77	13,56	26,74	0,00	8,59	21,24	21,01	41,59	70,34	41,29	65,43
Fortaleza	50,40	49,99	68,07	78,14	77,72	63,75	38,59	75,32	56,07	24,84	26,80
Fortim	0,00	6,65	26,26	19,23	19,01	25,08	12,41	61,46	61,14	18,20	12,03
Frecheirinha	7,70	0,00	7,59	7,46	7,42	29,54	14,70	21,95	36,34	7,11	63,68
General Sampaio	0,00	31,64	31,14	15,17	29,94	44,36	14,61	43,34	57,50	39,38	13,00
Graça	0,00	6,64	6,63	6,54	13,08	6,54	6,54	0,00	6,48	6,94	0,00
Granja	13,30	9,57	15,23	7,49	14,90	14,84	11,08	18,39	12,79	7,31	3,64
Granjeiro	21,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,60	22,38	20,64	20,77
Groaíras	9,78	0,00	28,72	9,37	18,59	18,44	0,00	0,00	27,09	18,07	0,00
Guaiúba	16,60	28,67	20,22	43,46	46,91	46,44	57,49	94,95	94,44	115,10	57,06
Guaraciaba do Norte	10,59	10,53	10,47	15,45	15,39	28,10	20,36	12,68	27,70	14,76	2,45
Guaramiranga	48,03	0,00	25,28	25,58	26,23	80,65	27,53	0,00	194,71	134,80	19,49
Hidrolândia	10,35	10,29	5,12	5,03	15,02	19,95	4,97	29,68	24,57	5,01	14,96
Horizonte	41,68	65,11	87,30	99,04	95,16	64,70	58,76	133,48	105,88	31,19	58,37
Ibaretama	23,22	38,61	30,82	15,20	7,59	22,75	7,57	15,13	15,02	0,00	14,96
Ibiapina	0,00	4,18	16,63	16,35	12,22	20,28	8,08	0,00	20,00	8,00	3,99
Ibicuitinga	35,29	26,13	60,23	67,28	49,95	65,95	155,20	89,07	80,52	23,95	102,94
Icapuí	16,31	16,15	32,01	5,23	10,38	10,30	20,46	40,64	20,20	20,07	34,90
Icó	24,44	22,84	24,28	32,89	34,31	28,27	26,73	32,60	29,42	7,35	5,87
Iguatu	27,98	24,66	16,30	22,99	26,80	30,58	29,41	36,06	30,02	14,63	12,61
Independência	3,91	7,81	7,81	7,71	15,41	46,23	23,11	3,85	22,93	26,74	26,73
Ipaporanga	8,82	17,62	8,80	0,00	17,39	0,00	34,79	8,70	43,15	17,25	0,00
Ipaumirim	16,65	8,30	8,28	24,48	8,14	8,13	0,00	0,00	16,08	0,00	0,00
Ipu	4,96	7,42	12,32	14,57	19,37	9,66	14,46	28,86	28,66	2,38	4,76
Ipueiras	15,85	18,51	13,24	13,10	15,75	5,26	13,17	21,11	23,56	15,72	5,25
Iracema	14,58	7,26	36,21	21,41	21,36	42,64	7,09	7,08	7,03	0,00	6,98
Irauçuba	22,40	26,62	13,19	21,55	29,95	25,49	63,28	62,87	0,00	12,42	0,00
Itaiçaba	13,67	0,00	0,00	0,00	0,00	26,12	25,98	0,00	12,84	0,00	0,00

Itaitinga	58,63	107,37	119,52	153,83	104,90	121,95	92,47	129,74	174,60	36,86	80,89
Itapajé	37,23	22,49	46,81	41,82	73,02	50,87	34,93	46,20	34,46	9,49	9,42
Itapipoca	16,37	43,32	27,66	29,46	16,18	20,01	17,43	9,41	17,17	16,23	10,72
Itapiúna	16,11	31,88	26,30	36,07	76,65	60,84	50,32	44,97	79,47	19,63	14,62
Itarema	5,34	5,26	25,94	25,32	15,02	37,13	39,19	58,21	118,23	23,91	42,64
Itatira	5,29	20,89	20,62	0,00	14,94	9,86	9,76	9,67	19,24	18,48	4,58
Jaguaretama	44,79	16,81	39,24	38,80	83,25	77,79	83,44	27,84	38,67	11,01	11,02
Jaguaribara	76,93	56,99	65,72	36,72	118,19	63,05	35,71	26,56	35,21	61,40	26,11
Jaguaribe	29,06	49,47	43,71	46,13	46,21	37,61	46,37	26,13	20,16	5,77	20,21
Jaguaruana	9,31	18,50	27,60	69,33	66,02	35,85	32,73	44,46	32,38	11,87	26,60
Jardim	26,23	3,74	18,71	14,78	22,17	22,16	33,24	25,85	21,99	7,36	3,68
Jati	26,11	26,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,78	25,49	0,00	12,33	0,00
Jijoca de Jericoacoara	47,05	5,75	16,91	10,93	59,09	15,85	67,62	46,13	56,16	25,23	29,87
Juazeiro do Norte	30,01	30,45	52,02	49,75	56,88	43,98	45,85	49,19	31,99	24,80	28,96
Jucás	4,20	8,37	20,85	41,07	28,67	36,77	52,97	52,85	48,44	8,05	24,10
Lavras da Mangabeira	12,87	12,87	9,65	12,72	22,29	9,56	12,76	38,30	25,33	3,17	22,23
Limoeiro do Norte	23,11	45,80	46,22	61,01	62,30	51,57	58,07	91,66	21,93	23,51	38,40
Madalena	0,00	21,82	10,77	5,26	10,40	5,15	30,59	55,56	35,17	15,24	15,10
Maracanaú	65,05	63,90	73,10	84,89	74,63	82,17	84,68	121,44	97,73	50,46	42,71
Maranguape	29,94	20,79	27,28	38,20	34,42	44,51	38,38	63,25	105,43	43,42	52,94
Marco	4,05	11,98	15,78	11,56	30,51	30,21	74,80	66,71	66,35	25,58	32,61
Martinópole	19,58	0,00	0,00	0,00	9,26	0,00	9,10	0,00	8,97	8,90	8,83
Massapê	11,37	14,04	16,65	18,99	32,25	31,95	5,28	36,64	33,83	10,33	17,93
Mauriti	22,60	13,47	13,38	8,76	10,90	21,69	23,74	27,93	32,01	18,76	12,46
Meruoca	14,61	7,21	0,00	6,96	27,53	0,00	0,00	6,69	0,00	0,00	6,59
Milagres	10,59	17,69	14,18	21,06	28,15	10,58	14,14	28,34	59,72	18,17	0,00
Milhã	22,93	7,65	15,31	30,29	15,17	30,37	30,41	22,84	22,66	60,81	30,44
Miraíma	31,25	23,24	30,75	7,54	7,49	0,00	22,21	22,09	21,95	7,24	7,20
Missão Velha	26,26	23,25	37,65	48,49	28,45	28,38	42,46	39,54	36,45	22,60	16,91
Mombaça	32,79	25,71	27,98	43,69	36,73	25,22	22,89	50,30	15,89	11,42	6,84
Monsenhor Tabosa	17,96	5,98	29,83	11,78	5,88	17,63	17,62	41,08	23,30	23,21	34,78
Morada Nova	24,17	25,85	40,51	67,43	59,59	96,93	81,01	71,49	41,89	30,70	16,20
Moraújo	0,00	24,54	0,00	0,00	35,47	0,00	0,00	11,58	11,51	0,00	11,39
Morrinhos	4,83	9,56	14,21	18,55	36,80	9,13	27,19	13,50	35,79	0,00	4,41
Mucambo	7,09	0,00	14,14	6,98	6,97	20,90	6,96	41,73	13,81	6,88	6,87
Mulungu	0,00	8,56	16,84	16,40	88,97	55,88	23,66	77,94	77,57	9,24	0,00
Nova Olinda	28,06	62,40	47,99	40,25	26,58	6,59	13,06	32,40	25,77	12,85	12,75
Nova Russas	6,46	41,81	22,43	6,31	31,46	21,96	15,65	37,46	15,50	12,37	0,00
Novo Oriente	18,21	10,89	7,23	28,50	24,87	53,15	7,07	38,80	31,52	20,97	10,46
Ocara	0,00	16,53	4,10	28,19	20,02	27,86	47,50	47,26	46,95	15,56	3,87
Orós	28,05	18,74	23,48	27,90	55,95	18,70	51,54	28,18	18,63	32,67	14,03
Pacajus	22,64	25,32	68,19	52,62	78,31	72,67	81,57	152,30	122,20	40,16	64,22
Pacatuba	30,43	24,36	33,15	51,46	51,85	53,50	64,93	66,41	66,14	38,35	37,85
Pacoti	43,08	34,35	8,56	50,60	50,49	41,98	67,02	100,33	107,92	48,94	16,28

Pacujá	16,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,12	0,00	30,61	0,00
Palhano	11,28	0,00	0,00	10,96	10,91	10,86	0,00	21,54	32,09	0,00	21,23
Palmácia	41,65	24,65	24,33	23,76	0,00	15,51	61,43	53,25	151,35	30,03	7,44
Paracuru	15,80	21,91	21,70	33,42	36,17	26,93	14,85	50,16	49,86	34,21	14,16
Paraipaba	19,97	39,48	32,54	28,65	41,00	62,53	68,20	110,72	42,81	15,27	27,28
Parambu	12,78	22,41	19,26	12,71	44,62	19,17	35,24	44,96	35,03	19,03	0,00
Paramoti	44,22	0,00	8,80	8,68	43,35	43,29	8,65	0,00	25,72	24,54	48,97
Pedra Branca	33,42	26,20	30,91	56,28	44,50	60,82	39,72	32,68	37,07	16,18	6,93
Penaforte	24,31	0,00	0,00	23,08	34,31	11,34	11,25	0,00	0,00	22,03	10,94
Pentecoste	25,42	53,35	58,62	76,83	30,05	27,19	35,20	26,97	64,30	10,60	21,11
Pereiro	0,00	6,33	0,00	6,23	31,08	6,21	6,20	18,56	0,00	6,13	24,49
Pindoretama	16,06	31,63	15,59	30,41	50,06	34,64	29,37	38,75	24,10	14,59	28,89
Piquet Carneiro	12,93	19,17	25,28	6,18	6,13	18,22	30,12	29,88	11,89	11,79	0,00
Pires Ferreira	0,00	0,00	9,65	0,00	9,42	0,00	9,32	0,00	9,21	0,00	9,09
Poranga	0,00	0,00	24,91	16,39	0,00	16,36	24,52	8,17	16,22	8,11	0,00
Porteiras	19,92	6,66	6,68	13,24	13,28	13,32	13,36	13,40	13,29	33,34	6,69
Potengi	9,73	28,95	9,57	28,17	18,65	9,27	55,27	36,64	18,20	27,16	0,00
Potiretama	0,00	16,25	0,00	15,93	0,00	0,00	31,56	15,73	0,00	15,58	15,54
Quiterianópolis	30,12	4,99	0,00	4,88	4,85	29,00	14,44	23,97	52,38	18,97	4,72
Quixadá	34,74	35,61	46,20	71,44	57,86	53,90	56,98	39,26	64,28	26,22	27,17
Quixelô	26,67	40,12	20,12	13,29	20,00	26,76	13,42	26,92	0,00	6,18	0,00
Quixeramobim	30,60	23,33	16,26	25,14	28,80	33,69	28,23	25,43	41,73	14,80	3,67
Quixeré	51,51	86,70	52,86	127,11	98,09	101,98	92,05	114,28	68,16	49,66	35,89
Redenção	34,07	18,84	33,76	59,07	99,33	80,67	95,04	80,17	61,52	20,65	17,16
Reriutaba	10,28	5,18	0,00	20,75	15,67	10,52	15,88	15,98	31,67	16,22	10,88
Russas	21,48	32,49	43,22	78,98	87,55	78,65	93,71	60,15	50,73	20,46	21,55
Saboeiro	44,44	38,18	25,51	37,89	12,66	25,39	6,36	31,89	63,26	31,61	57,01
Salitre	19,41	6,42	6,38	31,30	18,67	49,50	18,46	30,62	30,42	18,12	0,00
Santana do Acaraú	13,36	13,23	6,55	9,64	15,94	9,49	9,43	24,98	52,77	30,81	24,50
Santana do Cariri	29,12	11,63	23,23	40,13	45,83	22,90	5,72	17,15	11,35	16,95	0,00
Santa Quitéria	9,35	14,02	28,02	13,84	34,59	18,45	23,06	48,43	68,66	41,19	18,30
São Benedito	9,05	13,48	42,39	21,90	23,96	19,49	25,85	23,58	27,69	16,70	8,31
São Gonçalo do Amarante	36,45	22,46	39,88	64,87	47,03	54,97	50,22	76,66	72,14	49,56	22,51
SãoJoão do Jaguaribe	37,97	25,50	64,20	140,50	51,45	64,76	182,53	65,61	0,00	104,64	52,62
São Luís do Curu	24,33	64,53	16,05	15,79	47,20	39,18	39,05	77,83	85,02	15,38	61,33
Senador Pompeu	60,45	22,71	68,23	67,53	48,87	86,64	83,03	83,19	67,51	11,77	11,79
Senador Sá	0,00	14,39	14,20	41,61	41,15	13,57	13,44	66,55	13,24	26,24	0,00
Sobral	18,59	22,55	25,37	36,93	48,06	52,04	26,51	56,44	50,33	27,76	26,10
Solonópole	22,64	33,86	16,88	22,19	38,76	22,11	16,55	27,54	38,27	27,29	27,24
Tabuleiro do Norte	61,64	57,89	74,52	123,26	56,40	92,52	55,96	104,96	42,35	35,83	48,69
Tamboril	31,43	7,87	15,75	3,89	7,80	11,72	27,39	31,34	27,20	11,43	11,44
Tarrafas	0,00	0,00	11,28	11,17	11,21	0,00	22,54	11,30	11,20	23,28	0,00
Tauá	26,92	16,07	23,09	13,97	17,40	38,13	37,99	24,09	35,89	8,49	10,16
Tejuçuoca	17,83	17,56	0,00	16,59	21,86	0,00	26,73	21,16	21,05	0,00	0,00

Tianguá	13,06	11,47	28,36	24,96	27,47	17,69	31,04	13,38	38,59	10,53	13,07
Trairi	17,50	11,55	22,87	13,07	38,89	27,56	41,96	47,10	55,82	53,65	24,87
Tururu	13,88	41,01	26,94	65,69	6,49	6,41	6,34	25,10	37,46	18,44	18,26
Ubajara	9,44	18,66	15,39	45,17	32,83	23,67	11,74	11,65	20,27	11,50	14,27
Umari	0,00	26,48	13,22	26,11	13,05	26,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Umirim	5,32	21,15	31,54	20,67	46,30	30,74	45,91	30,49	40,38	20,18	15,07
Uruburetama	40,48	39,94	19,72	33,71	19,06	14,15	37,36	23,14	9,21	22,88	22,69
Uruoca	15,52	15,40	38,18	7,49	14,89	29,59	7,35	14,62	21,80	14,45	7,19
Varjota	39,79	45,27	5,64	16,64	22,12	16,54	27,49	98,69	119,77	27,14	21,66
Várzea Alegre	5,20	12,92	0,00	5,04	10,03	9,98	19,87	2,47	24,57	4,91	14,67
Viçosa do Ceará	5,46	10,77	12,41	15,59	10,29	6,79	13,45	10,00	29,82	4,93	1,63

TAXAS DE HOMICÍDIO POR 100 MIL HABITANTES - POPULAÇÃO DE 10 A 19 ANOS											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020.1*
Ceará	**31,46**	**31,54**	**47,17**	**52,28**	**59,90**	**49,05**	**39,63**	**59,85**	**51,14**	**22,04**	**25,63**
Abaiara	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,88	0,00	0,00	0,00	0,00
Acarape	29,57	58,69	58,29	114,53	28,48	85,05	28,23	56,23	30,32	31,39	31,28
Acaraú	15,51	7,76	0,00	0,00	23,21	7,77	15,62	7,86	23,75	8,02	24,21
Acopiara	10,44	10,65	10,88	32,96	33,75	0,00	0,00	12,15	62,27	12,79	0,00
Aiuaba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,62	0,00	0,00
Alcântaras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Altaneira	136,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63,49	0,00	0,00	62,26	0,00
Alto Santo	0,00	0,00	0,00	0,00	68,64	35,16	0,00	148,09	0,00	77,91	0,00
Amontada	10,57	10,50	10,44	30,78	10,22	10,18	10,15	10,13	0,00	10,14	0,00
Antonina do Norte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67,35
Apuiarés	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,38	33,49	0,00	34,49
Aquiraz	27,30	40,88	61,25	121,07	107,74	74,20	94,66	135,62	116,01	41,07	48,11
Aracati	22,21	14,93	15,06	22,55	37,99	23,06	7,78	15,76	15,97	32,37	0,00
Aracoiaba	0,00	0,00	0,00	18,65	18,81	37,96	19,15	58,00	0,00	39,32	79,42
Ararendá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Araripe	0,00	20,72	20,66	0,00	20,33	20,29	20,25	20,22	20,10	0,00	20,04
Aratuba	0,00	0,00	36,52	36,34	0,00	0,00	37,14	0,00	0,00	0,00	0,00
Arneiroz	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assaré	19,96	19,89	39,63	0,00	19,47	19,43	38,77	0,00	19,22	0,00	0,00
Aurora	0,00	20,37	0,00	0,00	0,00	0,00	22,11	0,00	45,52	0,00	0,00
Baixio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Banabuiú	24,52	0,00	0,00	0,00	23,41	23,23	0,00	0,00	22,65	67,50	0,00
Barbalha	0,00	28,25	19,09	0,00	38,93	49,52	0,00	0,00	31,59	10,73	10,98
Barreira	0,00	0,00	23,03	0,00	45,46	0,00	45,50	45,55	64,60	21,65	0,00
Barro	0,00	0,00	24,26	0,00	0,00	0,00	25,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Barroquinha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,90	29,86	0,00	0,00
Baturité	42,37	0,00	14,06	55,50	41,60	41,58	13,86	27,73	0,00	0,00	13,89
Beberibe	9,97	9,99	0,00	9,94	39,94	40,16	0,00	30,50	20,50	10,37	0,00
Bela Cruz	0,00	0,00	0,00	0,00	14,48	0,00	44,06	29,59	14,87	30,11	0,00
Boa Viagem	0,00	26,18	26,26	26,05	17,44	17,52	0,00	8,84	8,83	0,00	8,93
Brejo Santo	0,00	11,13	0,00	11,25	11,39	23,10	11,72	11,91	0,00	24,68	0,00
Camocim	0,00	0,00	0,00	7,45	7,49	22,58	45,40	22,83	0,00	0,00	0,00
Campos Sales	18,15	0,00	0,00	36,94	74,68	18,88	38,18	0,00	38,85	19,68	59,75
Canindé	12,12	0,00	12,16	12,04	24,15	12,11	12,15	12,20	24,39	12,45	37,48
Capistrano	0,00	0,00	27,07	0,00	0,00	55,17	27,89	28,20	0,00	0,00	0,00
Caridade	0,00	0,00	0,00	21,80	43,27	0,00	0,00	0,00	63,81	21,29	21,20
Cariré	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cariríaçu	33,20	0,00	0,00	0,00	17,14	34,70	35,13	35,56	17,88	0,00	0,00
Cariús	26,33	0,00	0,00	0,00	0,00	27,28	27,56	83,53	27,91	0,00	0,00
Carnaubal	0,00	26,15	0,00	0,00	0,00	26,48	0,00	0,00	0,00	27,60	0,00
Cascavel	7,45	29,67	66,55	65,61	21,84	29,09	0,00	29,06	14,55	29,20	65,72

Catarina	0,00	0,00	0,00	0,00	34,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Catunda	48,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53,98	54,85	0,00	57,84
Caucaia	59,78	34,61	74,21	67,11	80,46	57,86	57,49	115,68	111,68	67,59	52,16
Cedro	0,00	21,53	0,00	0,00	0,00	0,00	22,88	0,00	0,00	0,00	47,96
Chaval	0,00	0,00	0,00	34,54	0,00	0,00	0,00	0,00	35,02	0,00	35,30
Choró	0,00	0,00	0,00	31,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,25
Chorozinho	0,00	0,00	0,00	48,96	74,05	49,78	25,10	50,64	76,04	0,00	73,85
Coreaú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,65	19,18	0,00	0,00	0,00
Crateús	7,16	28,99	14,66	0,00	22,28	30,09	7,62	46,36	23,35	15,78	8,00
Crato	29,88	21,45	38,84	17,18	51,97	26,22	66,16	26,74	45,09	0,00	32,33
Croatá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruz	0,00	20,23	0,00	0,00	20,51	0,00	20,94	42,37	0,00	0,00	0,00
Deputado Irapuan Pinheiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ererê	0,00	0,00	78,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Eusébio	52,33	41,53	113,47	142,11	121,44	90,92	141,32	141,36	61,25	61,33	40,97
Farias Brito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,68	0,00	0,00	0,00
Forquilha	21,89	21,74	21,61	0,00	0,00	0,00	63,24	21,05	105,63	63,82	127,55
Fortaleza	73,27	72,66	112,97	122,79	124,54	94,27	53,70	104,19	78,93	30,69	36,31
Fortim	0,00	0,00	0,00	0,00	64,39	0,00	0,00	65,10	65,69	33,08	0,00
Frecheirinha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,51	0,00	0,00
General Sampaio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63,76	0,00	62,77	62,70	0,00	0,00
Graça	0,00	0,00	0,00	0,00	29,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Granja	0,00	7,92	0,00	0,00	7,65	15,20	15,10	15,00	0,00	7,41	0,00
Granjeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Groaíras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,75	0,00	0,00
Guaiúba	0,00	18,49	0,00	18,04	35,91	53,64	71,24	159,77	17,76	108,88	108,59
Guaraciaba do Norte	0,00	11,49	22,98	11,36	22,76	11,40	22,84	0,00	0,00	11,24	0,00
Guaramiranga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119,77	0,00	0,00
Hidrolândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,39	26,61	0,00	0,00
Horizonte	52,79	68,77	67,32	155,14	128,46	102,78	93,55	146,24	169,95	30,54	30,20
Ibaretama	33,12	32,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ibiapina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,28	19,51	0,00	19,95	0,00	0,00
Ibicuitinga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,79	186,21	0,00	96,83	0,00	100,76
Icapuí	0,00	0,00	31,87	0,00	33,33	0,00	35,52	73,55	38,17	39,67	82,66
Icó	0,00	23,01	15,58	39,14	23,90	40,55	16,52	0,00	17,09	0,00	0,00
Iguatu	11,83	6,02	18,41	18,57	25,32	25,91	33,19	27,25	55,95	0,00	7,50
Independência	0,00	0,00	0,00	19,90	0,00	20,32	20,53	0,00	0,00	0,00	21,27
Ipaporanga	0,00	0,00	0,00	0,00	42,17	0,00	85,43	0,00	42,95	0,00	0,00
Ipaumirim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53,69	0,00	0,00
Ipu	0,00	11,58	11,66	11,60	11,69	0,00	0,00	23,97	12,03	0,00	0,00
Ipueiras	11,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,16	12,16	0,00	0,00
Iracema	0,00	0,00	42,16	0,00	0,00	46,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irauçuba	0,00	0,00	37,64	0,00	18,50	36,94	36,89	55,27	0,00	18,40	0,00
Itaiçaba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,52	84,90	0,00	0,00	0,00	0,00

Itaitinga	40,20	106,79	93,16	39,39	170,60	157,48	170,72	65,75	92,58	55,67	153,43
Itapajé	28,30	9,38	56,40	55,53	73,82	64,44	27,56	55,04	36,72	0,00	9,15
Itapipoca	7,90	23,69	15,81	15,66	0,00	15,78	11,90	11,97	4,03	4,06	0,00
Itapiúna	0,00	23,35	0,00	0,00	22,63	0,00	89,60	22,30	0,00	22,01	0,00
Itarema	0,00	11,41	0,00	0,00	0,00	22,33	22,32	33,48	145,83	22,46	101,19
Itatira	22,12	21,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,02	0,00
Jaguaretama	26,27	26,51	53,52	0,00	134,79	27,23	55,01	55,56	27,81	0,00	0,00
Jaguaribara	0,00	52,16	158,69	53,12	54,05	110,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jaguaribe	29,75	0,00	15,50	15,64	15,99	49,04	50,17	34,22	17,35	0,00	36,40
Jaguaruana	0,00	0,00	15,78	47,27	95,63	16,13	32,66	33,09	33,43	17,14	34,76
Jardim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jijoca de Jericoacoara	0,00	0,00	0,00	0,00	26,95	0,00	81,52	27,34	55,65	56,22	56,71
Juazeiro do Norte	22,18	22,19	40,39	38,00	68,21	62,42	38,42	58,93	34,80	20,57	18,62
Jucás	0,00	0,00	0,00	0,00	20,25	40,86	61,84	62,40	125,36	0,00	21,29
Lavras da Mangabeira	0,00	0,00	0,00	0,00	16,90	0,00	35,06	35,72	0,00	0,00	18,80
Limoeiro do Norte	0,00	39,20	10,05	50,12	30,36	20,45	41,36	73,22	31,76	53,67	43,50
Madalena	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,95	41,35
Maracanaú	90,85	76,88	108,71	110,57	142,92	102,60	128,20	156,83	123,38	40,68	48,85
Maranguape	8,43	16,74	29,13	45,05	8,17	32,59	36,60	93,47	114,45	44,79	65,17
Marco	0,00	0,00	35,10	0,00	34,46	34,37	85,78	34,27	68,71	34,33	17,16
Martinópole	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,00	0,00	0,00
Massapê	12,37	12,24	0,00	11,85	35,23	46,59	11,55	22,94	0,00	0,00	22,51
Mauriti	10,17	10,18	10,19	10,09	0,00	20,29	40,70	20,42	10,22	0,00	10,11
Meruoca	33,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Milagres	0,00	0,00	18,74	0,00	19,42	0,00	0,00	20,95	63,85	22,57	0,00
Milhã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43,43	0,00
Miraíma	67,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67,74	0,00	0,00	0,00
Missão Velha	27,65	13,95	28,17	42,17	14,21	0,00	29,06	14,70	14,81	0,00	0,00
Mombaça	0,00	11,62	0,00	0,00	12,04	12,25	0,00	38,07	12,85	0,00	0,00
Monsenhor Tabosa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,76	0,00	0,00	0,00	89,30
Morada Nova	16,18	0,00	25,36	59,81	52,48	71,65	82,57	65,81	19,06	9,78	10,03
Moraújo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,82	0,00	0,00
Morrinhos	0,00	0,00	21,41	0,00	84,84	21,25	21,31	0,00	42,92	0,00	0,00
Mucambo	0,00	0,00	0,00	33,08	0,00	0,00	0,00	34,64	0,00	0,00	0,00
Mulungu	0,00	0,00	0,00	0,00	40,04	40,05	120,30	80,37	40,55	0,00	0,00
Nova Olinda	64,52	96,73	0,00	31,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nova Russas	0,00	32,27	32,68	0,00	0,00	0,00	0,00	69,47	52,70	0,00	0,00
Novo Oriente	33,36	0,00	0,00	32,82	32,80	49,17	0,00	16,38	32,59	0,00	0,00
Ocara	0,00	19,34	0,00	0,00	39,37	39,82	60,45	20,40	0,00	0,00	0,00
Orós	26,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64,60	0,00	0,00	35,91	0,00
Pacajus	0,00	31,06	45,96	44,90	88,88	80,72	116,44	202,26	115,96	50,39	42,93
Pacatuba	34,34	0,00	27,27	40,40	80,87	81,05	74,55	61,28	55,32	28,13	49,56
Pacoti	0,00	39,62	0,00	0,00	39,88	0,00	40,44	40,73	81,65	40,49	0,00
Pacujá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81,38	0,00	0,00	0,00

Palhano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122,15
Palmácia	0,00	0,00	39,12	0,00	0,00	0,00	39,07	39,24	118,73	39,82	0,00
Paracuru	0,00	0,00	29,93	0,00	29,77	0,00	0,00	75,43	60,71	14,93	15,02
Paraipaba	15,25	45,47	15,07	0,00	59,06	58,86	58,69	131,72	43,90	14,69	44,00
Parambu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,99	15,12	15,26	15,23	0,00	0,00
Paramoti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,32
Pedra Branca	0,00	21,99	44,24	22,00	22,15	78,07	56,16	45,26	45,30	0,00	0,00
Penaforte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pentecoste	13,08	39,39	26,38	65,51	52,72	26,53	13,35	53,77	94,51	27,00	40,80
Pereiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,09
Pindoretama	27,15	26,99	26,85	0,00	52,73	105,25	0,00	26,26	26,39	26,89	53,79
Piquet Carneiro	35,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,97	0,00	0,00	0,00
Pires Ferreira	0,00	0,00	0,00	0,00	41,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Poranga	0,00	0,00	0,00	37,17	0,00	0,00	37,86	0,00	38,09	0,00	0,00
Porteiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,93	0,00	39,75	0,00
Potengi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Potiretama	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quiterianópolis	0,00	0,00	0,00	0,00	24,33	0,00	0,00	0,00	50,45	0,00	0,00
Quixadá	5,81	17,31	17,22	50,83	39,39	39,27	33,56	39,06	44,59	22,24	16,65
Quixelô	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quixeramobim	13,31	6,59	0,00	19,20	25,41	18,93	12,54	18,71	18,67	12,18	0,00
Quixeré	76,71	51,13	0,00	48,15	96,51	145,16	72,81	24,36	73,41	49,15	49,36
Redenção	0,00	0,00	18,03	71,64	90,08	90,65	54,74	91,85	18,42	17,70	0,00
Reriutaba	0,00	24,28	0,00	0,00	50,20	0,00	25,87	0,00	0,00	27,12	27,51
Russas	7,28	14,57	29,18	65,08	58,08	65,66	80,69	44,29	67,14	14,91	7,51
Saboeiro	0,00	0,00	60,02	0,00	30,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,02
Salitre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,98	0,00	0,00	0,00	28,16	0,00
Santana do Acaraú	0,00	0,00	0,00	14,30	14,28	0,00	14,27	0,00	57,13	42,82	14,28
Santana do Cariri	25,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Quitéria	0,00	10,87	21,95	10,95	44,29	0,00	11,32	34,33	57,41	46,45	35,23
São Benedito	10,09	10,14	40,75	10,13	10,19	0,00	20,67	10,42	20,97	10,41	10,50
São Gonçalo do Amarante	10,61	10,55	20,97	72,22	20,57	71,78	0,00	91,96	30,75	31,07	10,35
São João do Jaguaribe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88,20	0,00	0,00	93,63	0,00
São Luís do Curu	39,32	118,81	0,00	0,00	0,00	0,00	40,87	0,00	83,10	0,00	127,09
Senador Pompeu	37,91	0,00	38,74	38,69	0,00	138,55	80,08	81,00	40,56	21,42	0,00
Senador Sá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobral	28,07	27,96	50,69	42,51	84,95	72,44	22,49	72,55	57,81	15,07	30,19
Solonópole	0,00	0,00	0,00	28,98	0,00	0,00	29,69	0,00	30,03	30,29	0,00
Tabuleiro do Norte	36,60	36,79	0,00	55,17	74,07	37,30	37,58	37,87	19,03	38,50	38,82
Tamboril	0,00	0,00	0,00	0,00	18,43	0,00	0,00	38,17	38,27	0,00	19,18
Tarrafas	0,00	0,00	0,00	0,00	52,34	0,00	52,89	0,00	0,00	0,00	0,00
Tauá	8,93	0,00	18,14	27,12	27,37	27,65	27,93	47,04	18,96	28,69	0,00
Tejuçuoca	26,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,78	27,01	27,40	0,00	0,00
Tianguá	13,08	0,00	25,95	25,59	31,93	19,14	31,88	6,38	25,57	6,38	12,77

Trairi	16,79	0,00	8,38	8,28	16,58	33,22	41,62	33,38	58,63	25,20	25,28
Tururu	0,00	0,00	0,00	29,22	0,00	0,00	0,00	28,72	0,00	0,00	0,00
Ubajara	30,38	0,00	0,00	15,14	15,22	15,30	0,00	15,50	31,28	0,00	0,00
Umari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Umirim	0,00	22,47	22,37	0,00	43,90	21,89	109,13	21,77	43,31	0,00	0,00
Uruburetama	22,63	45,00	0,00	22,03	43,93	21,91	43,75	0,00	0,00	0,00	21,94
Uruoca	0,00	32,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,51	0,00	0,00	0,00
Varjota	50,72	25,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,39	75,04	50,07	0,00
Várzea Alegre	0,00	40,70	0,00	0,00	0,00	0,00	14,35	0,00	44,35	0,00	15,35
Viçosa do Ceará	0,00	29,33	7,24	0,00	0,00	6,91	13,69	6,78	26,95	0,00	6,61

ANÁLISE

Prefeituras têm muito a fazer na área da segurança, mas lógica precisa mudar

Ricardo Moura • Jornalista
Mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará

A IDEIA DE UMA "SEGURANÇA PÚBLICA" como um direito do cidadão garantido pelo Estado é recente. Remonta à Constituição Federal de 1988. Nesses pouco mais de 30 anos, a sociedade brasileira e a classe política pouco avançaram em fazer com que esse direito saísse do papel e se tornasse verdadeiramente efetivo. Criado em 2018, o Sistema Único da Segurança Pública (Susp)[1] reúne em si a possibilidade de que isso possa vir a acontecer, mas o sistema precisa estar no centro do debate sobre criminalidade e violência.

Em seu artigo 2º, o Susp afirma que "a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Munícipios, no âmbito das competências e atribuições legais de cada um". A ênfase dada aos municípios como atores relevantes no sistema faz com que os gestores municipais também passem a ser avaliados por sua contribuição na promoção da segurança da população.

O cenário atual aponta para um aumento da violência letal, ao contrário de 2019 em que os índices estiveram em queda ao longo de todo o ano. Nos oito primeiros meses de 2020, os homicídios aumentaram 32% em Fortaleza, por exemplo. Até mesmo a proporção da Capital no registro de assassinatos no estado cresceu, passando de 29,7% para 31,4%. O que os municípios podem fazer diante desse quadro?

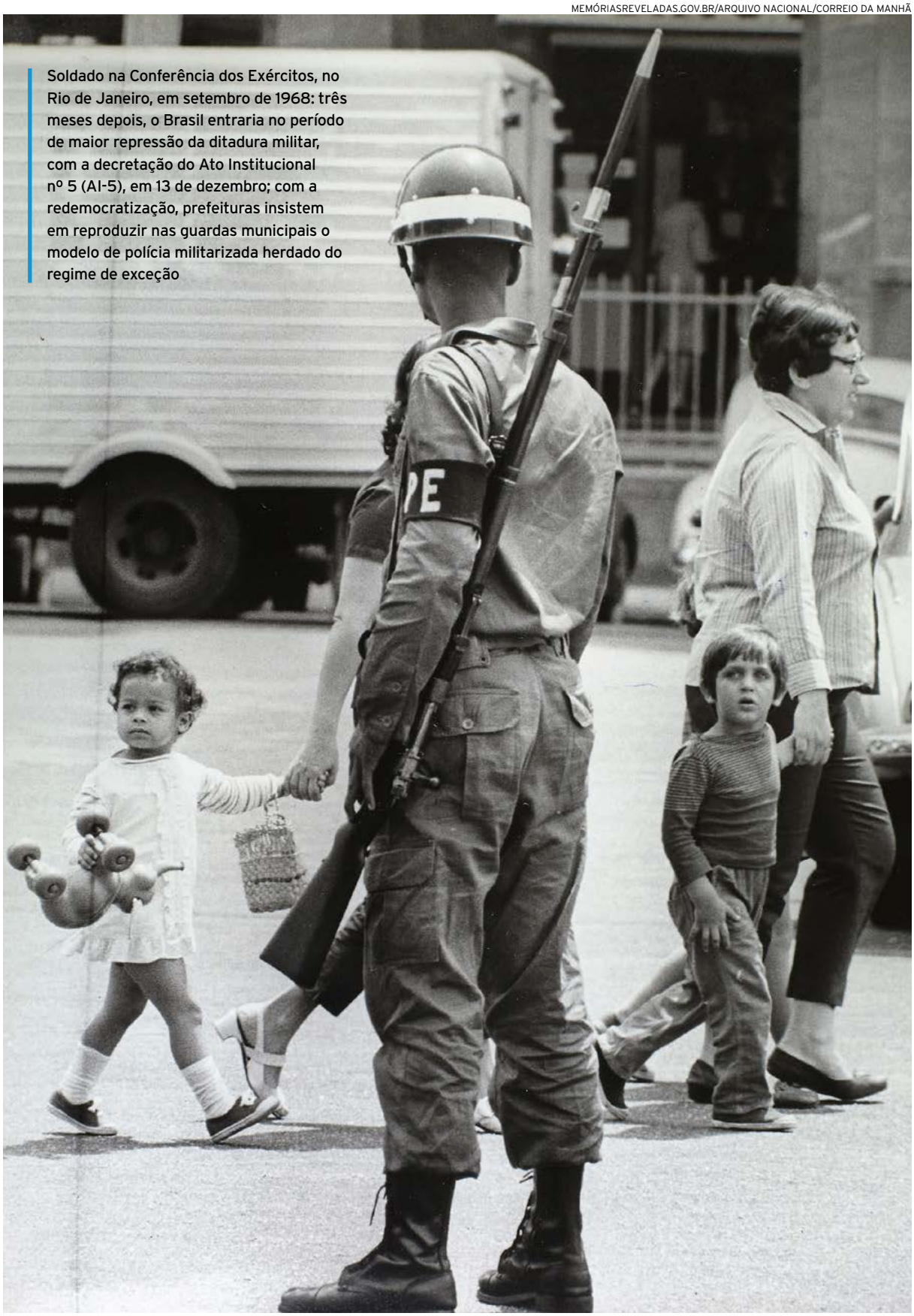
Tradicionalmente, o modelo mais empregado tem sido o do incremento da dimensão repressiva das forças de segurança sob a orientação de um viés fortemente militarizado. A própria Constituição de 1988, denominada "cidadã", foi incapaz de colocar um fim às estruturas hierarquizadas do aparato de segurança construído na Ditadura Militar. A participação social foi ampliada sobremaneira, mas o enclave formado por uma polícia militarizada permaneceu em meio a uma forma de governo que se pretende civil e democrática.

Por seu turno, as prefeituras insistem em recorrer a esse mesmo modelo quando operam em termos de uma segurança pública municipal. Em se tratando da militarização da política, governos de direita e de esquerda possuem atitudes semelhantes. Vale lembrar que a atual feição militarista da Guarda Municipal de Fortaleza (GMF) ganhou seus contornos iniciais em uma administração petista.

A gestão Roberto Cláudio (PDT) "inovou" atualizando as antigas torres da Polícia Militar que ornavam Fortaleza nos anos 1990 e dando-lhe os nomes de "células de proteção social". Apesar da imponência da obra, pouco se sabe sobre a efetividade de tal medida para além de seus impactos visuais na paisagem urbana. O Governo do Estado já conta com um sistema de videomonitoramento, o Sistema Policial Indicativo de Abordagem (Spia)[2]. Dotar a Guarda Municipal de um sistema parecido, ainda que de curto alcance, soa redundante.

Conforme pesquisa do próprio Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência[3], uma das soluções para a diminuição dos índices de violência nas cidades é o investimento estatal nos assentamentos precários, ou seja, nos espaços de moradia que sofrem com falta do mínimo em se tratando de oferta de serviços básicos e que, ao mesmo tempo, concentram a grande maioria de homicídios na capital cearense. Segundo dados do Plano Fortaleza 2040, cerca de 1 milhão de pessoas vivem em tais situações. Qualquer medida na área da segurança municipal que desconsidere esse cenário está fadada a ser mais um paliativo.

MEMÓRIASREVELADAS.GOV.BR/ARQUIVO NACIONAL/CORREIO DA MANHÃ



Soldado na Conferência dos Exércitos, no Rio de Janeiro, em setembro de 1968: três meses depois, o Brasil entraria no período de maior repressão da ditadura militar, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro; com a redemocratização, prefeituras insistem em reproduzir nas guardas municipais o modelo de polícia militarizada herdado do regime de exceção

MEMORIASREVELADAS.GOV.BR/ARQUIVO NACIONAL/CORREIO DA MANHÃ

Sob as vistas da polícia: desapropriação na Favela do Caju, na cidade do Rio de Janeiro, no regime militar, período que se estendeu de 1964 a 1985

Embora o medo da violência e o avanço da criminalidade estivessem muito presentes nos discursos cotidianos da população fortalezense, o debate sobre segurança pública não ganhou a atenção devida. Os ataques pessoais foram a tônica da campanha, restando muito pouca margem de espaço para se esmiuçar o que havia nos planos de governo. Em se tratando das propostas para a área de segurança municipal, os dois candidatos que chegaram ao segundo turno, Sarto Nogueira (PDT) e Capitão Wagner (Pros), possuíam mais pontos em comum do que divergências.

Do pouco que foi divulgado pelas campanhas, as torres de vigilância eram um consenso entre os então candidatos. Caros e cuja eficiência ainda não resta comprovada, tais equipamentos representam uma concepção ultrapassada de segurança. A noção de vigiar determinados segmentos da população remonta a uma concepção histórica na qual os mais pobres são estigmatizados como "sujeitos perigosos" que devem ser contidos e circunscritos às suas áreas, de preferência longe do olhar das pessoas de bem da cidade.

Não é preciso muita imaginação para saber a quem se destinam os olhares que partem dessas torres. Mais uma vez, a juventude negra e periférica é tratada como se estivesse sempre sob suspeita, na contramão das propostas que visam identificar as potencialidades desse segmento social. Trata-se, como se pode notar, de compreender Fortaleza como uma fortaleza propriamente dita, cujos muros invisíveis não são mais feitos de pedra, mas sim de barreiras eletrônicas.

Estratégia semelhante transpareceu no esforço da gestão de Roberto Cláudio e deve ser mantida na gestão de Sarto Nogueira, de monitorar os alunos sob a justificativa da prevenção à Covid-19. Milhões de reais prometem ser gastos nessa empreitada, como se o principal problema de nossas escolas fosse o reconhecimento facial de quem ali adentra. Vigilância nas ruas, monitoramento no interior dos espaços públicos. Questionada por entidades da sociedade civil, a Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza (SME) suspendeu o pregão eletrônico 376/2020 que previa a contratação de uma "solução tecnológica de reconhecimento facial, detecção de uso de máscara e aferição de temperatura" para as unidades de ensino municipais. A medida, caso fosse aprovada, iria custar R$ 21,1 milhões ao erário em pleno apagar das luzes da gestão Roberto Cláudio.

A Guarda Municipal recebeu acenos de melhoria durante a campanha. Se levarmos as propostas à risca, teremos uma nova sede para o órgão em breve. A militarização crescente da instituição, como se fosse uma mera reprodução da polícia, só que em âmbito municipal, parece ser uma tendência irreversível. Como bem afirmou Sarto Nogueira durante a campanha: "Fortaleza tem dado passos para a valorização da Guarda Municipal, com vigilância nos bairros, inovação e prevenção. Roberto Cláudio criou o Programa de Proteção Urbana, contratou mil novos guardas que foram valorizados, treinados e equipados, e atuam como parceiros da Polícia Militar".

Obviamente, há tempo para ajustes e correções de rota. Políticas municipais de prevenção aos homicídios ainda podem vir a constar da pauta do novo prefeito. Não é preciso inventar nada, as recomendações do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência estão aí para ser cumpridas. Um compromisso real com a defesa da vida dos mais vulneráveis ainda pode estar no centro das preocupações da gestão que está apenas começando, mas é preciso que a lógica atual mude. Para tanto, é preciso estar dotado de vontade política e de um olhar que não criminalize os nossos jovens.

NOTAS

[1] O Sistema Único de Segurança Pública (Susp) foi implantado pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que também disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de acordo com a Constituição Federal, e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, "com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em articulação com a sociedade".

[2] O Sistema Policial Indicativo de Abordagem (Spia) está implantado no Ceará desde 2017. A tecnologia foi desenvolvida por meio de uma parceria entre Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, Polícia Rodoviária Federal e Universidade Federal do Ceará. O sistema consiste no uso de inteligência artificial para identificar, de forma automatizada, a presença de veículos roubados, furtados ou clonados. A combinação com o Sistema de Videomonitoramento do Estado, que tem 3.304 câmeras instaladas em 42 dos 184 municípios, viabiliza a leitura de placas de veículos, a identificação de automóveis com restrição de roubo ou furto ou suspeita de clonagem, a localização dos carros e a prisão ou apreensão dos eventuais autores.

[3] O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência foi criado em 11 de dezembro de 2015, por meio de um protocolo de intenções entre Assembleia Legislativa, Governo do Ceará e Fundo das Nações Unidas para a Infância. A instalação oficial do colegiado ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2016. A continuidade dos trabalhos foi garantida nos anos seguintes com a reinstalação automática do comitê após cada eleição para a Mesa Diretora do Legislativo estadual. A partir de 31 de outubro de 2019, com uma resolução aprovada pela Mesa Diretora naquela data, o comitê passou a ser uma instância de caráter permanente. Como órgão da Assembleia Legislativa dentro de uma nova estrutura organizacional criada pela resolução, o nome mudou para Comitê de Prevenção e Combate à Violência. A resolução também determinou que o comando do comitê passaria a ser exercido sempre pelo deputado eleito para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

Mesa Diretora:
Presidente
José Sarto

1º vice-presidente
Fernando Santana

2º vice-presidente
Danniel Oliveira

1º secretário
Evandro Leitão

2ª secretária
Aderlânia Noronha

3ª secretária
Patrícia Aguiar

4º secretário
Leonardo Pinheiro

COMITÊ DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

REALIZAÇÃO
Assembleia Legislativa do Ceará
Renato Roseno
Presidente
Deputado estadual

APOIO
Governo do Ceará
Pacto por um Ceará Pacífico
Carla da Escóssia e Domenico Abbate

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca-Ceará)
Lucia Albuquerque

Fórum Permanente de Organizações Não Governamentais de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes (Fórum DCA-Ceará)
Mara Carneiro

Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unicef-Ceará
Rui Rodrigues Aguiar

EQUIPE TÉCNICA
Thiago de Holanda
Coordenador

Daniele Negreiros
Franciane Santos
Jamieson Simões
Joaquim Araújo
Monique Linhares
Raimundo Madeira
Roger Sousa

RELATÓRIO CADA VIDA IMPORTA
JANEIRO-JUNHO 2020

Textos e edição
Raimundo Madeira

Discussão e revisão de textos
Daniele Negreiros
Franciane Santos
Jamieson Simões
Joaquim Araújo
Monique Linhares
Raimundo Madeira
Renato Roseno
Roger Sousa
Rui Aguiar
Thiago de Holanda

Monitoramento, sistematização e análise de dados
Roger Sousa

Projeto gráfico
Miligrama Design

Diagramação
Adriana Rodrigues

Foto da capa
Davi Pinheiro

Assembleia Legislativa do Ceará, Anexo II, Edifício Dep. José Euclides Ferreira Gomes
Rua Barbosa de Freitas, 2674 (4º andar) Dionísio Torres, Fortaleza/CE
Contatos: (85) 3277.2789 / 3277.2749
comite.ccpha@al.ce.gov.br | cadavidaimporta.com.br

Realização

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Apoio

Governo do Estado do Ceará

unicef

FORUM DCA

CEDCA/CE Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará